UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

DANIEL SANTOS SILVA

O discurso da comunidade Mumbuca frente ao discurso do Estado

(Versão revisada)

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
ÁREA DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

O discurso da comunidade Mumbuca frente ao discurso do Estado

Daniel Santos Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

De acordo:

(Versão Revisada)
São Paulo
2011

À minha mãe, agradeço o apoio incansável de estar ao meu lado em todos os momentos me dando o alicerce sem o qual certamente este trabalho não seria possível. Só com o seu apoio tive a certeza de que era possível seguir em frente e ultrapassar os obstáculos. À minha mãe, devo e dedico o trajeto percorrido em minha jornada acadêmica, pois durante todos esses anos me deu a certeza de que eu poderia caminhar tranqüilo.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me apoia.

À professora Jusceia Garbeline, por ter acreditado nas minhas possibilidades.

Ao professor Valdir Heitor Barzotto, pelos ensinamentos e pela paciência.

À professora Jaciara Rondon Gonçalves, por ter sido, durante a minha graduação, professora e amiga.

Ao Professor Sebastião Elias Millane, por ter me apresentado ao universo dos estudos da linguagem.

À Renata Asbahr, Rafael Prado, Diego Navarro, Lucas Nascimento que se dedicaram à leitura do meu trabalho ajudando-me no resultado final.

À Tomie de Rosa, pelo incentivo e pelas palavras positivas.

E ao povo da comunidade Mumbuca.

RESUMO

Silva, Daniel Santos. O discurso da comunidade Mumbuca frente ao discurso do Estado. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A presente pesquisa visa estudar as relações entre os discursos produzidos por sujeitos pertencentes a duas esferas diferentes, mas que se imbricam: o Governo do Estado do Tocantins e uma comunidade de descendentes de quilombolas, a Mumbuca. Como base teórica, adotaremos a Análise do Discurso. Não descartaremos, porém, a possibilidade de recorrermos a outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia, para melhor compreendermos os discursos que se dão entre a comunidade e o poder estatal. Sendo assim, analisaremos o discurso elaborado pelos moradores da referida comunidade coletados em entrevistas e algumas políticas de desenvolvimento econômico para comunidades de descendentes de quilombolas, como a do programa federal "Brasil Quilombola", elaborada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (órgão que determina as ações de desenvolvimento para comunidades quilombolas), assim como de outros órgãos federais, como a Fundação Cultural Palmares, e documentos como a Política Nacional do Turismo. Em seguida, consideraremos, em esfera estadual, a visão econômica do Estado sobre a comunidade Mumbuca, materializada no plano de desenvolvimento econômico a partir da comercialização do artesanato produzido com capim dourado e seda do buriti. Para tanto, analisaremos o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, elaborado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, juntamente com o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, algumas divulgações em *sites* criados pelo governo e planos de turismo estaduais e nacionais em que podemos perceber os "olhares" do Estado sobre a comunidade e seus artesanatos. Assim, observaremos se, nestes discursos oficiais, há ideologias promotoras de impactos socioculturais que possam interferir na formação identitária deste povo, construída historicamente como um legado da cultura quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Identidade; Políticas Públicas; Quilombolas; Estado.

ABSTRACT

Silva, Daniel Santos. The Mumbuca community speech front of the state speech. Thesis (MA) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This research aims to study the relationships between the discourses produced by subjects belonging to two different spheres, but that overlap: the Government of the State of Tocantins and a community of descendants of quilombolas, the Mumbuca. As a theoretical basis, we adopt a discourse analysis. We did not, however, discard the possibility of resorting to other areas of knowledge such as sociology and philosophy to better understand the discourses that take place between the community and state power. Therefore, we will examine some policies of economic development for communities of descendants of quilombolas, as the federal program "Quilombola Brazil", prepared by the Special Secretariat for Policies to Promote Racial Equality – SEPPIR (the organ that determines the actions for development of quilombolas communities), as well as other federal agencies such as the Palmares Cultural Foundation, and documents such as the National Tourism Policy. Then we will look at the state level the economic view of the state on the Mumbuca community, embodied in the economic development plan from the marketing of handicrafts made with golden grass and silk buriti. For this, we analyze the Management Jalapão State Park Plan, prepared by the Planning and Environment – SEPLAN, along with the Nature Institute of Tocantins – NATURATINS, and some disclosures on websites created by the government and plans of state and national tourism in which we can understand the "looks" of the state on the community and their handicrafts. Thus, we observe, in these official statements, there are ideologies that promote socio-cultural impacts that may interfere with the identity formation of this people, historically built as a legacy of quilombola culture.

KEYWORDS: Discourse; Identity; Public Policy; Quilombolas; State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

CAPÍTULO I – Do discurso.....20
1.1 Análise de Discurso Crítica.....23
1.2 Análise de Discurso Francesa.....31
1.3 Metodologia.....36
1.4 Identidade.....44

CAPÍTULO II – Cultura e Discurso.....52
2.1 A constituição identitária da comunidade Mumbuca.....55
2.2 Da sociedade de onde parte o discurso do Estado.....65
2.3 O entendimento estatal sobre a comunidade Mumbuca.....74

CAPITULO III – Turismo: A veiculação de valores capitalistas no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade 80
3.1 Desenvolvimento sustentável e turismo: do sentido do discurso à contradição da prática.....82
3.2 Assimilação da cultura capitalista.....93
3.3 A transfiguração de uma cultura em outra.....103

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....114

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....121

ANEXOS.....130

Lista dos Anexos ..... Página

ANEXO 1 – Data: 15 de outubro de 2009 131

ANEXO 2 – Data: 12 de julho de 2009 132

ANEXO 3 – Data: 12 de julho de 2009 133

ANEXO 4 – Data: 05 de maio de 2011 134

ANEXO 5 – Data: 20 de setembro de 2010 135

ANEXO 6 – Data: 3 de maio de 2010 136

ANEXO 7 – Data: 27 de março de 2011 137

ANEXO 8 – Data: 25 de maio de 2010 138

A mente condicionada atuando de um modo condicionado não pode experimentar completamente. Tal mente é incapaz de plenamente experimentar a realidade ou a não-realidade [...]. Do mesmo modo, a mente que já está preconcebida pelo desejo consciente ou inconsciente do permanente não pode compreender a realidade como plenitude. Toda pesquisa de tal mente preconcebida é apenas um novo fortalecimento desse preconceito.

Jiddu Krishnamurti

INTRODUÇÃO

O interesse deste trabalho é o estudo do discurso produzido pelos sujeitos da comunidade Mumbuca[1] e do discurso produzido pelo Governo do Estado do Tocantins a partir das questões do desenvolvimento econômico para esta comunidade pautadas no turismo e na comercialização do artesanato produzido com capim dourado[2] e seda do buriti[3]. Neste contexto promovido pelo discurso estatal, emergem inúmeras indagações, dentre as quais se destacam: qual discurso é utilizado nessa política que legitima a relação discursiva entre o Estado e a comunidade? O discurso político tem preocupação com os impactos socioculturais que podem transformar as representações, princípios e costumes desta comunidade, construída historicamente como um legado da cultura quilombola?

Refletindo sobre estas questões, neste trabalho, teremos como objetivos:

1 – Procurar entender a constituição e os modos de organização do discurso do Estado a partir das políticas públicas empregadas na perspectiva do desenvolvimento econômico da comunidade Mumbuca, mapeando textos veiculados em sites e documentos oficiais que dão suporte escrito aos discursos sobre desenvolvimento social que chegam à comunidade.

2 – Apreender, na superfície linguística dos discursos dos membros da comunidade, marcas da influência discursiva estatal na matriz identitária dos mesmos, contrastando com as representações ideológicas dos discursos que propõem as ações de desenvolvimento econômico para a comunidade Mumbuca.

Como a pesquisa fundamenta-se na análise do produto das trocas discursivas entre os sujeitos da comunidade Mumbuca e o Estado, acreditamos que a gravação e a transcrição dos discursos dessas pessoas em situações e momentos diferentes, e também análises de textos escritos, como documentos temáticos relativos a questões do turismo

---

[1] Vilarejo localizado no Estado do Tocantins que possui tradição no artesanato produzido com capim dourado, uma espécie de sempre-viva, e seda do buriti. As técnicas são passadas de pai para filho e os artesãos produzem e vendem em suas próprias casas.

[2] Capim dourado (*Syngonanthus nitens* – Eriocaulaceae), sempre-viva utilizada na região para confecção de artesanato.

[3] O buriti *(Mauritia flexuosa*) é uma espécie de palmeira abundante no cerrado, utilizada pela comunidade Mumbuca para produzir os artesanatos a partir das folhas mais novas da planta.

e outros temas divulgados em sites, servirão como material fundamental para o resultado do trabalho.

Pelas gravações que se deram na comunidade Mumbuca, podemos afirmar que nosso estudo é uma pesquisa de campo. Como partimos da análise das relações discursivas entre o Estado e a comunidade em suas formas contextuais, o intuito é entender as particularidades constitutivas nos discursos dos moradores enquanto produto da relação que se dá com o Estado.

É importante, neste momento, abordamos as particularidades que envolvem os moradores da comunidade Mumbuca, para mostrarmos qual elo estabeleceu a interação discursiva entre essas pessoas e o poder público.

Localizada na região do Jalapão, a cerca de 400 km da capital do estado, Palmas, possuindo uma população com aproximadamente 147 habitantes, a comunidade Mumbuca ganhou destaque no Estado do Tocantins nos fins da década de 90, a partir das ações de políticas públicas. Focalizando o desenvolvimento econômico deste povo, o governo do Estado pautou-se na comercialização de um artesanato produzido com o capim dourado e seda do buriti, tradição cultural da comunidade.

Devido ao brilho do capim, semelhante ao do ouro, e às formas que podem ganhar os artesanatos produzidos com ele, como chapéus, vasos, porta-copos, e até acessórios femininos, como bolsas, brincos, colares, pulseiras e outros, possui grande aceitação no comércio. Somam-se às formas e à cor dourada, característica natural e exótica, as particularidades das pessoas que confeccionam os objetos, pois elas possuem descendência de ex-escravos remanescentes de quilombos e de índios nos seus traços de ancestralidade, cuja influência se dá na produção artesanal.

É importante destacarmos a região onde a comunidade vive e produz o artesanato, o Jalapão, pois trata-se de uma região do Tocantins com grande beleza natural devido às diversas cachoeiras, às nascentes, às dunas, aos rios e à vegetação quase intocada pelo homem. São estas características que enlaçam os moradores da comunidade às políticas públicas destinadas ao seu desenvolvimento econômico.

Tendo em vista essas peculiaridades e com o objetivo de desenvolver economicamente os moradores da comunidade Mumbuca, o Governo do Estado do Tocantins e a Prefeitura de Mateiros – cidade localizada a 32 km do povoado onde se localiza a comunidade – ajudaram na divulgação dos utensílios artesanais produzidos

pelos habitantes da Mumbuca em feiras de exposição de artesanatos, realizadas tanto no Estado do Tocantins, quanto em outros Estados do país.

Dessa forma, com a divulgação do artesanato em feiras expositivas dentro e fora do Tocantins, tanto os artesanatos produzidos, quanto aqueles que os produzem ganharam destaque. Por meio dessa divulgação, o poder público propicia visitações turísticas para a região, viabilizando a comercialização do artesanato.

Uma vez expostas as particularidades que unem os sujeitos da comunidade Mumbuca à instância pública, exporemos as bases sob as quais o artesanato era produzido antes da divulgação promovida pelo governo, para que seja compreendido o motivo que sustenta a hipótese central do nosso estudo: se a política de desenvolvimento econômico promovida pela instância pública interfere no discurso e na constituição identitária dessas pessoas.

Antes de toda a divulgação realizada – pelo Governo do Estado do Tocantins – para comercializar o artesanato, a comunidade Mumbuca o produzia apenas para fins de uso doméstico, como a fabricação de chapéus, usados para se protegerem do sol quando estivessem trabalhando na lavoura, de bolsas e vasos, para guardar e transportar objetos e comida, além de alguns utensílios que utilizavam para adornar o interior das casas onde moram, como as mandalas. Além disso, esses artesanatos eram utilizados como produto de troca por alguns gêneros alimentícios, como sal, óleo e outros. Essas trocas eram restritas, assim como as suas relações sociais, a pequenos povoados e cidades vizinhas.

Com a divulgação do artesanato promovida pelo poder público, a sua produção foi intensificada e o que antes era restrito às cidades e povoados vizinhos ultrapassou as fronteiras do Estado, chegando a diversas localidades do país e expandindo-se até mesmo para fora do Brasil, a ponto de hoje, já ser encontrado nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa. Assim, o artesanato antigamente usado para fins domésticos e pequenas trocas tornou-se um produto de fabricação e venda em massa com um grande agente midiático, o Estado.

Dessa forma, os moradores da comunidade que antes se relacionavam socialmente apenas entre si ou com povoados e cidades próximas passaram a interagir com pessoas de diversas partes do mundo.

Portanto, é a partir dessa relação de interesse do poder estatal pela comunidade Mumbuca que a pesquisa obteve o seu *corpus*. Temos como hipótese que a política

pública pautada no turismo e na comercialização dos produtos artesanais pode interferir na constituição identitária da comunidade, fazendo com que as pessoas que dela fazem parte adotem princípios e práticas na organização da sua vida não correspondentes com os princípios e práticas anteriores.

Entendemos que os discursos escolhidos para análise vêm de duas formas de organização social, revelando dois mundos diferentes relativos aos modos como as relações sociais são mantidas entre as pessoas e destas com o espaço onde vivem. Então, para dizermos se a constituição identitária dos moradores da comunidade Mumbuca está sendo ou não afetada pelo discurso do poder estatal, veremos se, no discurso dessas pessoas, é inscrito outro discurso proveniente de outra organização social que possui valores diferentes daqueles imputados a uma sociedade baseada na economia de subsistência.

Compreendemos que haverá interferências no discurso e na identidade da comunidade referida quando os valores construídos coletivamente forem modificados pela presença de outros. Esses outros valores dizem respeito ao modelo da organização social sobre a qual o governo do Estado organiza-se. Os moradores da comunidade Mumbuca, por serem descendentes dos habitantes dos antigos quilombos, preservaram o modo de produção econômico dos seus ancestrais, organizando-se sobre uma economia de subsistência baseada na criação de alguns animais e cultivo de alguns gêneros vegetais.

Já a sociedade de onde parte o discurso do governo do estado organiza-se sobre os princípios do lucro, da acumulação e da exploração, pois este possui valores "enraizados" na sociedade capitalista. Assim, acreditamos que os enunciados elaborados pelos moradores da comunidade e pelo poder público vêm das características culturais e dos valores sociais subsidiados pela forma como o modo de produção com que ambas realizam suas vidas está organizado.

Portanto, se entendemos que, no discurso, materializam-se os valores sociais, serão estes valores que nos propiciarão compreender qual discurso pertence aos moradores da comunidade Mumbuca e qual pertence ao Estado. Então, para sabermos quais valores constituem a identidade dessas duas instâncias sociais, é necessário sabermos como o modo de organização social que possuem funciona. Tendo o conhecimento dessas particularidades, saberemos se a comunidade assimila os valores

sociais vindos do discurso da instância estatal e modifica os seus pela influência das políticas públicas de desenvolvimento econômico.

Acreditamos nessa influência por entendemos, em conformidade com Bakhtin (2006), que, no discurso, estão presentes sentidos provenientes dos valores e da identidade cultural dos falantes. Assim, compreendemos o discurso como uma realização social que materializa um lugar, um tempo e um modo de realização da vida, resvalados nos enunciados elaborados pelo sujeito, pois, segundo o autor:

> Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece.* Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar esta evolução social do signo linguístico. Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser; (...) o processo de determinação do causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo. (BAKHTIN, 2006, p. 62, grifos do autor).

Assim sendo, podemos dizer que toda organização social possui características específicas que a distinguem de outras, pois, se podemos falar na existência da sociedade americana, da indígena, da europeia, da sulista e da nordestina, é porque cada uma delas reuniu certas características propiciando a formação de sua identidade e de seus valores culturais, identidade e valores estes materializados nos discursos dos sujeitos.

Tendo em vista essas questões que permeiam o discurso, à consecução deste trabalho, antevemos um estudo da bibliografia teórica que nos deu a base e o aprofundamento necessário para compreendermos essa complexidade do discurso. Para tanto, apresentaremos a Análise de Discurso Crítica[4] e a Análise de Discurso Francesa como marco teórico de referência, com destaque aos conceitos de representação ideológica e questão identitária.

Nesta pesquisa, também utilizamos outras áreas do conhecimento para reforçarmos o nosso entendimento, pois, uma vez entendido que, assim como sujeito, o

[4] Utilizaremos ambas para sustentar nossas afirmações por compreendermos que essas duas filiações teóricas são de igual importância para as análises que serão realizadas nesta pesquisa.

seu discurso está intimamente relacionado ao seu meio social, alguns teóricos[5] das áreas da Sociologia, da Filosofia e da Antropologia nos ajudaram. Estes autores nos auxiliaram a investigar, argumentar e discutir questões fundamentais para a compreensão do homem e do mundo em que ele vive, problematizando seus valores e confrontando esses valores com os entendimentos já postos e aceitos pela realidade da sociedade.

Nesse estudo, buscamos, nas análises dos enunciados, se ideologias estavam circunscritas no discurso dos moradores da comunidade Mumbuca. Acreditamos que dessa relação – entre os sujeitos da comunidade Mumbuca e o poder público – resultem, como produto, discursos elaborados e ações comportamentais praticadas pelos habitantes da referida comunidade que sejam contraditórios aos seus discursos e atos sociais. Sendo assim, podem ser identificados como marcas da influência promovida por essas trocas discursivas.

Buscamos identificar se marcas ideológicas estavam presentes nos discursos elaborados pelos sujeitos da comunidade Mumbuca e nas suas relações sociais. Para tanto, foi necessário que elementos da estrutura linguística – palavras e frases – fossem cuidadosamente analisados. Dessa forma, os elementos que compõem o enunciado foi o meio pelo qual soubemos se nele, no discurso, está inscrito marcas ideológicas. A estrutura linguística nos forneceu a matéria-prima para realizarmos nossas análises.

Foi preciso, também, compreender como as ideologias se inscrevem na estrutura do discurso e, somente analisando a estrutura do enunciado, não seria possível alcançarmos esta compreensão. Então, para entendermos como as ideologias se inscrevem nos enunciados, os estudamos por outro viés, um viés que nos possibilitou perceber algo que está fora do plano da estrutura linguística do discurso, mas que se inscreve sob esta estrutura.

Portanto, para termos o conhecimento dessa particularidade presente no discurso no momento da utilização da língua pelos sujeitos para elaborar seus enunciados, utilizamos conceitos dos estudos do discurso que nos deram uma compreensão mais psicológica dos enunciados. Nessa perspectiva, o enfoque recai nas particularidades que levam o sujeito a utilizar uma determinada construção linguística e não outra, ou elaborar determinada estratégia para atingir um determinado objetivo frente ao seu

[5] Ressaltamos que os autores pertencentes a essas áreas do conhecimeto aparecerão no nosso estudo para embasarmos algumas das afirmações que faremos.

interlocutor. Tudo isso está relacionado à instância psicológica do sujeito e não à da estrutura linguística. Considerando, conforme Orlandi (2002), os estudos que focam a relação homem e discurso:

> A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. [...] Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com a maneira de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2002, p. 25).

Entendendo o sujeito como capaz de agir sobre aquilo que enuncia, o discurso não pode ser analisado tão somente em sua estrutura, mas deve ser visto como um conjunto, pois o sujeito, ao se utilizar dos elementos linguísticos, marca entendimento de si, do outro e do mundo a sua volta pelos sentidos presentes no discurso. Todavia, compreendemos, também, que esses entendimentos são fornecidos pela estrutura social na qual o sujeito está inserido. Ou seja, essa compreensão que pode ser percebida no momento da discursivização é a materialização dos valores e dos princípios sociais resvalados da sociedade onde está inserido.

Dessa forma, seus entendimentos são fornecidos pelo modo como a organização social de que é participante está configurada. Assim sendo, naquilo que as pessoas enunciarão, estarão refletidas, nas palavras e frases que utilizam para compor o seu discurso, as experiências mantidas com o meio social em que vivem. É dessa forma que saberemos quais sentidos são elaborados pelos sujeitos da comunidade e quais não são. Nessa perspectiva, nossa compreensão sobre o discurso se fez sobre um plano mais sociológico, em que a estrutura social age sobre a vida e os enunciados do sujeito.

Portanto, sabendo como essas duas sociedades – comunidade Mumbuca e a sociedade de onde parte o discurso do Estado – organizam-se, saberemos se, no discurso dos sujeitos da comunidade citada, há modelos organizacionais pertencentes à outra sociedade, pois são essas bases, fornecidas pela materialidade social, que constroem a identidade social e discursiva dos falantes. Nesse contexto em que se consideram as bases materiais de uma sociedade, o Materialismo Histórico e Dialético pautado nas postulações de Karl Marx nos ajudou no entendimento da realidade sobre uma perspectiva histórica e social.

Assim, a compreensão do discurso elaborado pela comunidade e pelo poder público veio das características culturais e dos valores sociais que esses discursos possuem. Compreendemos, conforme Rossi-Landi (1985), essas características como primordiais para o entendimento da organização identitária dos sujeitos de qualquer sociedade, uma vez que ambos, identidade e discurso, estão intimamente relacionados com o lugar de onde surgem, ou seja, estão relacionados com o ambiente social. É a influência exercida pelo modo de organização social, sofrida pelo sujeito, refletida nos seus enunciados, que nos possibilitará dizer quais sentidos estão presentes no seu discurso, pois:

> No processo histórico do desenvolvimento da linguagem, estão necessariamente representadas as formas gerais da formação social, isto é, as relações fundamentais de trabalho e de produção que diferenciam qualquer sociedade humana (...). Disso tudo deriva também o significado social da palavra e o condicionamento social de suas próprias funções morfológicas e sintáticas.
> (ROSSI-LANDI, 1985 p. 65)

Ao elucidarmos quais são essas características, mostraremos, então, se outro discurso se inscreve no discurso dos moradores da comunidade e lá se estabelece. Temos como hipótese que, se isso ocorre, aos poucos, esse novo discurso reformula os princípios culturais dessas pessoas.

Entendemos, então, que os discursos não são apenas trocas de expressões entre os sujeitos, isso nos faz partir para uma observação mais cuidadosa do que pode estar contido e velado em um enunciado, pois, segundo nos ensina Barzotto (2001, p. 216/217), “como os sentidos serão sempre mais ou menos dissimulados, só a insistência de um olhar oblíquo poderá perceber a efetividade dos limites representados pelas arestas entrevistas nas ações de outros sujeitos”.

Entendida a forma como será discutida a relação entre o discurso do Estado e o discurso dos moradores da comunidade Mumbuca, explicaremos, a seguir, o que será abordado em cada um dos capítulos que compõem essa pesquisa.

Discutimos a relação social discursiva entre o Estado e a comunidade Mumbuca sobre vários pontos. No primeiro capítulo, nossa meta será explicar quais as ferramentas que utilizaremos para analisar os discursos que se dão entre essas duas instâncias sociais. Nos dois primeiros tópicos desse capítulo, explicaremos por que os dois

modelos sobre os quais se configuram os estudos do discurso, a Análise de Discurso Crítica e a Análise de Discurso Francesa, são importantes para esta pesquisa.

No primeiro capítulo, também destinamos um tópico para esclarecermos os procedimentos metodológicos que seguimos e a forma de realização da coleta de dados. Desde já, elucidamos que ela foi realizada em momentos distintos[6] e com procedimentos também distintos. No que diz respeito ao discurso pertencente ao Estado, o procedimento que utilizamos foi buscar leis e sites elaborados pelo poder público, que legislam e divulgam a comunidade e seus artesanatos, que nos servissem como material de análise.

Além disso, dedicamos um tópico para abordar a questão da identidade social dos sujeitos envolvidos. Como já dissemos, é a materialidade social em que os falantes estão inseridos que fornecerá os modos característicos de comportamento e discurso, pois, como nos ensina Mauss (1979), a materialidade social imbrica-se nos processos de elaboração da língua de um povo. Dessa forma, acreditamos que essa materialidade caracterizará os discursos e os sujeitos que dessa língua se utilizam com suas particularidades, pois, segundo o autor: "Todos os fenômenos sociais, em qualquer nível, são obra da vontade coletiva, e que diz vontade humana, diz escolha entre várias opções possíveis" (MAUSS, 1979, p. 193).

No segundo capítulo, fizemos, no primeiro tópico, uma breve discussão sobre a relação entre cultura e discurso. Levantamos um conhecimento teórico que reforçou nosso entendimento de que a cultura elaborada por cada sociedade materializa-se nos atos discursivos dos falantes que a compõem. Já nos dois tópicos seguintes, fizemos análises demonstrando como essas duas identidades sociais – a dos moradores da comunidade Mumbuca e a da sociedade de onde parte o discurso do Estado – estão representadas nos signos linguísticos que compõem os seus discursos.

Será, também, matéria do segundo capítulo – no último tópico – abordarmos quais são os "olhares" do poder público para os moradores da comunidade. Desvelamos quais são as intenções da instância estatal na relação social mantida com essas pessoas.

[6] As visitas realizadas à comunidade Mumbuca deram-se em momentos diferentes, ocorrendo no ano de 2007 e 2008. Em ambos, permanecemos por 3 dias junto aos moradores da comunidade e dois dias na cidade de Mateiros. Essa cidade é relevante para o nosso estudo, por manter relações sociais com os moradores da comunidade, dentre os quais há alguns que até já exerceram os cargos de prefeito e de vereador. Além disso, acreditamos que a referida cidade mantém uma relação de competição com os moradores, por também ser fonte de produção do artesanato com capim dourado.

Enfim, nesta parte, foram realizadas análises sobre o discurso do Estado que nos propiciou averiguar quais sentidos nele incrustam-se.

No terceiro e último capítulo, dedicamos, às páginas iniciais, uma breve introdução para explicarmos que o discurso veiculado pelo poder público pode levar até os moradores da comunidade princípios e valores sociais que são estranhos a sua cultura. Fizemos inicialmente essa explicação para que, no primeiro tópico, demonstremos as contradições existentes entre o que está sendo enunciado pelo poder público e as práticas executadas para o desenvolvimento econômico dos sujeitos da comunidade, pois são estas práticas que alicerçam os princípios e valores sociais que são veiculados pelo discurso de desenvolvimento econômico elaborado pelo governo.

Discutimos, em seguida, os processos decorrentes da relação social mantida com o poder público. Mostramos que os discursos que chegam até os moradores estão sendo por eles apropriados. No último tópico, analisamos os princípios e valores da sociedade de onde parte o discurso do Estado, enovelados tanto nos discursos, quanto nos atos sociais praticados pelos habitantes da comunidade Mumbuca.

Para finalizarmos, na conclusão, fizemos uma retomada dos principais temas discutidos nessa pesquisa a fim de explicitar, de forma breve, o caminho percorrido que nos levou a resolução da nossa hipótese, que era saber se os valores e princípios veiculados pelo discurso de desenvolvimento econômico interferem na formação discursiva e identitária dos moradores da comunidade Mumbuca.

Explicados então os caminhos percorridos para a consecução desse trabalho, podemos, então, partir para o primeiro capítulo dessa dissertação.

CAPÍTULO I – Do discurso

Iniciaremos este capítulo apontando as duas correntes de estudo do discurso – a Análise de Discurso Crítica e a Análise de Discurso Francesa –, que serão abordadas neste trabalho concomitantemente. Assim faremos por compreendermos que essas duas correntes teóricas são mediadas por um fator que determina ambas, o discurso enquanto materialidade das relações sociais. E, como as discussões tratadas no nosso trabalho focalizam a instância social e sua relação com os discursos, não vimos problema em adotar esses dois campos de estudo do discurso.

Não dividiremos esse trabalho em dois momentos de análise, realizando, primeiro, uma análise pautada nos conceitos pertinentes à Análise de Discurso Francesa e, em seguida, outra pautada na Análise de Discurso Crítica. O que faremos é entremear adequadamente essas duas fontes conceituais de acordo com as exigências do nosso trabalho. Assim, quando nossas análises exigirem que expliquemos alguns pontos que envolvam conceitos que venham de uma ou de outra disciplina, recorreremos a uma delas.

Valemo-nos de Van Dijk (2008), saberemos quais estudos do discurso abordar para subsidiar nossas análises quando as questões relativas a eles aparecerem, pois caso escolhêssemos apenas uma ou outra filiação teórica, poderíamos ter que descartar alguma fonte de dado, ou deixar de fazer uma análise mais abrangente. Segundo o autor:

> Há uma grande quantidade de pesquisa sobre os muitos parâmetros mentais que influenciam a produção e compreensão discursiva e frequentemente só podemos saber quais são eles e como operam ao examinarmos, em um experimento, como as condições experimentais especiais (circunstâncias, dados, tarefas etc.) geram consequências especiais para o modo como falamos ou compreendemos o discurso. [...] Tanto os estudos do discurso quanto os estudos críticos do discurso fazem uso de uma grande quantidade de métodos de observação, de análise e de outras estratégias para coletar, examinar ou avaliar dados, para testar hipótese, para desenvolver teorias e para adquirir conhecimentos. (VAN DIJK, 2008, p. 12-13).

Contextualizando o discurso sobre as influências do modo de produção da vida material, podemos analisá-lo tanto no plano mais individual, quanto em interação social, já que o meio social incidirá nas formas como o sujeito se representará para os seus interlocutores e revelará suas posições sociais quando eles interagirem. Procedendo,

conforme os ensinamentos de Orlandi (2007), entendemos que os sentidos do discurso são possíveis devido ao sujeito ser atravessado pelas representações da organização social onde está inserido, pois para autora: “ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 53).

Se analisarmos os discursos, quando o sujeito é visto interagindo com outros sujeitos, teremos que considerar, nesta análise, o modo de produção da vida em sociedade, pois as formas como essa interação irá ocorrer, de acordo com Van Dijk (2008), são convenções instituídas e podem variar de uma sociedade para outra. Desse modo, podemos ver que os discursos que serão elaborados na interação entre falantes estão correlacionados com a sociedade, visto que, para o autor:

> [...] de alguma forma precisamos relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos típicos do macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades [...]. (VAN DIJK, 2008, p. 9-10).

Desse modo, a diferença na forma como os discursos serão abordados se dá pelo tipo de análise que será feita. Mas, seja nos sentidos frutos das relações sociais vivenciadas ou quando compreendidos em sua forma mais particular focando apenas o sujeito, ambos requerem que o contexto social seja atuante para que aquilo que será enunciado possa ser compreendido.

Então, de acordo com Bourdieu (1989), podemos dizer que, sendo os sentidos do discurso atravessados pelas formas como os homens constroem os modos de produção da sua vida, este modo de produção é que constituirá uma cadeia de representações em torno das quais se organizaram e produziram os sentidos dos seus discursos. Para o autor:

> Os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica:* o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama *o conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 1989, p. 9, grifos do autor).

Portanto, a materialidade social e os sentidos do discurso são indissociáveis. Separando-os, a análise do discurso pode transformar-se em uma análise da estrutura da frase, limitando-se aos aspectos fonéticos, morfológicos ou sintáticos, sem levar em conta a dimensão social existente no discurso. É essa dimensão do social que denuncia os processos ideológicos aos quais o sujeito está submetido.

Desse modo, como o objetivo deste trabalho se centra em desvelar aspectos ideológicos que possam estar incrustados nos sentidos do discurso dos moradores da comunidade Mumbuca, a partir dos discursos coletados em entrevistas, analisaremos se a forma de organização do universo social sobre a qual a cultura desse povo se representa está presente em seu discurso. Dessa maneira, saberemos quais sentidos remetem a sua e à outra organização social.

Para isso, teremos que compreender os modos de produção sobre o qual o Estado é organizado, estabelecendo as diferenças em relação à comunidade Mumbuca. Assim sendo, compreender as características culturais e identitárias dessas duas sociedades é imprescindível, já que, segundo Bourdieu (1989), as representações da materialidade social dão coesão para os sujeitos organizados em grupo ou comunidade. Expressar as particularidades culturais é mais que representá-las, é fazer-se representar, pois as formas de expressão da realidade dizem respeito a um lugar específico, a um povo específico, conforme o autor nos explica:

> Os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração "moral"[7]. (BOURDIEU, 1989, p. 9, notas e grifos do autor).

Dessa forma, utilizaremos variados autores que produzem seus estudos em áreas diferentes para analisarmos os discursos aqui tratados. Achamos importante não preterirmos exclusivamente um autor e não outro, uma área do conhecimento e não outra, pois entendemos que os estudos dedicados a compreender o homem em interação social com outros iguais a ele e com o mundo a sua volta são de igual importância e que, utilizando os conhecimentos desses autores, nossa pesquisa só se enriquecerá.

[7] A tradição neo-fenomenológica (Schütz, Peter Berger) e certas formas de etnometodologia aceitam os mesmos pressupostos apenas por omitirem a questão das condições sociais de possibilidade da experiência dóxica (Husserl) do mundo – e, em particular, do mundo social – quer dizer, a experiência do mundo social como evidente (*taken for granted*, como diz Schütz).

Portanto, nos tópicos seguintes, mostraremos as áreas e os campos do estudo do discurso que serão importantes para nossas análises e também explicaremos por que eles são importantes.

1.1 Análise de Discurso Crítica

Como sabemos, os discursos são permeados de sentidos e por estes sentidos podem-se distinguir pessoas ou grupos. O que dá subsídio para os discursos serem portadores de tantos significados e assim promoverem as diferenças entre aqueles que os enunciam são as experiências do vivido. Um ponto importante que devemos saber é: estas experiências não estão disponíveis ao sujeito por força do acaso, e os sujeitos não contraem experiências diferentes por força de seus desejos, há uma estrutura social que incide em suas vidas.

Portanto, o dia a dia vivenciado não é a busca da supressão dos anseios, não é a luta pela sobrevivência ou a satisfação da conquista, mas sim são rotinas orientadas. O cotidiano é orientado pelo modo de organização social, e essa orientação faz as pessoas desempenharem determinados comportamentos, quererem determinadas coisas e satisfazerem-se com outras. Segundo Marx (1982), todas as relações sociais mantidas são produzidas pelos modos como a sociedade organiza seu modo de produção. E é sobre ele que os sujeitos organizam sua vida e produzem sentidos nos seus discursos, pois, como já dissemos, os sentidos do discurso resvalam os valores e princípios elaborados no seio social. Para o autor:

> Uma formação social nunca aparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou pelo menos, são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1982, p. 26).

Dessa maneira, a matéria subsidiadora dos sentidos do discurso tem origem fora do sujeito. Estando, então, os sentidos do enunciado imbricados com a materialidade externa, este fato torna o discurso um elemento do construto social, já que deriva de um modelo social já concebido. Assim, nos sentidos do discurso elaborado, estarão refletidas as relações sociais vivenciadas pelo seu proponente, pois, ao se enunciar um discurso com sentidos que remetam ao político, ao militar, ao acadêmico etc., esses sentidos devem fazer parte da materialidade social na qual o sujeito está inserido.

Com isso, enquanto os discursos enunciados pelo sujeito são obras do que é vivido e o vivido, obra dos modos de produção da sociedade, tanto os discursos quanto a própria vida dos sujeitos são produtos da organização social. Assim, nos baseando nos ensinamento de Marx (1982), o sujeito, ao enunciar, se significa no mundo sobre modelos já prontos, mas não acabados, pois estes modelos se reestruturam e, à medida que se reestruturam, também se reestruturam as relações sociais e os sentidos do discurso. Conforme o autor nos ensina:

> As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial. (MARX, 1982, p. 96).

Como vimos nas explicações de Karl Marx, o modo de produção está ligado ao trabalho, à forma de produzir a vida material. A estrutura social que organiza essa produção diz respeito a todo aparato jurídico, educacional, financeiro, político etc., que perfaz a vida do homem organizado em sociedade. O que se vê, então, é que a maneira de se produzir a vida é orientada por grupos de pessoas que estão vinculadas a essa estrutura.

Isso nos leva a crer, em conformidade com as ideias expressas por Van Dijk (2008), que tanto a vida das pessoas quanto os sentidos do que produzem em seus discursos são controlados sem que elas percebam: “Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas” (VAN DIJK, 2008, p. 23).

Desse modo, sob a perspectiva do outro, o sujeito vai à busca de um ideal, um *status*, um modo de vida que não partiu das suas escolhas, mas as segue sem

questionamento. O sujeito vive, assim, à margem da autonomia do próprio destino. Fechado neste mundo ideológico, aspira vontades, traça seus objetivos, constrói seus valores, organiza sua vida e formula seu discurso. Portanto, compreendemos o sujeito, os sentidos do discurso e suas ações sociais sobre a perspectiva dos processos ideológicos, pois:

> "A ideologia assegura, a todos, os modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando as contradições entre esta e as ideias que supostamente a explicam e controlam." (CHAUI, 2005, p. 175).

Preso em um mundo já construído de valores e crenças, o sujeito tende a resignar-se a essas determinações. E, quando questiona, o faz sobre os valores e modelos da estrutura social que vivencia. Encerrado em um mundo alicerçado por um grupo dominante, o sujeito entrega-se às fileiras dos que compõem a grande massa dos gestos e discursos prontos. Sem grilhões, mas ainda sim escravizado, age da forma que é para agir e enuncia o que tem que ser enunciado. A forma de produção social o conduz e ele a segue cegamente. Dessa forma, de acordo com Fairclough (2008), uma compreensão da suscetibilidade do sujeito às forças sociais ideológicas gera implicações interessantes nos atos discursivos dos sujeitos, visto que:

> [...] as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em varias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2008, p.117).

Portanto, se pretendemos fazer um estudo em que os sentidos presentes no discurso sejam abordados, é necessário, então, que se saiba como se constitui o universo social dos falantes. Compreendendo a forma como é organizada a produção da vida do sujeito, poderemos chegar a entendimentos mais satisfatórios do que ele enuncia. Entendendo que o mundo exterior à linguagem está tão presente na linguagem quanto nas aspirações, objetivos e escolhas do sujeito, é importante, então, mediá-los, pois "embora os actores sociais individuais, *na qualidade* de membros de um grupo, as utilizem ou apliquem, são representações sociais por eles partilhadas". (VAN DIJK, 1997, p. 107, grifos do autor).

Devemos levar em conta que, compreendendo o discurso em conformidade com a realidade social, devemos também considerar as classes sociais que se formam nessa

materialidade social. Quando os discursos são associados ou pertencentes a grupos distintos ou classes sociais distintas, e de alguma forma esses grupos ou classes mantêm uma interação social entre si, neste contexto, há possibilidade de que haja antagonismos entre eles. Os antagonismos surgem devido às diferenças existentes entre as formas de apropriação das particularidades existentes no modo de produção que organiza a vida social dessas classes.

Ao se apropriarem de forma diferenciada da estrutura social, as classes comportaram realidades diferentes para os seus associados. Realidade esta que incidirá nas formas como os sujeitos compreenderão o mundo a sua volta e na forma de se relacionarem entre si e com os outros. Os grupos ou classes detentores dos melhores meios de realização da vida, meios esses pré-concebidos pelo modelo da organização social, sobreporão sua classe sobre as demais e sobre elas exercerão influência, conforme nos mostra Van Dijk (2008, p. 24):

> Enquanto o poder foi definido, tradicionalmente, em termos de classe e o controle sobre os meios materiais da produção, hoje tal poder tem sido em grande parte substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre o discurso público em todas suas dimensões semióticas.

Desse modo, na perspectiva de compreendermos quais aspectos ideológicos afetam os moradores da comunidade Mumbuca, transfigurando seus hábitos cotidianos, e como o poder público que acreditamos ideologizá-los age neste propósito, as concepções de mundo e forma de relacionamento social desempenhadas por essas pessoas, caracterizando-as com discursos provenientes de grupos distintos, deverão ser evidenciadas. Separando-os, compreenderemos a instância enunciativa dos moradores da comunidade e, com textos elaborados pelo Estado, compreenderemos qual ou quais ideologia(s) o poder público utiliza e quais são os resultados nos atos discursivos da comunidade.

Apesar de a ideologia ter um único caráter, submeter o sujeito à determinada ação, seja comportamental ou discursiva, ou ambas, os processos ideológicos são vários e os sujeitos são ideologizados sobre aquilo que mais lhes convém. Assim, surgem os afeitos à moda, ao partidarismo político etc. Nesta perspectiva, sobre as elucidações de Chaui (2005), as ideologias, como podemos notar, não só marcam o discurso, mas também orientam as formas como os sujeitos devem conduzir sua vida. Serão essas

marcas presentes no discurso e essas transformações no comportamento que buscaremos esclarecer, pois:

> Recolhendo as imagens diretas e imediatas da experiência social (isto é, do modo como vivemos as relações sociais), a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores). Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir. (CHAUI, 2005, p. 175).

Com isso, na pesquisa, buscaremos um perfil social no qual seja levado em conta o modo de produção da vida dos moradores da comunidade antes do modelo atual elaborado pelo Estado. Contrastando o antigo, elucidado por relatos dos moradores sobre os seus costumes antes da influência do poder público em suas vidas, com as formas atuais, poderemos obter evidências de possíveis influências do modelo novo sobre o antigo. Assim, saberemos se houve reformulações de ações discursivas ou até mesmo abandonos de antigas práticas sociais cotidianas.

Isso quer dizer que, se encontrados outros modelos de produção sobre aqueles construídos pela comunidade, significa que eles comportam modelos sociais condizentes com aqueles sobre os quais o Estado é instituído. Para sabermos se os modelos são provenientes da instância pública, iremos compará-los, na medida em que: "quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológico" (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117).

Entendendo o discurso na perspectiva apresentada por Bakhtin (2006), quando tais modelos são manipulados, ou melhor, reproduzidos pelos moradores da comunidade no seu discurso e nas suas práticas sociais, eles não só legitimam a influência, como também assumem princípios dessa realidade social. Se assim for, isso pode acarretar em transformações na sua identidade cultural, pois, conforme nos esclarece o autor:

> O ser refletido nos signos não apenas nele se reflete, mas também *se refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo

> ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classes.*
> Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. [...] O signo torna-se arena onde se desenvolve a luta de classes. (BAKHTIN, 2006, p. 47, grifos do autor).

Configurar, então, dois discursos que vêm de classes sociais diferentes é necessário para entendermos os interesses pertinentes a essas duas classes. Assim, as relações que se dão no exercício do poder de uma classe sobre a outra precisam ser consideradas. Estudando os discursos na perspectiva dessas interações, poderemos delimitar as relações de interesse, de domínio e de sujeição.

Esses interesses possibilitam a existência de interações entre essas duas organizações sociais ocasionando uma subjugação frente às ideias expostas, resultando no domínio de uns sobre outros. Pelos sentidos incrustados em textos escritos pelo Estado, tentaremos encontrar uma equivalência entre os enunciados do poder público e os atos discursivos e atitudes sociais dos moradores. Dessa maneira, acreditamos poder desvelar se o que Estado propõe para essa comunidade promove processos ideológicos geradores de modificações nos seus atos sociais, entendendo que:

> O discurso não é analisado apenas como um objeto "verbal" autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Assim, em vez de simplesmente analisar uma conversação entre vizinhos, talvez seja necessário fazer o trabalho de campo em uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares ou outros lugares públicos e descrever muitos outros aspectos relevantes desses eventos comunicativos, tais como a situação temporal ou espacial, circunstâncias especiais, os participantes e seus papéis comunicativos e sociais, as outras várias atividades que se realizam ao mesmo tempo, e assim por diante. (VAN DIJK, 2008, p.12).

Portanto, no arcabouço teórico que devemos utilizar para construir nosso conhecimento a respeito da realidade social que permeia os discursos, o materialismo histórico e dialético de Karl Marx é fundamental. Faremos, então, uma breve explicação sobre o materialismo histórico, dizemos breve, pois muito nos círculos acadêmicos já se falou sobre este tema, e, para não cair na repetição, tão somente ressaltaremos sua

importância para a nossa pesquisa. As ideias de Marx são importantes devido à natureza de sua abordagem.

Surgindo da necessidade de Marx explicar as contradições sociais existentes na sociedade de sua época, o autor elucida que as relações de produção da vida material estão intimamente relacionadas às práticas sociais desempenhadas pelas pessoas que nesta realidade vivem. Demonstra, então, na obra *O Capital*, que as questões determinantes referentes ao exercício de poder e das relações de manutenção desse poder são frutos do modelo de produção.

Marx (1982), em suas considerações sobre a dialética, propõe que a estrutura social retroage sobre o pensamento. Este entendimento nos ajudará a compreender se as novas formas de produção a qual estão submetidos os moradores da comunidade Mumbuca, a venda do artesanato em larga escala, interferem na forma como eles entendem os motivos de produzirem o artesanato. Este é outro meio para sabermos se seus hábitos culturais são modificados, pois, para o autor:

> Uma formação social nunca aparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existências tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. (MARX, 1982, p. 26).

Assim, as relações de produção sobre a qual a sociedade se fundamenta promovem as suas relações sociais. E, sempre que houver uma mudança nessa estrutura, mudarão também os rumos em que as relações sociais se mantêm. Guiando-nos por essa ideia de Marx, poderemos perceber que: transformando-se o intuito pelo qual o artesanato é produzido, a utilização diária para fins domésticos e pequenas vendas para a produção em massa para venda em larga escala, as transformações sociais podem ocorrer neste processo.

Entender Marx como um autor-chave para o nosso estudo significa considerar outros teóricos filiados aos pensamentos de Marx, a exemplo Louis Althusser, que apresenta conceitos importantes na obra *Aparelhos Ideológicos do Estado*, que também faz parte do corpo teórico dos estudos sobre o discurso, por isso será aqui estudada. Althusser será importante pelos conhecimentos elaborados acerca dos aparelhos estatais criados para coagir e reprimir a sociedade.

Uma vez que o discurso do Estado a ser analisado é enunciado por vários órgãos estatais, como as secretarias destinadas ao turismo, à proteção da identidade negra e à preservação do meio ambiente, bem como em sites divulgadores criados pelo poder estatal, que fazem referência em seu conteúdo à comunidade e seus artesanatos, estes sites serão também considerados objetos analisáveis. Com base nos ensinamentos de Althusser (1985), tentaremos identificar como os poderes emanados desses órgãos agem coercitivamente sobre os moradores da comunidade Mumbuca. Conforme o autor:

> Apenas do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, pode-se dar conta *das* ideologias existentes numa formação social. Não é apenas a partir daí que se pode dar conta da realização da ideologia dominante nos AIE e das formas da luta de classes das quais os AIE são a sede e o palco. Mas é, sobretudo, e também a partir daí que se pode compreender de onde provêm as ideologias que se realizam e se confrontam nos AIE. (ALTHUSSER, 1985, p. 106-107, nota nossa).

Utilizando-nos dos ensinamentos desse autor, poderemos chegar ao entendimento dos interesses e objetivos que permeiam os discursos veiculados pelo poder estatal. Isso porque, na concepção de Althusser, o Estado é entendido como um setor apropriado pelas classes burguesas para o exercício de seu poder. Este poder empreendido satisfaz os interesses burgueses quando promove a reprodução das condições existenciais da sociedade que rege.

A reprodução das condições de produção propicia a manutenção e a permanência do poder burguês no controle do Estado. Por outro lado, há a permanência dos oprimidos na posição de subserviência. Analisando os sentidos do discurso enunciado pelo poder estatal, saberemos se o que é dito nas leis corresponde, de fato, ao bem estar social da comunidade, ou se os significados de tais leis remetem a entendimentos que estão na base da opressão, como Althusser (1985, p. 106-107) nos ensina:

> Porque se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE, mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta etc.

Nesse sentido, apontamos que a vida e os discursos dos sujeitos são um reflexo da forma como a estrutura social está organizada e que as diferenças contextuais, relativas à produção da vida material, são as responsáveis pela promoção da natureza distinta desses discursos. Para nós, o contexto age influenciando no entendimento da realidade concebida pelo sujeito. Apontamos também que as diferenças de acesso aos modos de produção social geram pessoas portadoras de discursos diferentes, trazendo, assim, não só uma heterogeneidade baseada na diferença discursiva, mas especialmente social.

A partir do exposto, perguntamo-nos: como essa realidade material introduz-se na identidade do sujeito? Como o acesso diferenciado aos meios de produção social, especificados nos parágrafos anteriores, materializam-se em signos e se constituem como uma marca pela qual podemos reconhecer o falante?

Para compreendermos essa outra implicação do discurso, trataremos, no próximo tópico, de uma ferramenta teórica que nos elucidará essas perguntas, a Análise de Discurso Francesa. Com essa disciplina, poderemos dar um enfoque mais psicológico à nossa pesquisa e, assim, compreenderemos as representações do sujeito quando em interação discursiva.

1.2 Análise de Discurso Francesa

No tópico anterior, discutimos que o meio social possui um papel preponderante nos atos discursivos do sujeito. Apontamos que o modo de produção sobre o qual a sociedade é organizada influencia nos sentidos do discurso do falante. Dessa maneira, explicamos que os modelos sociais agem sobre o discurso na mesma proporção que legisla sobre a vida de quem os enuncia.

Elaboramos, então, um raciocínio sobre os sentidos do discurso compreendidos em relação com o mundo das relações sociais. Nos parágrafos finais do tópico em questão, afirmamos que os sujeitos, ao serem atravessados pelo universo das relações sociais, o absorverão de forma particularizada. Ou seja, cada um, conforme Orlandi (2007), será afetado de uma forma diferente pelos modelos da organização social e disso

resultaria o modo como o sujeito se representa diante da sociedade. A autora nos mostra que:

> [...] não são os sujeitos físicos nem os lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderão ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. (ORLANDI, 2007, p.40).

Entender o discurso nessa perspectiva nos inclui em um campo de análise de discurso em que uma visão mais particularizada do sujeito deve ser empreendida. Levando em consideração os aspectos mais particulares do falante, de acordo com Fernandes (2008), podemos chegar às formas como ele absorve e reelabora os sentidos dados pela sociedade para nela se representar, pois a materialidade social não é interpretada da mesma forma pelos sujeitos, devido às condições de produção vivenciadas não serem as mesmas. Estudando o discurso nessa perspectiva, compreenderemos uma das particulares mais intrigantes dos atos discursivos, por que os interlocutores assumem determinados posicionamentos frente ao outro para se fazer entender.

Conforme nos ensina o autor (2008, p.78):

> A subjetividade é vista da exterioridade, é uma construção histórica sob determinadas condições, e [...] se dá na relação com o discurso. Uma vez que o sujeito é produzido nas relações discursivas, há, portanto, uma relação entre subjetividade e discurso. (FERNANDES, 2008, p. 78).

Portanto, será também da nossa alçada, nesta pesquisa, identificarmos como e o que está fora do sujeito, fora do plano da linguagem, que existe na materialidade das relações sociais, insere-se no mundo da linguagem e ganha consistência nos discursos dos sujeitos. Para tanto, será necessário estudarmos o discurso averiguando o modo como o meio social afeta a vida dos sujeitos, conferindo-lhe distinção nos seus comportamentos sociais e atos discursivos, pois é a forma como a materialidade social age na vida dos falantes que propicia as formas como eles irão representar-se frente à sociedade.

Acreditamos que a materialidade social insere-se no discurso quando o sujeito absorve os modelos[8] da organização social em que está inserido, constrói suas formas de representação baseando-se nesse modelo e as retorna ao seu espaço social para manter suas relações discursivas. Na medida em que o seu discurso se enovela com o mundo exterior à linguagem, o mundo da produção da vida social, o sujeito é inserido em uma história e em um tempo distinto, os quais o contextualizam e lhe propiciam discursar de um lugar social. É dessa forma que compreendemos a instância social sendo resvalada para os sentidos do discurso, conferindo uma posição social e sentido para o enunciado do falante.

Portanto, poderemos identificar e diferenciar os sujeitos a partir do discurso, compreendendo as formas como eles se representam na sociedade em que estão. Entendemos que, mesmo os sujeitos inseridos em um mesmo grupo ou classe social, quando observados individualmente, apresentam diferenças tanto no nível discursivo quanto no nível comportamental. Assim, podemos dizer que eles possuem diferenças, as quais, acreditamos, vêm da forma como assimilam e reelaboram os modelos sociais a que estão submetidos.

Este fato torna-se importante para o desenvolvimento deste trabalho, por acreditarmos que a comunidade, ao reelaborar, para o seu contexto imediato, os sentidos da confecção e venda do capim dourado empregados pelo Estado e as representações sociais que estão associadas à sociedade a qual o poder público pertence, pode passar a fazer parte da percepção da realidade dos moradores da comunidade. Assim, os processos ideológicos podem se estabelecer como marcas nos sentidos do discurso desses falantes.

Portanto, se isso ocorrer, essas pessoas, ao elaborar e conduzir o seu discurso para um fim almejado, assim o farão com suas palavras, porém a matriz social sob a qual eles formularão e conduzirão seus enunciados lhes foi fornecida pronta. Assim sendo, os sentidos dos seus atos discursivos se farão dentro de modelos sociais estruturados.

Dessa forma, apesar de o falante produzir sentidos e se entender como: “o produtor”, “o inventor” daqueles significados e dos efeitos que causa sobre o outro que os ouve, tais sentidos não partiram deles, mas de outros que antes os disseram. Essa

[8] Estamos falando dos constructos sociais, como cultura, religião, política, representações simbólicas, modos de relacionamento social etc.

perspectiva do discurso assume características semelhantes a uma mensagem subliminar que esconde sentidos por trás dos sentidos mais compreensíveis. Segundo Vogt (1980, p. 161), "[...] o social estabelece os limites da região ideológica em que se reproduzem e combinam as imagens do enunciador e do destinatário, [...] as significações que assim se reproduzem têm o limite das convenções social que as autoriza".

Sem saber que, escondidos por trás dos sentidos daquilo que estão enunciando, existem outros que não conseguem perceber, ao torná-los ativos em seu discurso, os sujeitos agem como veículos disseminadores dos sentidos já previamente formulados. E, uma vez repetidos, satisfazem aos desígnios daqueles que os elaboraram. Neste raciocínio, conforme nos ensina Orlandi (2007), os falantes deixam de ser a fonte do que dizem para se tornarem apenas condutores de sentidos já antes construídos:

> As condições de produção, que constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos relação de sentidos. Segundo essa noção, não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam [...]. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. [...] Um discurso tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2007, p. 39).

Como exemplo de sentidos velados por trás de outros sentidos, podemos citar campanhas de *marketing*. Nestas, o discurso é modelado para exercer um determinado fim, convencer o ouvinte a fazer, comprar, ou aceitar uma ideia. Dessa maneira, a campanha atinge sua plenitude quando passa a fazer parte naturalmente dos sentidos usados no discurso e nas atitudes praticadas daqueles a quem ela se destina, pois: "[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

Portanto, pelo processo de apreensão da realidade social, essa realidade se transfigura em sentido quando traz à tona, na paráfrase da palavra já dita, o sentido já produzido, escamoteado pela crença da autonomia do que se enuncia. Assim, então, poderemos proceder, analisando o discurso tanto na sua relação com a materialidade social, como pelas representações elaboradas pelo sujeito em interação com outros falantes, reelaborando os signos sociais para se representar.

A esse respeito, Osakabe (1999) nos dá um entendimento esclarecedor sobre essas duas possibilidades de análise quando nos mostra os objetivos pretendidos se analisássemos o discurso do político Vargas ou do diário de Gide dando um enfoque mais psicológico ou mais sociológico. Com suas explicações, o autor nos mostra que as diferenças existentes entre ambos podem levar a diferenças também nos resultados pretendidos caso seja enfocada uma ou outra dessas possibilidades nas análises:

> [...] uma interpretação psicológica dos textos de Vargas com base em categorias fornecidas pela Psicologia resulta da projeção de um interesse do analista, isto é, do interesse em detectar, nos discursos públicos do indivíduo Vargas, o papel de seu componente pessoal e as distorções e impulsos que essa individualidade impunha ao seu papel social. Da mesma forma, e em outra perspectiva, se se quisesse equacionar a visão de classe e as determinações sociais do Diário de Gide, ter-se-ia aí também a projeção de um interesse sociológico, visando localizar no texto um produtor-sociedade (ou camada social) responsável por determinada visão de mundo que situaria a obra de Gide, não na sua especificidade individual, mas na sua pertinência a determinada camada social. (OSAKABE, 1999, p. 52).

A linha proposta pelo autor, ou seja, estudar os discursos nestas duas perspectivas, uma mais psicológica e outra mais sociológica, nos esclarecerá não só o que o sujeito representa no quadro da estrutura social de que faz parte, mas também como este sujeito se representa nesta mesma sociedade.

Dessa forma, tanto as representações sociais elaboradas pelo sujeito se posicionando no mundo, quanto a materialidade social que o induz a assumir papéis determinados na sociedade, tornam-se elementos fundamentais para a compreensão dos sentidos expressos naquilo que os sujeitos enunciarão. Dizemos isso porque, como veremos mais adiante com as análises realizadas, os discursos que encontramos formulados pela comunidade estão marcados pelas reelaborações construídas a partir dos modelos sociais sobre o qual o poder público é organizado.

Neste ponto, em que as formas de representação do sujeito devem vir à tona, uma disciplina capaz de elucidar essas representações sociais nos sentidos do seu discurso nos favorecerá.

Uma vez que o sujeito tanto pode ser compreendido individualmente, quanto sobre as determinações de uma organização social, não vemos motivos que nos impossibilitem de conduzir a análise dos discursos dos moradores da comunidade

Mumbuca e dos discursos veiculados pela instância estatal nos utilizando dos dois universos teóricos que estudam o discurso.

Agindo assim, explicaremos, com maior exatidão, os motivos que podem transmutar a constituição identitária da comunidade e também saber como isso acontece. Acreditamos que, se não nos valermos dos conceitos da Análise de Discurso Francesa e da Análise de Discurso Crítica concomitantemente, os rumos da análise que aqui pretendemos podem ser comprometidos:

> [...] o direito de colocar em foco uma ou outra tônica das condições em que se produz um texto existe e deve ser levado em consideração. O problema que se pretende colocar é simplesmente este: em que medida a definição, ou melhor, a escolha de uma perspectiva determinada não restringe os próprios objetivos da análise? Em que medida não seria fundamental e mais importante considerar as condições de produção por um procedimento mais "neutro" em relação a um interesse prévio, e só depois disso relacionar a essa produção as categorias fornecidas pelo domínio especifico de interesse? (OSAKABE, 1999, p. 52).

Concordamos com o autor quanto à escolha dos procedimentos utilizados para a realização das análises, pois acreditamos que, escolhendo uma ou outra dessas ferramentas, poderíamos comprometer os objetivos pretendidos. Pensamos que, se assim fizéssemos, se escolhêssemos apenas um viés de análise, ficaríamos restritos a apenas uma das particularidades do discurso e, dessa maneira, muito da complexidade que o envolve seria negligenciada. O discurso, para nós, deve ser estudado na mesma perspectiva da sua natureza, de forma multidisciplinar, pois ele apresenta facetas que podem ser estudadas sobre várias abordagens teóricas. Será desse modo, portanto, que procederemos nessa pesquisa.

Explicado, então, por que utilizaremos as duas abordagens teóricas sobre o discurso, dedicaremos os tópicos a seguir a explicarmos a metodologia que seguimos para a execução da pesquisa.

1.3 Metodologia

Para a confecção deste trabalho, nos valeremos das técnicas de entrevistas. Por meio delas, poderemos ter registros das falas dos moradores da comunidade estudada. As entrevistas nos possibilitarão investigar, com mais acuidade, as relações sociais que se dão entre a comunidade Mumbuca e o poder público. Poderemos, assim, sempre que precisarmos, rememorar passagens do que foi dito para não haver dúvidas entre o entendimento que formularemos com as análises do material analisado.

Como procedimento de pesquisa,

> A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientações. (GIL, 1987, p. 113).

Uma das características que fazem das entrevistas uma excelente fonte de coleta de dados é a possibilidade de poder voltar ao mesmo ponto quantas vezes forem necessárias. Isso é importante, pois podem ser observadas particularidades dos discursos dos entrevistados. Eventualmente, em um primeiro momento, o pesquisador pode não dar tanta importância a algum fato, mas este fato poderá assumir uma posição-chave nas conclusões ou no desenvolvimento da sua pesquisa.

Outro aspecto de grande importância em ter um material linguístico gravado é que se pode, se assim for necessário, desenvolver uma linha cronológica de possíveis acontecimentos. Porém isso só será possível se o pesquisador possuir entrevistas que tenham sido realizadas em momentos distintos. Tendo este propósito, o pesquisador pode elucidar possíveis mudanças ocorridas entre um tempo e outro.

No nosso caso, tentaremos remontar o passado histórico da comunidade, não porque nossas entrevistas se deram em faixas de tempo esparsas, mas por termos buscado esse passado pela memória de alguns entrevistados. Assim sendo, a coleta de material linguístico em gravações nos deu possibilidade de análises mais detalhadas dos discursos desses sujeitos.

As entrevistas se deram em dois momentos. No primeiro momento, ocorrido no ano de 2007, fizemos uma visita mais explorativa. Nossa intenção era nos aproximarmos mais da comunidade e abrir caminho para uma nova visita.

Permanecemos junto à comunidade por três dias, fazendo observações e conversando com os moradores.

Tentamos, com isso, adentrar um pouco no cotidiano da comunidade na perspectiva de colher informações de uma forma mais espontânea. Fizemos, então, um tipo de entrevista em que não havia perguntas formalizadas, isto é, perguntas com caráter interrogativo. O que fizemos foi ter uma conversa informal com os entrevistados para deixá-los mais à vontade com a nossa presença. Porém, sempre nos obstinamos na execução do que nos levará até aquele lugar, a coleta de informações. Kluckhohn (1946, p. 103-18 *apud* GIL, 1987, p. 108), nos ensina que:

> A observação participante apresenta, em relação às outras modalidades de observação, algumas vantagens [...]. As principais vantagens podem ser assim relacionadas [...]:
> a) Facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros das comunidades se encontram envolvidos.
> b) Possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado.
> c) Possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados.

Assim sendo, por mais que a entrevista parecesse equivaler a um bate-papo, conduzimo-la para as intenções almejadas no nosso trabalho. Sabemos que o tempo de permanência junto à comunidade foi curto, mas acreditamos que propiciaram bons resultados, pois, ao conversarmos com as pessoas, percebíamos que elas, em um determinado momento, sentiam-se mais à vontade tanto com a nossa presença quanto para expor suas opiniões.

Dessa maneira, à medida que íamos conhecendo os membros da comunidade e conversando sobre assuntos diversos, íamos ganhando mais espaço entre eles. Com assuntos que sempre geravam argumentações e exposição de ideias, satisfizemos os interesses da nossa pesquisa. Tomamos o cuidado para que a conversa informal não ficasse apenas no plano da informalidade e assumisse a sua função.

Isso porque é de grande importância também, ao fazer entrevistas, saber como realizá-las, pois, caso os temas relacionados à conversa não sejam bem selecionados ou os assuntos tratados não sejam essenciais, o pesquisador pode deter-se em assuntos que não interessem a sua pesquisa, correndo o risco de possuir informações desnecessárias e materiais não utilizáveis, o que compromete o desenvolvimento do estudo caso o acesso ao objeto de pesquisa seja difícil, como no nosso caso.

Como afirmamos, essa primeira visita teve como principais objetivos fazer observações a respeito dos hábitos cotidianos dos moradores da comunidade Mumbuca e tentar perceber como se constituem as relações sociais cotidianas dessas pessoas. Dessa forma, observações e conversas relacionadas ao seu modo de vida foram os principais pontos abordados.

Investigar os hábitos da comunidade nos serviu para termos um panorama do cotidiano dessas pessoas e, em consequência, para termos uma visão mais generalizada do que pensam e das formas como agem entre si e com o meio a sua volta. Assim, tentamos ter um panorama generalizado da comunidade, conforme nos aponta Gil (1987, p. 116):

> O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado.
> A entrevista informal é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximativa do problema pesquisado. Nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc.

Em outra visita que se deu no ano de 2008, já conhecíamos um pouco a comunidade e os moradores tinham conhecimento de quem nós éramos, pois, quando chegamos, muitos se lembraram de que estivemos lá anteriormente. A primeira impressão foi que as relações que se deram entre nós e os moradores ocorreram de forma mais natural que a anterior; na primeira visita, ao contrário, nossa associação com o turismo foi muito forte.

Da segunda vez, além de ainda nos comportamos como na visita anterior, tentando obter dados através de conversas mais informais, em alguns momentos, quando os entrevistados estavam bem à vontade com os temas abordados, tentávamos adentrar um pouco mais em questões específicas para que um posicionamento sobre um determinado fato fosse mais explorado.

Conduzindo, então, alguns assuntos de forma mais direta, partíamos de temas mais gerais para chegarmos a posicionamentos mais específicos. Dessa maneira, usando entrevistas com perguntas direcionadas, com caráter mais político, intentamos saber até que ponto a comunidade Mumbuca está inserida no cenário político e consciente dessa inserção.

Para darmos um exemplo do que estamos falando, de que partindo de conversas simples chegaríamos a uma abrangência muito maior das opiniões dos moradores da comunidade sobre os acontecimentos políticos, uma das perguntas direcionadas foi sobre a colheita do capim dourado, mais precisamente sobre quem eram as pessoas que faziam o extrativismo da planta.

Apesar de ser uma pergunta relativamente simples, nela está contido um caráter político muito forte, pois o governo do Estado, por meio do discurso de preservação ecológica, passou a controlar a extração dessa planta na região. Devido a esse fator, a pergunta levou os envolvidos na entrevista a darem opiniões sobre o assunto. Os moradores, então, relativizaram suas práticas naturais de extração, pontuando o controle dessa extração promovido pelo Estado. Assim, levantamos, de forma simples, questionamentos diretos a respeito do plano de manejo do capim dourado e da seda do buriti.

Na tentativa de obter informações sobre a relação dos moradores com os turistas, buscamos posicionamentos e opiniões que pudessem nos esclarecer o que pensavam a respeito da exposição de sua comunidade, de seus costumes e de sua história às visitações de pessoas estranhas. Abordamo-los também com temas relativamente simples, para citar alguns, perguntamos sobre: a origem dos turistas, se eles gostam que os turistas os visitem, por que os turistas gostam tanto dos artesanatos que eles produzem etc.

O que buscamos com esse tipo de pergunta foi saber se eles compreendiam o porquê do Estado ter promovido tantas visitações turísticas a sua comunidade. Percebemos que os moradores não compreendiam muito bem o motivo, apesar de suas respostas não estarem erradas, pois muitos responderam que era por causa da beleza do artesanato produzido, pela exuberância da paisagem natural da região e também para conhecer o povo que produz os artesanatos.

O principal motivo das visitações, que não foi comentado pelos moradores, partiu de um tema que gera grande confusão e insatisfação no entendimento dessas pessoas, a descendência de ex-escravos. E o grande *marketing* usado pelo poder público para divulgar o turismo na região é essa ancestralidade. Para todos os entrevistados, o rótulo imposto pelo poder público não é bem recebido, por não quererem tratamento diferenciado, ou serem considerados como diferentes. Porém, apesar de insatisfeitos, para receberem subsídios do Estado, foi necessário que se autorreconhecessem como tal

e se submetessem às normas decorrentes disso. Dessa maneira, com perguntas direcionadas e simples, abordamos um tema fundamental que gira em torno da relação dessas pessoas com o Estado.

Assim, expuseram seus pensamentos sobre o tema, sem que precisássemos entrar neste assunto de forma brusca, questionando-os se são ou não descendentes de quilombolas. E as respostas obtidas e a forma como iam conduzindo a conversa com o entrevistador e entre eles sempre deixavam transparecer suas ideias a esse respeito.

Uma vez explicadas as estratégias usadas para entrevistar os moradores da comunidade, explicaremos como se deu a seleção dos informantes para que pudéssemos obter esses dados. Para selecionarmos os informantes, dividimos a entrevista de uma forma que nos levasse à obtenção do maior número de dados e informações possíveis. Portanto, os depoimentos possuem informantes de duas procedências. Apesar de procederem de lugares diferentes, tivemos a mesma finalidade ao coletá-los, compreender se as políticas públicas afetam a constituição identitária dos moradores da comunidade Mumbuca.

Para isso, tivemos de fazer um levantamento de dados que pudessem nos fornecer informações sobre como se davam as relações sociais dos moradores da comunidade antes das investidas turísticas e da venda em escala interestadual e internacional do artesanato produzido com capim dourado. Para a reconstrução desse passado, procuramos obter o maior número possível de relatos.

O que significa que, além dos relatos colhidos dos próprios moradores da comunidade, buscamos também fontes adicionais. Tais fontes vieram de moradores da cidade de Mateiros, cidade com a qual a comunidade Mumbuca mantém grandes relações sociais. A justificativa para se fazer uma coleta de dados com informantes que não procedem da comunidade é pela necessidade de remontarmos um contexto sócio-histórico que possibilite demonstrar as formas como se constituía o cotidiano dessa gente.

E, para termos um panorama mais abrangente desse contexto sócio-histórico, um levantamento de dados com maior amplitude de informantes pode ajudar-nos. Nas entrevistas adicionais, focamo-nos em duas perspectivas: uma delas refere-se a remontarmos uma linha cronológica que nos mostre as relações sociais mantidas pelos membros da comunidade ainda no início da cidade de Mateiros, época em que os artesanatos e a comunidade Mumbuca ainda não tinham ganhado notoriedade no estado;

a outra, que se vincula à primeira, intenta mostrar o que ocorreu após a divulgação dos artesanatos, quando sua produção pela comunidade se intensificou e, também, outras pessoas que não são da comunidade, mas de cidades vizinhas, passaram a produzi-los. É comum nas cidades que circunvizinham a comunidade, como Mateiros, Ponte Alta do Tocantins, São Félix do Tocantins e Formoso, haver, em quase todas as casas, artesãs que confeccionam o artesanato.

E os artesanatos que estas cidades produzem, juntamente com o produzido pela comunidade, são levados para a capital, Palmas, para serem vendidos à Ação Cultural, órgão criado pelo Estado para esses fins. Procedendo assim, saberemos até que ponto a confecção do artesanato pode prejudicar a formação cultural da comunidade e gerar antagonismos e competições entre eles e as outras pessoas que também os produzem.

Buscando compreender com mais clareza se o deslumbramento dado ao artesanato, hoje símbolo do Estado do Tocantins, pode agir negativamente sobre a comunidade, selecionamos, então, como fonte de informação, alguns informantes com perfis específicos. Um dos perfis que achamos importante para este fim foi a idade. Assim, um entrevistado que, na época em que fizemos as entrevistas, possuía 70 anos fez parte da seleção. Agindo desta maneira, estaremos em conformidade com os ensinamentos de Bosi (1995, p. 60):

> Um verdadeiro teste para hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças de pessoas idosas: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade.

A idade é importante para nós, pois essa pessoa mora na cidade de Mateiros desde a sua fundação, o que lhe proporcionou um contato com as pessoas da comunidade Mumbuca quando viviam suas vidas sem a interferência das políticas públicas e, também, que ela visse a economia da cidade transformar-se com a chegada do turismo e com a confecção do artesanato. Portanto, esse informante pôde nos dar um panorama histórico de como era a vida dos habitantes da comunidade.

Conversamos também com outros moradores da referida cidade, como as artesãs de uma associação criada para vender os artesanatos produzidos. Investigamos as

formas como é entendida a produção do artesanato por aqueles que aprenderam a confeccioná-lo como produto comercializável para o turismo, para contrastar com aqueles que aprenderam a confeccionar o artesanato por força de uma tradição cultural repassada de pai para filho ao longo das gerações. Dessa forma, saberemos quais as consequências dessa relação.

Acreditamos, então, ser importante a busca por outros informantes tendo em vista esses objetivos. Além de todas as estratégias usadas para obtenção de dados, não devemos nos esquecer de alguns fatores primordiais que devem ser levados em consideração, já que, sem eles, o material linguístico coletado nas entrevistas poderia estar seriamente comprometido no que diz respeito ao conteúdo das informações prestadas.

Uma delas é a linguagem utilizada pelo entrevistador, que deve sempre ser compatível com a linguagem usada pelos entrevistados. Agindo assim, não haverá sobreposição do pesquisador frente aos entrevistados. Caso isso ocorra, pode haver algum tipo de receio do informante em prestar a informação.

Associadas ao uso da linguagem, estão as diferenças culturais que devem ser removidas ou ajustadas. Atenuar as diferenças culturais é também importante, pois, quanto mais à vontade ficar o entrevistado com a presença do entrevistador, mais informações ele fornecerá, tornando-se mais receptivo às perguntas. Também é importante ressaltarmos que, além da linguagem, devem-se levar em conta as singularidades e sentimentos de cada entrevistado. Percebemos isso quando alguns com quem conversamos, por não fazerem parte direta dos rumos que a comunidade deve tomar em relação à política, possuíam uma postura bem mais tímida.

Portanto, a atenção dada a toda informação que o entrevistado está fornecendo é de suma importância para que sua resposta, mesmo quando vir em forma de silêncio por não saber opinar ou desconhecer o assunto, seja aproveitada, como foi o caso de alguns que não estavam a par de todas as investidas políticas e nem se interessavam pelo assunto, apenas obedecem às decisões tomadas. Dessa forma, a atenção dada ao entrevistado é importante, sobretudo para que continue fornecendo os dados para a pesquisa.

Tendo em vista esses pontos, tentamos deixar claros os procedimentos referentes às formas como os informantes foram abordados. Assim sendo, neste momento, poderemos passar para outra fonte de dados que também é um dos cernes da nossa

pesquisa, os documentos elaborados pelo poder público. Além da utilização de material linguístico coletado em gravações e fornecido pelos moradores da comunidade, documentos oficiais do Estado serão fontes de análises.

Documentos relativos ao turismo e à preservação ambiental elaborados por instâncias de poder estaduais e federais aparecerão no corpus deste trabalho. Além destes, os sites elaborados pelo poder público, que são as principais fontes de divulgação da comunidade, serão importantes no nosso material de estudo. Este importante meio de comunicação de massa será muito útil, pois: "são inúmeros os problemas que podem ser pesquisados a partir de dados fornecidos por documentos de comunicação de massa. Podem ser utilizados, por exemplo, para esclarecer aspectos da vida cultural de determinado grupo." (Gil, 1987, p. 163).

Antes de finalizar este tópico, cabe acrescentar que, para a transcrição das falas, o modelo de transcrição será a chave de transcrição[9] de Dante Lucchesi, pois acreditamos que ela nos dará uma maior abrangência quanto aos detalhes que estão presentes nas entrevistas, como interrupções, risos, trocas de turnos etc., possibilitando-nos, assim, uma melhor definição do que foi exposto. O método de análise que utilizaremos virá dos conceitos pertencentes à Análise de Discurso Crítica e à Análise de Discurso Francesa para nos dar um maior entendimento das facetas presentes no discurso.

Comparando as formas como se estrutura o modo de produção dessas pessoas antes do advento do capim dourado com as formas como se organizam hoje, poderemos compreender as transformações e os motivos que as fizeram sofrer estas transformações. Assim, explicados os procedimentos seguidos para a obtenção dos dados, passemos ao outro tópico, No qual discutiremos a questão da identidade, elemento-chave de nossa pesquisa.

1.4 Identidade

Quando falamos em identidade, é comum que os conceitos pertinentes a este termo sejam imediatamente associados a características comportamentais, como os

[9] Consultar chave de transcrição em: http://www.vertentes.ufba.br/projeto/transcricao

gestos, a forma de conversar e a forma de falar. Logo, pensar em identidade como algo particularizado é o primeiro e, às vezes, único caminho que se costuma seguir. O que não está errado, pois a este termo são associados conceitos que também levam em conta características particulares que podem identificar pessoas ou grupos.

Entretanto, o que se deve considerar é que, mesmo para traços característicos e individualizadores, serão os fatores externos que irão mediar estas particularidades. Por mais que uma pessoa acredite ter sua individualidade, ou imagine pensar por conta própria, ela está seguindo os princípios e ideias de um grupo, de uma classe, ou de um modo de produção social.

Conforme nos ensina Lane (1984), a forma como o sujeito construirá sua identidade será pela soma de todas as experiências fornecida pelo mundo ao seu redor. É este mundo que irá subsidiar suas particularidades, fornecendo atitudes para suas ações comportamentais e, assim também, para os sentidos contidos nos seus atos discursivos. Para a autora:

> A linguagem, como produto de uma coletividade, reproduz através dos significados das palavras articuladas em frases os conhecimentos – falsos ou verdadeiros – e os valores associados a práticas sociais que se cristalizam; ou seja, a linguagem reproduz uma visão de mundo, produto das relações que se desenvolveram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social. (LANE, 1984, p. 33).

Diversas áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e Filosofia, têm uma forma particular de entender os conceitos associados à identidade. Não é nossa intenção abordarmos o conceito de identidade em todas estas perspectivas, consideraremos apenas duas das áreas citadas, a Sociologia e a Antropologia. Não deixaremos de recorrer, quando necessário, às outras áreas, mas, para o estudo do discurso que neste trabalho será desenvolvido, a Sociologia e a Antropologia ganham importância.

Devemos ressaltar que não faremos resenhas a respeito dos entendimentos pertinentes à identidade elaborados por essas duas áreas. O que nos interessa é evocar, quando necessário, os conhecimentos pertencentes a uma ou outra para justificar nosso pensamento. Todavia, cabe fazermos algumas considerações sobre a importância dos conceitos advindos dessas duas ciências para a nossa pesquisa.

Uma das formas de compreendermos o discurso da comunidade Mumbuca e o discurso da sociedade de onde parte o discurso do Estado é pelo conceito de identidade elaborado pela Sociologia. Mediando os discursos com a forma pela qual é construída a produção da vida dos habitantes dessas duas sociedades, saberemos quais os sentidos presentes no que enunciam, pois, pelo modo de produção sobre o qual elas se organizam, poderemos caracterizar as suas particularidades.

Dessa maneira, quando pensarmos em ações discursivas, devemos considerar que os significados dessas ações são inerentes a um corpo social que as normatiza. O sujeito, na perspectiva de Lévi-Strauss (2008), passa a ser identificado pela objetiva de um conjunto de práticas e ações coletivas da qual faz parte. Portanto, é a sociedade que fundamenta sua postura comportamental e discursiva. Conforme o autor nos ensina:

> De um ponto de vista mais teórico, a linguagem se apresenta igualmente como condição da cultura, na medida em que esta, por intermédio de oposições e correlações ou, em outras palavras, de relações lógicas. De modo que a linguagem pode ser considerada como uma função destinada a receber as estruturas, às vezes mais complexas, mas do mesmo tipo que as suas, que correspondem à cultura tomada em seus vários aspectos. (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 80)

Nessa perspectiva, as normas e leis, os hábitos e relações sociais como um todo serão criados para estabelecer o que deve e pode ser dito e feito. Regras de comportamento serão adotadas para que se possa conviver em grupo. Assim, as ações, em seus vários níveis, inclusive no nível da linguagem, serão moduladas e organizadas. E o que se percebe é um sujeito produto e não produtor de pensamentos, atitudes e ações discursivas. O indivíduo, então, se torna sujeito à sociedade, sujeito a um grupo e se representa pelos sentidos criados por esse grupo. Segundo Baudrillard (2004, p. 9):

> Todo o confuso amontoado do social se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada: as massas. (...) Elas são “atravessadas” por correntes e fluxos (...), o social as rodeia como uma eletricidade estática (...), comportam-se como “massa”, o que quer dizer que elas absorvem toda a eletricidade do social e do político e a neutralizam sem retorno. (...) Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações periféricas do Estado, da História, da cultura, do sentido.

Se buscarmos os significados da palavra “sujeito” em dicionários diversos, observaremos que esse termo agrega significados como: cativo, submetido, exposto. Fazendo uma comparação do uso dicionarizado com os discursos produzidos em sociedade, eles ganham os mesmos contornos. Os sentidos estarão sujeitos aos modelos sociais que fomentarão um modelo de uso da linguagem. Esse modelo deve ser apreendido e reproduzido para que o sujeito possa fazer parte do sistema social. Segundo Marx (1982, p. 25):

> (...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade (...). A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma estrutura econômica e jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social e político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o ser social que determina sua consciência.

Dessa forma, como faremos a análise do discurso dos moradores da comunidade Mumbuca em que a relação da identidade cultural estará presente, aliaremos os estudos do discurso à Sociologia. Também será necessário, para este trabalho, dar outro enfoque ao conceito de identidade, pois, como o meio social é atuante em todos os sentidos da vida das pessoas, no dia a dia, elas “incorporam” os valores sociais que dele advém.

Assim sendo, é inevitável que as formas como o simbólico cultural lhes afeta individualmente estejam presentes e reelaborados nas suas representações pessoais. Para auxiliar nas análises do discurso quando os aspectos mais particulares do falante forem enfocados, na tentativa de desvelar a identidade dos sujeitos envolvidos na discursivização, comunidade Mumbuca e Estado, e para dar mais subsídios para nossas argumentações, consideraremos, também, a concepção antropológica de identidade.

Os estudos antropológicos compreendem que a identidade se estabelece nas diferenças entre um ser e outro, em que o princípio de alteridade os define e os separa. Analisando a identidade da comunidade Mumbuca frente à identidade da sociedade de onde parte o discurso do Estado, poderemos contrastar suas diferenças e demarcar seus limites. Como o discurso é um fator pelo qual poderemos perceber e realçar estas diferenças, conforme já mencionamos, será por ele que diferiremos as representações de cada sociedade. Segundo Bourdieu (1989, p. 14-15, grifos e nota do autor):

> O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos "sistemas simbólicos" [...], mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença* [10].

Como, em algumas entrevistas, aparece apenas um entrevistado, tivemos que analisar, em cada uma delas, termos presentes no discurso que fizessem referência ao seu modo de vida. Com esta individualização, queríamos saber quais representações sociais faziam parte da identidade do falante. Para responder a esta questão, a Antropologia nos ajudou a entendê-la.

Percebemos que, por mais que estivessem sobre a influência da mesma organização social, encontramos formas diferentes de compreensão do espaço social. Isso mostra sujeitos com concepções diferentes, particularizadas, pois eles não são afetados da mesma forma pela instância social. Entretanto, por estarem circunstanciados pela mesma sociedade e expostos aos mesmos construtos sociais, encontramos as mesmas particularidades da sua cultura presentes nos seus enunciados, mesmo reelaborados de outro modo.

Seguindo este raciocínio, chegamos ao entendimento de que havia uma convergência entre os elementos que propiciavam suas representações sociais. As formas de pensar e de se relacionar com o meio e consigo, ocasionadas pelas formas como se construiu o meio vivenciado, estavam sempre determinadas pelas relações mantidas com a produção agrícola. Pudemos notar, então, que os hábitos rurais os associavam. Assim, chegamos à conclusão, conforme Laraia (2003), de que os elementos que propiciavam a convergência entre eles eram o que se constituía como traço cultural e identitário dessa comunidade, pois:

> [...] entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo. Como categoria entendemos,

[10] Os símbolos do poder (traje, cetro etc.) são apenas capital simbólico *objetivado* e sua eficácia está sujeita às mesmas condições.

> como Mauss, “esses princípios de juízos e raciocínios [...] constantemente presentes na linguagem, sem que estejam necessariamente explícitas, elas existem ordinariamente, sobretudo sob a forma de hábitos diretrizes da consciência, elas próprias inconscientes [...]” (MAUSS, 1969, p. 28-9 apud LARAIA, 2003, p. 93).

E, para compreendermos o que torna algo característico e formador da identidade cultural dos sujeitos organizados em sociedade, a Antropologia foi uma ferramenta importante.

Um exemplo dessas duas formas de compreensão do sujeito – uma demonstrando as forças sociais impelindo-o a participar de grupos e a outra demonstrando que, por mais que o meio social seja atuante e os fatores sociais que o submetem sejam os mesmos, as forças sociais os afetam de forma diferenciada, podendo o sujeito, então, compreender a sociedade de forma diferenciada – é quando observamos os estudos sobre as épocas literárias.

As escolas literárias são agrupadas por escritores que possuem, de certa forma, um conjunto de ideias semelhantes e contextualizadas por um tempo marcado por uma história; vê-se, então, uma realidade social que os enlaça. Em todo caso, o autor possui sua subjetividade criadora, que o particulariza dos demais, seja na composição da forma escrita da sua obra, seja na forma de observação da realidade para compô-la.

Associamos também a questão da identidade a dois aspectos, aqueles que são naturalmente construídos e aqueles que são fonte ideológica do vivido. O primeiro é pertencente ao universo teórico da Sociologia e da Antropologia, pois estamos considerando como identidade naturalmente construída aquela que se constitui ao longo de várias gerações e que, ao ser repassada de uma geração a outra, marca traços pelos quais podemos caracterizá-la como sendo pertencente a uma dada realidade cultural e não à outra.

Assim sendo, em acordo com Castells (2001), esta identidade é estruturada sobre os alicerces da representação social compartilhada. Nesta perspectiva em que a construção de signos sociais particulariza uma sociedade, os sujeitos são fomentadores, produtores das suas diversas formas de representação. Os sujeitos, então, se reconhecem por uma intrincada rede de hábitos e costumes compartilhados que lhes permite a conivência entre ideias, o alicerce de suas práticas e a possibilidade da aproximação natural. Segundo o autor:

> A construção de identidade vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seus significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espaço. (CASTELLS, 2001, p. 23).

A segunda forma de compreensão do sujeito diz respeito à forma como ele irá representar-se na sociedade. Essa representação é devida a fontes ideológicas e produzida por uma tradição cultural sobre a outra, não sendo, assim, do interesse da coletividade, mas do interesse daqueles que possuem intenções particulares. Essa identidade é resultado de fatores contextuais que estão relacionados com o exercício de poder de uns sobre outros na perspectiva de se obter algum tipo de privilégio nessa relação. Ela é, então, estabelecida pela força.

Força esta não física e acreditamos que pode ser muito mais poderosa, pois se estabelece no plano da representação do sujeito, conduzindo suas ideias ou até mesmo reformulando seus princípios culturais. Nessa perspectiva, de acordo com Chaui (2005), os sujeitos são interpelados por vários símbolos sociais visando a sua interiorização para que se pense de determinada forma. Muitas vezes, essa forma de pensar é oposta às formas como o sujeito elabora seu pensamento e, por força da excessiva exposição, acaba tomando forma nos hábitos cotidianos. Conforme a autora:

> Recolhendo as imagens diretas e imediatas da experiência social (isto é, do modo como vivemos as relações sociais), a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam em dois registros: como representações da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas de regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores). Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para a toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir. (CHAUI, 2005, p. 175)

Entender sobre quais aspectos a identidade cultural dos envolvidos nas relações discursivas – comunidade Mumbuca e Estado – é construída será de grande importância na nossa análise, pois, assim, saberemos distinguir quando uma estiver sob influência da outra. Além disso, pelas características definidoras dessas duas sociedades, pela

alteridade existente entre elas, pelo reconhecimento das diferenças que se dão entre os signos que elas comportam, poderemos separá-las, pois:

> Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros. (CALHOUN, *apud* CASTELLS, 2001, p. 22).

Dessa forma, para entendermos o discurso dessa comunidade em relação àqueles enunciados pelo poder público, é necessário que o vejamos como um conjunto organizado de representações sociais que possuem significados particulares e aspectos culturais que definem uma identidade para os seus habitantes. Procedendo dessa maneira, poderemos reunir e distinguir os elementos que conferem a esses sujeitos organizados por ideias, atitudes e objetivos uma representação no mundo, uma identidade. Como podemos perceber nas interrogações de Lévi-Strauss (2008, p. 108):

> Será preciso lembrar que todo o pensamento mítico, o ritual inteiro consistem numa reorganização da experiência sensível no interior de um sistema semântico? Que as razões pelas quais diversas sociedades escolhem utilizar ou rejeitar determinados produtos naturais e, quando os selecionam, as modalidades do uso que deles fazem dependem não só de suas propriedades intrínsecas, mas também do valor simbólico que lhes é atribuído?

Será isso que trataremos no próximo capítulo, no qual veremos como a cultura materializa-se no discurso dos sujeitos.

CAPÍTULO II – Cultura e Discurso

É importante, neste momento, antes de discorrer sobre a relação estabelecida entre a comunidade Mumbuca e o Estado, estabelecermos a disjunção entre os dois. A disjunção será feita com base nas particularidades existentes em cada modelo cultural sobre o qual os discursos são enunciados. A cultura é importante para reconhecermos e identificarmos quem são as pessoas que enunciam, pois é ela que confere as características que asseguram coesão social entre os sujeitos e distinção entre uma comunidade e outra.

A coesão cultural advém de valores e fazeres que marcam todos os planos da vida das pessoas, indo das ações comportamentais e discursivas à representação da realidade por meio de símbolos. Dessa forma, na medida em que os valores vão sendo socialmente construídos e agregados aos signos que os sujeitos utilizam para se representar, estes sujeitos poderão ser identificados pelos valores presentes nestes signos. A cultura, então, se mostra como um molde que dá contorno aos fazeres e representações. Poderíamos ilustrar isso, por exemplo, com a descrição feita por Mauss (1979, p. 193) dos condicionamentos do corpo em função da vestimenta:

> O domínio do social é o domínio da modalidade. Até os gestos, o nó da gravata, o colarinho e a maneira de erguer o pescoço que dele deriva; o modo de andar e a parte do corpo cuja exigência requer o uso do sapato, ao mesmo tempo em que este determina aquela – por falar só de coisas de uso cotidiano – tudo tem uma forma ao mesmo tempo comum a muitos homens e por eles escolhida entre várias outras formas possíveis. Esta forma se encontra só aqui e ali, neste ou naquele determinado momento.

Assim, cada sociedade apresenta padrões, ou melhor, modelos culturais frutos do entendimento construído e acumulado em um determinado lugar por determinadas pessoas. São valores, saberes e tradições que, ao serem repassados, ao longo de uma cadeia de descendentes, fixam-se às práticas sociais e consolidam os elos entre as pessoas que os apreendem. São entendimentos que, uma vez elaborados, subsidiam uma forma de perceber a realidade e de explicar a vida e a natureza ao redor. Percepção que,

consequentemente, acaba por promover as relações interpessoais entre os sujeitos. Portanto, a cultura constitui as bases sólidas pela qual um povo, uma sociedade pode se identificar.

Laraia (2003), apesar de explicar de modo homogeneizante a visão de um antropólogo e a de um índio tupi sobre a floresta, contribui para a compreensão de diferentes visões que diferentes grupos podem ter sobre um determinado aspecto do meio com o qual interagem, em função, inclusive, do tempo disponível para essa interação e dos conhecimentos de que dispõe. O autor considera que:

> Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas. Por exemplo, a floresta amazônica não passa para o antropólogo – desprovido de um razoável conhecimento de botânica – de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial. [...]
> Assim, ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas. (LARAIA, 2003, p. 67)

A cultura, então, promove a coesão social entre os integrantes de uma mesma comunidade e, como um processo cíclico e contínuo, na medida em que os sujeitos absorvem tudo aquilo que sua cultura lhes forneceu, eles devolvem essa absorção para o meio social em forma de comportamentos sociais. Nesse processo de devolução, um dos principais meios utilizados é o ato de falar. Isso possibilita apreender, na superfície dos atos discursivos, a interligação entre signo, sentido e cultura.

Assim, partimos da premissa de que tudo que faz parte do constructo cultural de uma sociedade, de um povo, também fará parte do constructo subjetivo dos sujeitos, e de que se incluam, neste, os sentidos do seu discurso. Dessa forma, entendemos que os enunciados de qualquer falante firmam-se sob uma cadeia de símbolos, valores, crenças e atitudes elaboradas por uma formação cultural específica.

Portanto, uma vez que a cultura de um povo, de uma comunidade, parte de um conjunto de entendimentos sobre o mundo e esta compreensão promove a ordem das ações praticadas, é apropriado, primeiramente, possuir conhecimento sobre o modelo organizacional da cultura sobre a qual os enunciados serão elaborados. Compreendendo, pois, primeiramente, as práticas sociais da comunidade Mumbuca e da sociedade de onde é instituído o Estado, saberemos como se constitui a identidade social e discursiva

desses enunciadores. Isso porque o discurso reproduzirá uma imagem dos modos culturais daqueles que enunciam.

Faremos, então, uma explanação sobre a realidade histórico-social das pessoas que na comunidade Mumbuca vivem. Nossa intenção será averiguar se o modo como produzem suas vidas está presente nos sentidos dos discursos que elaboram. Para tanto, iniciaremos ressaltando algumas peculiaridades da forma como se realizava o modo de produção dos seus ancestrais, os antigos quilombos. Assim procedendo, faremos um percurso mais elucidativo dos modos como essas pessoas constroem sua cultura, mantêm suas relações sociais e, por fim, formulam seus discursos.

Da mesma forma, procederemos para entendimento da sociedade sobre a qual o Estado é organizado. Buscaremos compreender quais princípios e valores foram elaborados para governar as pessoas que dela participam. De antemão, como não é estranho a ninguém que se proponha a estudar a relação entre Estado e sociedade, podemos já dizer que a sociedade sobre a qual os discursos do Estado se firmam é uma sociedade com princípios e valores baseados no modo de produção capitalista.

O que faremos é buscar sentidos nos discursos que nos mostrem que esse modo de produção está presente naquilo que seus entes sociais estão enunciando. Assim saberemos como aqueles que detêm o poder para normatizar e, desse modo, conduzir as vidas de outras pessoas fazem funcionar as engrenagens da instância pública.

Ao darmos importância para as particularidades culturais, estas nos ajudarão no entendimento da outra parte do trabalho, quando nos detivermos em analisar o discurso desta comunidade, já sobre a influência das políticas públicas elaboradas pelo Estado. Poderemos, então, avaliar o que pode ter sido alterado nessa constituição cultural, pois, conforme nos ensina Bakhtin (2006), às palavras contidas no discurso estão fixas todas as relações sociais mantidas pelo sujeito. Assim sendo, ao manter novas experiências interpessoais, novos termos e discursos podem ser absorvidos e, junto a eles, novos conhecimentos e valores também:

> É portanto claro que a palavra será sempre indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica [...]. A palavra é capaz de registrar as

> fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN 2006, p. 42).

Vamos, então, a seguir, indicar elementos que apontam para um histórico cultural das origens da comunidade Mumbuca para, depois, a partir dos enunciados dos próprios moradores da comunidade, elucidar as marcas que contenham sua matriz social.

2.1 A constituição identitária da comunidade Mumbuca

Os quilombos surgiram como um símbolo da resistência de grupos de negros que se rebelaram contra o sistema econômico escravista do período colonial do Brasil. Revoltados com os maus tratos e humilhações sofridos nos engenhos de cana-de-açúcar, os escravos organizaram-se e fugiram para locais isolados e de difícil acesso, como matas fechadas, montanhas e selvas, e lá se refugiaram. Os refúgios surgiram inicialmente como aglomerados de fugitivos que, ao passar do tempo, acabaram tornando-se aldeias.

Nessas condições adversas, seus recursos básicos de sobrevivência eram as plantações e a caça. Dessa forma, se mantinham por um modo de produção baseado na economia de subsistência. Nessas aldeias, tudo que era produzido tornava-se um bem comum, a sociedade se organizava em modo de cooperação, e o princípio que regia o trabalho era o bem de todos. A principal atividade agrícola que assegurava a subsistência do grupo eram as roças de arroz, feijão milho e mandioca. A caça também era praticada, assim como a pesca e o extrativismo.

O que deve ser ressaltado a respeito dessas práticas sociais, de acordo com Anjo (2009), é que os significados que delas derivam não se findam na sua realização material, o sustento. Elas representam, sobretudo, um modo de se compreender o ambiente social em que eles viviam. Isso porque o conjunto de regras e condutas baseado na partilha dos materiais indispensáveis à vida promoveu a harmonia social, caracterizando um modo de produção mediado por valores de igualdade entre seus membros.

Configura-se, assim, uma das principais marcas culturais e incontestes da sua organização social, o coletivismo:

> A terra – o terreiro – não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que têm os registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. Num quilombo, a terra não é pensada e nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância de uso comum – coletivo, que é elemento principal da consolidação do território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social. (ANJO, 2009, p. 108).

A cultura das comunidades dos quilombos é remanescente dessa herança cultural preservada através do tempo. O isolamento, então, garantiu a conectividade entre o passado e o presente e, desse passado sócio-histórico, essas comunidades construíram o seu patrimônio cultural. Trata-se de um patrimônio baseado no princípio de igualdade entre os sujeitos que ainda hoje se mantém forte na identidade cultural dessas pessoas.

Para finalizarmos essa pequena exposição sobre as relações sociais que cristalizaram uma parte da construção identitária dos quilombos, cabe reforçarmos que os quilombos não significaram apenas lugar de refúgio de negros fugidos das senzalas, mas, antes de tudo, representaram o espaço de uma organização social de homens e mulheres que se recusaram a viver sobre as mazelas da escravidão.

Engajados na luta contra o sistema atroz escravista, conseguiram a liberdade almejada, sendo grafados na História do povo brasileiro com a imagem de uma das suas figuras mais emblemáticas, Zumbi dos Palmares.

Pudemos ver, então, o modo de produção dos habitantes dos antigos quilombos, baseado em uma produção econômica de subsistência. Por meio dele, enfatizamos um dos traços da relação social decorrente desse modelo de organização, o coletivismo. Afirmamos também que esse modelo organizacional e a forma de relacionamento entre as pessoas que dele decorre foram preservadas por todos os descendentes destes grupos antigos, dentre os quais se incluem os moradores da comunidade Mumbuca.

Hoje, por mais que o modo de produção econômico da comunidade não seja uma cópia do que os antigos quilombos fizeram, mostraremos que há uma confluência entre essas duas práticas sociais. Isso revela a interligação entre elas e confere aos membros da comunidade uma natureza singular nas suas formas de se relacionar com o

ambiente a sua volta, entre si e com os outros, aliando-se aos antigos modelos dos seus ancestrais.

Para endossarmos nossas afirmações, utilizaremos algumas das entrevistas que coletamos. Numa delas, feita com um antigo morador da cidade de Mateiros, ele nos relata como se dava o modo de produção da vida dos habitantes da Mumbuca, ainda muito antes de toda a fama da comunidade e dos artesanatos produzidos por eles. Pela memória desse informante, tentaremos remontar um passado em que as práticas sociais sejam reconstruídas em momentos que antecederam as políticas públicas. Assim, começaremos a averiguar como se davam as relações sociais.

Guiando-nos pelos ensinamentos de Chaui (2005), a memória cumpre um papel importante em nossa pesquisa, uma vez que devemos evocar características de uma comunidade das quais não nos será disponibilizada senão a memória daqueles que fizeram parte de alguma forma da história social dos moradores da comunidade Mumbuca. Para a autora:

> A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo [...]. (CHAUI 2005, p. 138).

Vejamos, então, o que nos relatou o morador no enunciado abaixo:

Doc: O senhor poderia me contar um pouco sobre a comunidade Mumbuca, das formas em que eles viviam antigamente?
Info: Eles vivia da caça, aqui tinha muita caça, do pexe, do porco, da galinha, do roçado, da plantação de milho, mandioca, melancia, do gado, era assim que vivia.
Doc: Eles agora vivem mais do capim dourado?
Info: O capim dourado tá dando muito dinheiro, fazia antes e não tinha valor ninhum.
(Entrevista gravada em: 14 de jul. 2008)

Notamos que o morador, ao descrever as atividades realizadas pela comunidade, mostra-nos uma realidade social baseada em um sistema em que o uso da terra – para a manutenção da vida – é primordial, como podemos ver no enunciado acima transcrito. Essa relação com o universo agrícola é o que podemos chamar de marca cultural deixada por aqueles de quem eles descendem, os quilombos. Também podemos dizer

que é a fonte primeira de sua economia, o que nos possibilita situá-los dentro das particularidades de uma economia de subsistência.

Notamos, então, atos passados ainda presentes na vida dessa gente, mas não queremos, com isso, simplesmente dizer que a comunidade possui os mesmos hábitos que os seus ancestrais, pois só isso não nos levaria a grandes reflexões. Nossa intenção é demonstrar essas práticas sociais se organizando sobre sentidos que remetem a um modo de pensar baseado no uso coletivo dos meios de produção. Dessa forma, ficará evidente uma identidade que preserva valores culturais arraigados no coletivismo.

Esses valores, de acordo com Gomes (2009), organizam a vida e criam normas para todos que os absorvem, definindo o que se deve e não se deve fazer no seio da sociedade:

> Falando em atitudes e visões de mundo, falamos em cultura. Assim, a sociedade, em suas parcialidades ou em sua totalidade, se rege pela cultura, por um modo de ser coletivo que é partilhado por seus membros. Pertencendo a determinada categoria social, os indivíduos têm participação coletiva dentro dessa categoria social, que, por sua vez, se integra ao todo da sociedade. Isto é, cada categoria social abriga comportamentos e modos de ser coletivos que podem ser vistos como cultura. (GOMES, 2009, p. 45).

Propositalmente, ainda precisamos identificar se essas práticas sociais e os valores delas decorrentes são resvalados para os sentidos dos discursos dos moradores da comunidade, e, se a transposição da materialidade cultural para a abstração linguística for evidenciada, conforme Ciampa (1987), poderemos, então, não só dizer que os sentidos do discurso vêm de uma organização social específica, mas também demonstrar como isso ocorre. Precisamos, para isso, evidenciar se, no discurso dessas pessoas, estão representados elementos da sua realidade social, pois:

> Para compreendermos melhor a ideia de ser a identidade constituída pelos grupos de que fazemos parte, faz-se necessário refletirmos como um grupo existe objetivamente: através das relações que estabelecem seus membros entre si e com o meio onde vivem, isto é, pela sua prática, pelo seu agir (num sentido amplo, podemos dizer que pelo trabalho); agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir etc. (CIAMPA, 1987, p. 64).

Veremos como isso ocorre transcrevendo uma das conversas que se deu entre dois moradores. É importante ressaltar que esses discursos relacionam-se a dois

conteúdos, à criação dos filhos e ao animal que estava invadindo a roça. Ressaltamos isso – e indicaremos no texto – para que, ao ler a transcrição, o leitor não se perca quando o conteúdo mudar. Vejamos:

(Falam sobre o animal)

Info (1): (chegando na casa da moradora) Ê capuera!! Tô vindo do roçado. Aquela burra que tava na roça de paizim que desde ontonte, esses dia eu botei pra fora, botei pra fora duas veizis e hoje ela já... nam! Tinha dois animale esses dia lá dentro.
Info (2): Não tem arame, não tem arame, não tem arame, então quero saber como é que faz! Matar não pode, matar que é criminoso (...) é o dono tomá parte, ninguém guenta não. Aqui ela entra em qualqué lugá, paizim já apiô ela mais, hum, hum! (...)
Info (1)**:** Mas essa burra eu já disse que pra paizim (*fala de paizim*) "Agemiro, aquela burra não tem arame não" tem paizim depende do dono fazer o serviço (...).

(Falam, agora, sobre os filhos)

Info (1): (...) moço, parece que tão criando fi como parece que tão criando batata, fazendo e largando pra lá, e eu naaam! Pois eu custei a trabaiá fora (...)
Info (2): Ó o tamãe da neném, não sabe capiná ó, essa neném não sabe capiná, não sabe rapá, rapá sabe (...) não sabe torrá farinha, no tempo meu, des tamanhinha eu já torrava farinha, já rapava mandioca (...)
Info (1): Mar é alguém, ô, ô duas coisa, ô, é interesse dela que num tem ou é a mãe (...), se num insinar de piquininim, depois de grande não aprende não (...)
(Entrevista gravada em: 19 de jul. 2007)

Sem nossa interferência fazendo perguntas sobre um assunto qualquer, acompanhamos várias conversas entre os moradores. Percebemos que os temas levantados entre eles sempre estavam relacionados ao modo de vida agrícola, como no caso acima, em que falam sobre como criar seus filhos e dos tipos de problema enfrentados no dia a dia. Entendemos que, nessa conversa, não está contida apenas a elaboração de enunciados com sentidos que remetam ao universo rural. Veremos, com as análises, uma prática social, uma materialidade cultural transmutada no signo linguístico.

Dessa forma, perceberemos, nos enunciados elaborados pelos informantes, uma tradição herdada da organização sociocultural dos quilombos, tradição essa "refletida" no cotidiano dessa comunidade e nos seus atos discursivos. O exame atento dos sentidos que emergiram dos enunciados acima nos levará ao entendimento de que o constructo social dessas pessoas é fortemente alicerçado nas práticas agrícolas. Nesse entendimento, há uma confluência das práticas sociais para com os sentidos dos seus enunciados.

Para darmos exemplos das práticas sociais que no texto estão marcadas, podemos citar as atividades desempenhadas pelos falantes, como quando o morador afirma estar vindo da roça *"Ê capuera!! tô vindo do roçado"* e também quando ambos os enunciadores se propõem a falar sobre os problemas que estão enfrentando naquele momento *"Aquela burra que tava na roça de paizim"* ou *"não tem arame, não tem arame, não tem arame"*[11] e *"paizim já apiô"*[12].

Para notarmos a confluência dos seus enunciados com as particularidades da vida no campo, a evidência é o momento em que os informantes conversam sobre a criação dos seus filhos. Notamos os sujeitos, ao construírem os seus enunciados com atividades que lhes são familiares, denunciam o modo de vida em convergência para o seu discurso, como podemos ver na formulação: *"moço, parece que tão criando fi como parece que tão criando batata, fazendo e largando pra lá"*. Notamos, na metáfora construída, uma relação estabelecida com o modo como se planta batata, sendo condizente com as formas como se educa os filhos. Percebemos, aí, os seus saberes sendo evocados, pois é o seu contato – a experiência – com as práticas agrícolas que lhes possibilita relacionar o modo como se planta o alimento com os cuidados com os filhos.

Como podemos observar em vários momentos do que está sendo enunciado pelos sujeitos, há sentidos que remetem às minúcias das experiências vivenciadas no seu dia a dia. Segundo Chauradeau (2008), esse modo de produção agregado ao discurso, faz vir à tona não só a representação da vida cotidiana, mas valores culturais pertencentes a um determinado contexto:

---

[11] Aqui a moradora refere-se ao arame do curral. Nesse caso, o que se afirma é que não há arame de curral que consiga impedir a invasão do animal na roça.

[12] Apiar significa amarrar as patas do animal com o intuito de que ele não vá para muito longe das terras do seu dono.

> [...] sem identidade social não há percepção possível do sentido e do poder da identidade discursiva; sem identidade discursiva diferente da identidade social e reveladora do "posicionamento" do sujeito, não há possibilidade de estratégias discursivas, e sem estratégias discursivas, não há possibilidade para o sujeito de se individuar, o que corresponderia a um sujeito sem desejo. (CHAURADEAU 2008, p. 36).

Para darmos mais exemplos, quando analisamos o enunciado do informante 1 "*se num insinar de piquininhim depois de grande não aprende não"*, podemos ver uma repreensão ao informante 2 sobre os ensinamentos e práticas sociais ditos por este que o sujeito neném não executa, como podemos ver nas seguintes sequências discursivas: *"não sabe capiná ó"* e também: *"não sabe torrá farinha"*. Essas sequências nos mostram a prática social desempenhada por um povo marcada e sendo posta em evidência nos seus atos discursivos. Dessa forma, os sentidos do que enunciam se ajustam ao contexto social que vivenciam.

Dizer que a filha não sabe "*rapá mandioca*" ou "*torrá farinha*" é mais que descrever uma falta de habilidade, é trazer a cultura reconhecida e praticada pela geração da mãe para constituir o discurso da comunidade. Significa dizer que há aí um modo de vida estabelecido, uma identidade e uma tentativa de repassar este modelo que emana de antigos costumes. Neste caso, a prática assume a forma de representação da cultura e, como qualquer outra representação cultural, deve ser ensinada e preservada para e pelas gerações seguintes.

A tentativa de preservação das tradições culturais, nos baseando em Fairclough (2008), está explícita na ação social que deve ser desempenhada pelo sujeito "*neném*", que, no enunciado, é mal avaliado por aparecer como aquele que não pratica essas tradições, explícita pelo advérbio de negação e verbo modal: *"não sabe"*. Isso evidencia que aos valores que desses atos decorrem associam-se sentidos relacionados à preservação e manutenção de uma tradição cultural que se deve manter viva na memória e nos hábitos da sociedade que as pratica através do tempo, como podemos ver neste enunciado: "*no tempo meu des tamanhinha eu já torrava farinha"*. E nota-se essa tradição cultural sendo cristalizada quando o ensinamento passa a fazer parte das práticas sociais do sujeito: "*rapá sabe"*.

> A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica –, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que

> se possa reduzir qualquer uma dessas orientações dos discursos. Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não discursiva. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94).

Portanto, ao fazer vários julgamentos sobre os saberes da filha, no discurso, percebemos os saberes culturais dos quais fazem parte, representados nos sentidos do discurso do enunciador. Assim verifica-se a cultura se resvalando para os sentidos do que se está enunciando. A frase *"no tempo meu"* mostra, evidentemente, que se fala sobre uma prática específica de um povo que cultiva determinados valores e saberes, e o discurso do informante 1 *"se num insinar"*, que a manutenção da ordem cultural pode não permanecer.

No enunciado acima, também podemos perceber que o cooperativismo, base das relações sociais desempenhadas pelos antigos quilombos, ainda é praticado. Não há uma individualização que permita a preocupação apenas com aquilo que é seu, pois o uso é coletivo e o sustento é marcado pela sociabilidade, veja-se este enunciado: *"Aquela burra que tava na roça de paizim que desde ontonte, esses dia eu botei pra fora, botei pra fora duas veizis"*. Podemos ver que, mesmo não sendo a parte que lhe cabe no roçado, indicada por *"na roça de paizim"*, há uma preocupação dos moradores com aquilo que é do outro.

O que queremos ressaltar, com essas explicações, é que os sentidos que estão contidos nos enunciados remetem-nos a uma dimensão cultural baseada em valores pautada em um modo de vida que vem da relação dinâmica dessas pessoas com o campo. Podemos perceber que os enunciados acima revelam traços de uma formação discursiva fixada nas práticas marcadas pelo modo de produção agrícola, demonstrando uma realidade social que se perpetua do antigo – como pudemos ver no modo de produção dos quilombos – para o contemporâneo.

Assim sendo, não é tão simplesmente o que se disse, não é a simples manipulação ou o simples uso dos termos que fazem alguém representar-se por uma cultura, mas quem disse e por que disse. O mesmo enunciado poderia ser dito por qualquer outra pessoa, mas se fossem outros e não os moradores da comunidade, ou outros que também descendem de grupos quilombolas, eles não estariam imbuídos para se representar por esses sentidos. Os sentidos de um enunciado só fazem sentido se inserindo na vida, no cotidiano daqueles que os vivenciam, pois:

> [...] quando se fala no *ethos* de um povo, de uma coletividade, [...] queremos dizer a subjetividade ou interioridade de sua cultura, a qual tem repercussão como valores e normas no seu comportamento e no seu modo de ver o mundo. (GOMES, 2009, p. 50).

Percebemos, então, que a realidade que se faz entre o antigo e o contemporâneo preserva um universo construído sobre uma tradição cultural. No curso da História, as tradições culturais herdadas dos ancestrais permaneceram fincadas ali. E, através dos elementos culturais marcados pela singularidade das práticas sociais, dos costumes, da vida comunitária e simples, estas tradições se mantêm vivas construindo a identidade dos moradores da comunidade.

Destacaremos, a seguir, outro aspecto da cultura da comunidade, na tentativa de levantarmos o máximo possível de características que nos mostrem as relações culturais e sociais dessas pessoas antes das políticas públicas elaboradas pelo governo do Estado.

O enunciado de uma artesã da comunidade que produz os artefatos artesanais com capim dourado, elementos, como já dissemos, dos mais singulares da cultura dessa gente, explica os motivos pelos quais eles os produzem, vejamos:

> Doc: A senhora poderia me contar um pouco da História do artesanato feito com capim dourado?
> Info: a dona [...][13] aprendeu com a mãe dela que a mãe dela era **índia**, aí aprendeu e quando ela começou a fazer e foi passando de mãe para filho, sabe, antes também não era divulgado e passou a divulgar aí todo mundo começou a fazer.
> (Entrevista gravada em: 19 de jul. 2007, grifo nosso.)

Grifamos a palavra "***índia***" por uma razão especial, a informante, ao pronunciar o vocábulo, enfatizou-o. No nosso entendimento, o discurso da artesã revela-nos um cuidado em explicar a origem do artesanato, por isso a ênfase na palavra. A ênfase nos remete a um querer, uma vontade ou necessidade de demonstrar a riqueza dos laços culturais que envolvem o artesanato, cujas origens e conexões não se ligam apenas a um produto que eles confeccionam, mas, pelo contrário, faz parte da identidade cultural

[13] O asterisco indica a supressão do nome da informante.

construída por uma comunidade que possui um passado histórico pautado em tradições singulares que não se desfizeram com o tempo.

Isso valoriza a sua cultura, conduzindo nossa atenção para a origem do artesanato, como se quisesse mostrar-nos que ele é mais que uma peça, é uma prática social que se materializa em um objeto. E, dizendo *"foi passando de mãe para filho"*, a artesã atribui um valor de saber cultural que revigora o caráter original e único vindo de uma herança familiar.

O termo ***índia***, então, é bem mais que uma palavra ressaltada sem motivos aparentes, para nós é uma imagem de si – da artesã – e da sua comunidade. A palavra ***índia*** torna-se uma representação simbólica e representativa da ancestralidade se perpetuando ao longo do tempo, como um traço da formação identitária e de autoidentificação dessas pessoas. Conforme nos elucida Amossy (2005, p. 9):

> Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

O que podemos concluir com isso é: quando uma sociedade impele práticas sociais que são refletidas para os outros membros, formando um todo social coerente, legitimam-se as ações, os significados e os valores agregados a essas práticas sociais. Assim, a prática social vai construindo um mundo de sentidos que envolvem os sujeitos e suas ações cotidianas. Desse mundo que se constitui de ações e sentidos, ambos – sentidos e ações – refletem-se nas práticas discursivas dos sujeitos, constituindo uma comunidade ou sociedade.

Assim sendo, quando esse mundo construído é conectado por ações, sentidos e discursos e passam a fazer parte das práticas coletivas de uma sociedade, cristaliza-se um conhecimento e, por fim, consolida-se uma cultura, uma história e uma consciência social. Como nos ensina Bakhtin (2006, p. 36):

> A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e a ela refletem suas lógicas e suas leis. [...] Se privarmos a

> consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem.

Percebemos, então, que os sentidos presentes no discurso da informante estabelecem-se na representação da identidade social na qual o artesanato com o capim dourado teve origem, mostrando que os sentidos e os valores pertinentes a ele estão compreendidos na História e na cultura dessa gente, e se manifestam e se cristalizam na representação simbólica de um artefato que distingue e dá singularidade aos moradores da comunidade Mumbuca.

2.2 Da sociedade de onde parte o discurso do Estado

Sendo do interesse desta pesquisa saber se a identidade cultural dos moradores da comunidade Mumbuca está sendo afetada pelos discursos elaborados pela instância estatal, é importante identificarmos em quais valores e práticas sociais o agente causador da influência está inserido. Agindo assim, saberemos se esses valores se encontram presentes nos discursos e relações sociais daqueles pertencentes à comunidade. Neste momento, então, é importante que dediquemos esta parte da pesquisa à compreensão do que está inscrito no discurso elaborado pela instância pública.

Sabendo que o discurso que estamos nos propondo a analisar não vem de um sujeito, mas de uma instância pública, devemos saber a quais princípios os responsáveis pelo funcionamento da máquina estatal estão submetidos para compreendermos os sentidos que são enunciados nos textos produzidos pelo poder público. Para isso, é necessário sabermos como esses sujeitos organizam-se socialmente e constroem alguns dos valores que conduzem e dão sentido as suas vidas.

O que faremos será apontar algumas características desse sistema social que nos sirvam para as análises posteriores. Elucidando essas características, mais à frente poderemos saber se algumas dessas particularidades fazem parte do discurso e das ações sociais dos moradores da comunidade Mumbuca. Desse modo, para darmos início ao

nosso propósito, de antemão, como já mencionamos no capítulo anterior, partimos do entendimento de que a sociedade sobre a qual é organizada a instância pública é a sociedade capitalista. Assim sendo, começaremos apontando uma de suas características mais peculiares, a estratificação social[14], e veremos outras particularidades dela decorrentes.

Compreendemos a estratificação social como sendo o resultado de um processo, a busca cada vez mais acentuada da aquisição financeira para se obter prestígio social e poder. Para melhor explicarmos a dinâmica dessa estratificação, podemos metaforizar de forma bem simples, dando o exemplo dos degraus de uma escada. Essa metáfora consiste em atribuir para cada um desses degraus modos como a vida dos sujeitos é construída, ou seja, os sujeitos possuíram determinado tipo de vida e *status* social de acordo com o degrau em que estiverem.

O processo, portanto, seria o de subir nesses degraus na perspectiva de mudar o modo como se está vivendo. Na medida em que os sujeitos vão ultrapassando-os em busca de um melhor *status*, outros degraus ficam para trás, nos quais vão se acumulado sujeitos que comporão as mais variadas camadas sociais. A estratificação social consiste, então, na divisão de toda a sociedade em classes sociais.

O ponto em comum entre cada uma dessas classes é o seu enraizamento na busca pelo poder financeiro, poder esse que proporcionará a aquisição de bens de consumo ditos essenciais para se ter uma boa qualidade de vida. Há, assim, um consenso entre todos de que, possuindo os melhores bens materiais, como casas, carros, móveis, roupas e uma gama de outros objetos, viver-se-á melhor. Portanto, é necessário que avancem a qualquer custo para se chegar aos degraus onde as pessoas possuam mais dinheiro, possam ter mais e melhores bens de consumo e serviços[15] e, em decorrência disso, melhor qualidade de vida.

Dessa forma, podemos notar que o princípio que movimenta essa sociedade é a materialidade. Nessa perspectiva, uma das facetas dessa estratificação é hierarquizar as pessoas em níveis diferentes pelo poder aquisitivo e pelos bens de consumo e serviços

---

[14] Não é nosso objetivo aprofundar essa discussão, pois caracterizar cada estrato com os perfis que nele podem estar contidos fugiria ao propósito do nosso trabalho. Porém, fazer algumas considerações a esse respeito é importante para, no capítulo seguinte, podermos saber se esta característica, assim como outras que mostraremos neste tópico, está inserida entre os moradores da comunidade.

[15] Como serviços, estamos considerando todos os acessos que as pessoas possuem, relacionados à saúde, representação jurídica, política, educação e lazer.

que podem com obter e desfrutar. Mas, falando da estratificação social da forma como estamos conduzindo nossa explicação, o que parece é que as diferenças entre as classes se dão unicamente pela quantidade de poder aquisitivo que cada um dispõe e o tipo de bem material e serviços que se pode obter.

É como se todos, de alguma forma, independentemente de qual nível se encontrem, pudessem desfrutar desses itens, e a diferença entre eles se faria apenas pela qualidade daquilo que desfrutam. Porém, não é exatamente assim que ocorre. Os níveis sociais são entendidos sob a ótica da necessidade e excesso, dos quais as pessoas que nestas classes sociais estão padecem, ou esbanjam. Usamos a metáfora dos degraus da escada apenas para explicar o processo que dá a dinâmica dessa sociedade.

De outro modo, para compreendermos os níveis da necessidade e de excesso que cada estrato social possui, a já consagrada pirâmide da estratificação social pode nos explicar melhor. Subindo os degraus, como havíamos falado, vai se ultrapassando estratos dessa pirâmide e, à medida que se aproxima do topo, as necessidades materiais que esta sociedade exige vão se atenuando. Se observarmos esse processo em sentido inverso, à medida que os sujeitos se afastam do topo, indo em direção à base, as necessidades materiais vão crescendo.

Dessa perspectiva decorre o surgimento de outra faceta desse sistema: a competição. A competição entre os sujeitos surge para determinar quem ficará nos estratos mais altos da pirâmide e quem ficará relegado à escassez de recursos nos níveis mais baixos. O individualismo é a mola propulsora da escalada e a garantia de que os sujeitos se manterão no seu propósito sem se preocuparem com aqueles que não conseguirão chegar aos níveis mais altos, ou que não conseguirão nem mesmo ter o mínimo para a sobrevivência.

O individualismo é, assim, um dos fenômenos mais cruéis dessa sociedade, pois ele apaga o reconhecimento que um ser humano poderia ter do outro, tanto na respeitabilidade como pessoa, como na compaixão com a sua carência. Os sujeitos, então, ao deixar para trás os degraus, ou mudarem de estrato social, deixam também para trás pessoas que, impossibilitadas de avançar, devido às formas como sua camada social possibilita que sejam construídas as suas vidas, permanecem nos mesmos lugares e com as mesmas necessidades. Assim, não valorizando o outro por aquilo que é em essência, um dos seus semelhantes, permite-se, sem encargos de consciência, que muitos padeçam em condições vis de desumanidade.

Analisando a estrutura da pirâmide social, podemos notar que, no topo, estão aqueles que desfrutam das melhores condições de vida que esse sistema pode oferecer, os quais são poucos em relação àqueles que ocupam as demais camadas. Podemos, nesse momento, nos pergunta: como a grande massa de pessoas não age para tentar transformar um sistema que em tudo lhes desfavorece? Podemos responder essa pergunta elucidando mais uma das facetas do sistema capitalista, a ideologia.

Aqueles que estão nos níveis mais altos da hierarquia social e, como dissemos, desfrutam das melhores condições de vida, organizam-se no propósito de continuarem tirando o proveito da posição que ocupam. Dessa forma, usam todo o seu poder aquisitivo e *status* social para se apoderarem de meios necessários para deixar a estrutura social da forma que melhor lhes convém. Tendo, em seu poder, meios pelos quais possam convencer as pessoas que esse modo de vida deve ser sustentado, vão imprimindo nos sujeitos vontades e desejos que não lhes pertencem. Assim, vão exercendo o poder livremente sobre aqueles que ocupam as camadas mais baixas da pirâmide social.

Para citar alguns desses meios, podemos falar daqueles de comunicação de massa – televisão, rádio, internet, jornais impressos – que tanto veiculam informações as mais diversas, como também são formadores de opinião. Mas o principal e mais eficiente meio de veiculação de influência, pelo qual se pode tanto exercer influência sobre os demais, como também sustentar suas posições sociais, garantindo sua estabilidade no poder, é o domínio da máquina estatal.

Para garantirem que o seu *status* de prestígio seja mantido, o meio mais eficaz é o controle de organismos representacionais, como o poder público. Por ele podem, além de criar leis para serem executadas em benefício próprio, criar normas e condutas para os mais variados segmentos da sociedade. Agindo tão unicamente em prol dos seus interesses, por meio do aparato estatal, forjam aparências que asseguram garantias e direitos para a sociedade, porém executam aquilo que melhor os beneficie. De acordo com Weber (1963, p. 119, *apud* Chauredeau, 2008, p. 22):

> O Estado é uma relação de dominação exercida por homens sobre outros homens e apoiada pela violência legítima [...]. Para que ele exista, é preciso, portanto, que os homens dominados submetam-se à autoridade reivindicada por aqueles que se encontram em posição de dominação em cada caso considerado.

Assim sendo, os sujeitos que não possuem os mesmos recursos para poderem falar pela sua classe social, pois são impedidos de os possuírem, dependem do poder público para lhes dar suporte. É essa dependência que leva os grupos dominantes a permanecerem no poder. A necessidade dessas pessoas – inculcada pelos próprios grupos que detêm a máquina estatal – de serem representados por leis favorece que os detentores da instância pública se utilizem deste caráter representacional para agir em benefício próprio e alicerçar o seu poder.

E, para dar suporte e efetivar suas posições, estes utilizam-se de um meio que, inclusive, devido ao estatuto e ao prestígio que lhe é assegurado, pode ser considerado como um dos mais necessários e eficientes para que esses grupos continuem exercendo influência sobre os demais, a linguagem jurídica.

Conforme nos ensina Certeau (1996), utilizando-se dessa "ferramenta" elitista, detêm o controle do Estado e, com seus próprios critérios, normatizam e exercem deliberadamente o poder sobre todos. Dessa forma, é assim que dão "vida" e controlam os órgãos públicos, legitimando-os como representantes dos vários segmentos étnicos e grupos da sociedade.

> O domínio da linguagem garante e isola um novo poder, "burguês', o poder de fazer a história fabricando linguagens. Este poder, essencialmente escriturístico, não contesta apenas o privilégio do "nascimento", ou seja, da nobreza: ele define o código da promoção socioeconômica e domina. Controla ou seleciona segundo suas normas todos aqueles que não possuem esse domínio da linguagem. A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção. (CERTEAU, 1996, p. 230).

Uma vez que esses órgãos ganham legitimidade para representar determinados segmentos da sociedade sem que as pessoas que deles fazem parte sejam consultadas e escolham esses órgãos como seus representantes, o poder de ação dessas pessoas limita-se à obediência ao que lhes é determinado. Sem que possam de fato expressar seus reais interesses, pois estão subjugadas pela consciência coletiva de que as leis são criadas para defendê-las e representá-las, permitem que esses grupos controlem o poder público, sustentem sua autoridade, efetivem o seu poder e silenciem os grupos que regem (SEARLE, 2000).

Seguindo esse raciocínio, a representatividade desses órgãos para com aqueles que devem por eles ser representados não se alicerça em fazer com que o direito dessas pessoas seja garantido, promovendo melhorias para aqueles que estão sob seus desígnios, mas sim em assegurar que os objetivos daqueles que detêm o controle do poder público sejam alcançados. Agindo unicamente em atendimento aos seus propósitos, baseados na acumulação de capital, para angariar ainda mais poder, tendem a inserir modelos que visam à homogeneização das práticas sociais dos sujeitos que estão sob seus desígnios.

Conforme Mannheim (1968), fazendo-os agir, querer, pensar da mesma forma que seus dominadores, mais fácil será dominá-los e exercer, em suas vontades, os interesses dos grupos dominantes. E, por meio da veiculação de sentidos, vários mecanismos, como a escola, a moral, a família e as leis, são utilizados como o meio homogeneizador das práticas sociais, pois:

> [...] a multiplicidade de modos de pensar não se pode tornar um problema em períodos em que a estabilidade social fundamenta e garante a unidade interna de uma visão do mundo. Enquanto os mesmos significados das palavras, as mesmas maneiras de se deduzir ideias, são desde a infância inculcados em cada membro do grupo, não podem existir nesta sociedade processos de pensamento divergentes. (MANNHEIM, 1968, p. 34).

Para notarmos, na prática, como o grupo que detém o poder estabelece sua autoridade sobre os grupos para dominá-los e, também, como alicerçam seus princípios nesses grupos, homogeneizando suas ações em convergências com os seus interesses, analisaremos dois discursos. Em um, veremos a legitimação desses grupos com a utilização do poder público na criação de órgãos representacionais para defender os interesses de comunidades tradicionais de descendentes de quilombos. No outro, as análises nos evidenciarão os interesses desse grupo sendo apresentados em seus discursos.

Analisaremos, então, os sentidos incrustados em textos produzidos pelo poder estatal veiculados em *sites* e documentos oficiais do governo. Buscaremos compreender o modo pelo qual os significados desses discursos escritos são organizados para adquirirem esse caráter representacional. Entender isso é importante para, no segundo momento das nossas análises, segundo Ianni (1995), sabermos quais são os princípios norteadores das políticas que serão desenvolvidas para beneficiar esses grupos e se esses

princípios de fato atendem às necessidades das pessoas de quem são representantes, ou somente são desenvolvidos para exercer o poder e controlar esse segmento da sociedade.

> A política econômica governamental concentra-se sobre o processo de *acumulação de capital*, que é selecionado como o fulcro do desenvolvimento. (...) A interferência do estado incide sobre esse processo, permanecendo em segundo plano o *progresso técnico* e a *política de mão de obra*. Em plano ainda inferior, ficam outras esferas da realidade (às vezes reconhecidas apenas verbalmente como importantes para a realização do progresso econômico) (...). Nessas se incluem processos sociais, políticos e culturais, muitas vezes essenciais à interpretação dos processos econômicos. Além do mais, sequer são mencionados os modos de apropriação, as estruturas de dominação, as relações de classe, o imperialismo e suas modalidades recentes etc. (IANNI, 1965, p. 15).

Daremos início às nossas análises apresentando um texto produzido por um órgão que está relacionado à preservação da identidade cultural de comunidades de descendentes de quilombos. Veremos como esse órgão apresenta-se legitimando os seus objetivos iniciais, para depois entendermos o que há por trás desses objetivos. Tomaremos, como fonte para essa explicação, um órgão federal responsável pela preservação da consciência cultural negra, órgão esse que também supervisiona e propõe políticas públicas para as comunidades de descendentes de quilombos, a Fundação Cultural Palmares.

Observaremos de que maneira é estabelecida a imagem desse órgão público como representante e também mediador e promotor de auxílios para o desenvolvimento econômico dessas comunidades. Para tanto, utilizaremos um fragmento de texto retirado do *site* que veicula discursos desse órgão:

A **Fundação Cultural Palmares** é uma entidade pública vinculada ao **Ministério da Cultura**, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22.08.88, tendo o seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10.01.92, cuja missão corporifica os preceitos constitucionais de reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se, ainda, o direito de acesso à cultura e a indispensável ação do Estado na preservação

das manifestações afro-brasileiras. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>[16]. Acesso em: 15 de out. de 2009.)

O que podemos notar, no texto acima, é a Fundação Cultural Palmares sendo estabelecida como representante de um segmento étnico da sociedade não pela escolha desse segmento, mas sim por outro órgão estatal ao qual está subordinada, o Ministério da Cultura, como podemos ver em: *"A **Fundação Cultural Palmares** é uma entidade pública vinculada ao **Ministério da Cultura".*** Desse modo, é formalizada sua posição como agente capaz de representar as comunidades negras, assumindo uma função *"indispensável na preservação das manifestações afro-brasileiras"*.

Entendemos que o uso da palavra "*indispensável"*, presente no discurso, remete ao que falávamos em parágrafos acima. O termo veicula sentidos que imprimem, nos sujeitos, um caráter de poder ter seus direitos representados e garantidos. Dessa forma, figura, no entendimento do sujeito, como o lugar onde se deve ir e consultar para poder ter o direito à expressão, pois, na sociedade em que vivemos, leis e princípios jurídicos em que a população acredita são necessários para a sua manutenção e representação.

Dessa forma, isso nos leva ao entendimento de termos aqui o primeiro momento em que os diálogos entre o Estado e essas comunidades de descendentes de quilombos ganham consistência. O Estado, pelo emprego de frases como: "*instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22.08.88*" e "*tendo o seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10.01.92*", impõe-se por leis como representante de um grupo e, pelas mesmas leis, como podemos ver, garante direitos a quem não teve a oportunidade de dizer quais são os direitos de que necessitam.

Aqui podemos ver, em conformidade com o que havíamos falado, que os grupos, por possuírem o aparato estatal e a linguagem jurídica, têm o livre arbítrio para organizar e dão poderes a si mesmo através da criação de leis. Dizemos isso, pois ao que não se referem as palavras Fundação Cultural Palmares e Ministério da Cultura senão a

[16] Embora tenhamos apresentado como referência para consulta do dado o *site* da Fundação Cultural Palmares, em anexo expusemos uma página do *site* do Governo do Estado do Alagoas. O motivo de termos um anexo não correspondente à fonte da citação é por não termos conseguido encontrá-lo na *home page* da Fundação Cultural Palmares. Acreditamos que a pagina tenha sido removida. Toda via, o anexo possui o nosso dado e nele – no anexo – é a Fundação Cultural Palmares que aparece como referência de sua origem. Conferir anexo nº 1.

órgãos que fazem parte do todo da máquina estatal que legisla sobre determinados setores da sociedade e estão em posse de uns poucos?

Dessa forma, aqueles que necessitam dos serviços destes órgãos, e deles não participam efetivamente no que diz respeito à consolidação das suas funções e ao estabelecimento dos limites do seu poder, conforme nos ensina Dallari (1984), tornam-se mais suscetíveis às influências e decisões de outros, ficando, assim, relegados tão somente às obrigações, sem ter direitos para cobrar:

> Todos os indivíduos têm o dever de participar da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum. Esse dever tem, sobretudo, dois fundamentos: em primeiro lugar, a cidadania social, necessidade básica dos seres humanos, [...] em segundo lugar, se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações. (DALLARI, 1984, p. 35).

Podemos compreender também, no que o Estado enunciou, normatiza quem pode ou não ser beneficiado com o direito de ser representado, como podemos ver em: "*cuja missão corporifica preceitos"*. Analisando as palavras "*corporifica"* e "*preceito"* em sentido literal concomitantemente, segundo Ferreira (2001, p. 188 e p. 551), temos: "atribuir corpo (àquilo que não o tem)" e "1. Regra de proceder; norma. 2 Ensinamento, doutrina. 3. Prescrição, determinação".

Notam-se, então, sentidos que veiculam autoridade e poder para legislar e conduzir determinados grupos, o que nos mostra a sua legitimação para atribuir *status* e normas para guiá-los quando as atribuições que achar que devem possuir forem estabelecidas, quando afirma no texto ser essa a sua *"missão"*. E, por termos eufemísticos, vela o seu ato autoritário de decidir sem consultar ninguém, como em: "*reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira*".

Dessa forma, o texto imprime, naqueles que podem ser representados pelos critérios adotados pelo poder público, a sensação de reconhecimento e de garantias que beneficiam o seu segmento social. A esse respeito, Van Dijk (2008, p. 117) ensina-nos que:

> [...] os grupos possuem (maior ou menor) poder se forem capazes de exercer (maior ou menor) controle sobre os atos e as mentes dos

> (membros de) outros grupos. Essa habilidade pressupõe a existência de uma *base de poder* que permita um acesso privilegiado a conhecimento, à informação, à "cultura" ou, na verdade, às várias formas públicas de comunicação e discurso.

Achamos importante fazer esta discussão porque a representatividade que o Estado exerce é a forma pela qual ele ganha autonomia para o exercício do poder e assegurar a adesão daqueles que estão sob os seus desígnios, pois esses últimos têm o Estado como única fonte para assegurar seus direitos. É pelo poder que representa, obtido pelos vários tipos de cerceamento das pessoas que compõem a sociedade que rege, que lhe é possibilitada a veiculação de sentidos em seu discurso que asseguram a legitimidade do que enuncia frente aos seus ouvintes.

O poder da regência lhe concede o direito de promover práticas que lhe dão credibilidade frente aos seus regidos, pois estes se sentem amparados socialmente. Porém, as práticas que desenvolvem são elaboradas sob os seus critérios, o que significa que, ao "lançar um olhar" sobre um determinado fato no qual precise intervir, essa intervenção será promovida sob os desígnios e interesses do grupo que detêm o poder do Estado. Dessa forma, no próximo tópico, veremos quais são as visões do Governo do Estado do Tocantins para a comunidade Mumbuca para sabermos quais são os seus interesses.

2.3 O entendimento estatal sobre a comunidade Mumbuca

No tópico anterior, mostramos como os grupos que dominam a estrutura estatal legitimam o seu poder e utilizam-se desse poder como representantes de segmentos da sociedade. Acreditamos que essa representação beneficia mais aqueles que propõem o benefício do que aqueles sobre os quais os benefícios devem incidir, o que, dessa forma, pode demonstrar o exercício de suas vontades, contrariando o real objetivo do Estado, zelar pelo povo.

Nossa intenção é entender o que essas pessoas representam para o poder público e, assim, demonstrar se existem outros interesses por parte dos grupos que dominam a máquina estatal. Temos como objetivo, então, dessa análise saber qual a "visão" lançada pelo governo sobre a comunidade. Sendo assim, por meio de sentidos menos

perceptíveis inoculados em documentos oficiais elaborados pelo poder público, poderemos elucidar "as visões" ou os interesses do Estado para com a comunidade em questão. Assim, averiguaremos se essas intenções podem beneficiar mais os seus proponentes do que aqueles a quem a política de desenvolvimento deve alcançar.

O Jalapão, região onde a comunidade Mumbuca localiza-se, por possuir uma paisagem com muitas dunas, cachoeiras, nascentes e fauna e flora exuberantes, possui um potencial turístico forte. Dessa forma, o governo do Estado, através do órgão que regulamenta essa região, elaborou um documento que visa a levantar as características e aproveitamentos possíveis dessa região.

O NATURATINS[17], órgão estatal responsável pela manutenção e conservação dessa área, hoje uma APA (Área de Proteção Ambiental), juntamente com a SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente), elaborou um documento, o Plano de Manejo do Parque Estadual do Tocantins[18], que descreve toda essa área no que diz respeito aos seus recursos naturais.

Podemos perceber, nesse documento, uma forte tendência para a exploração turística, pois esta é uma das responsabilidades do NATURATINS. Notamos, também, que, além da fauna e da flora que favorecem a região, o potencial humano também está incluso, os moradores da comunidade Mumbuca.

Veremos, então, pelo enunciado elaborado pelo governo do Estado, inscrito no Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão, qual a visão do poder público para com a comunidade Mumbuca. Analisando os discursos inscritos nesse documento, nota-se que os seus elaboradores entendem essas pessoas não em seus aspectos sociais, como um povo com tradições e costumes culturais, mas simplesmente como um atrativo turístico que o local oferece.

Comparando a descrição de um atrativo tipicamente turístico, uma nascente descrita no Plano de Manejo conhecida na região como "fervedouro", e a descrição feita sobre o povo da comunidade Mumbuca, não se encontram diferenças entre uma e outra. Vejamos:

5.1.4.12 Principais Atrativos e Recursos Turísticos

[17] Instituto Natureza do Tocantins.

[18] Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão – documento técnico que normatiza a área e o manejo dos recursos naturais da área de proteção ambiental em que se encontra o Jalapão (2003).

Mumbuca
Tipo: Vilarejo com produção de artesanato.
Localização: S10º20,695’ e W46º34,335’
Distância da sede municipal: 26 km.
Condições de acesso: Ruins.
Propriedade: Particular. A vila também está inserida na área do recém-criado Parque Estadual do Jalapão.
Infraestrutura: Inexistente.
Estado de Conservação: Bom.

Fervedouro
Tipo: Nascente de tributário do córrego Formiga.
Localização: S10º22,336’ e W46º31,449’
Distância da sede municipal: 22,5km.
Condições de acesso: Ruins. Recomenda-se veículo traçado.
Propriedade: Particular. Não indenizada pelo recém-criado Parque Estadual do Jalapão.
Infraestrutura: Inexistente.
Capacidade de recepção: Até 10 pessoas simultaneamente.
Estado de Conservação: Regular.
(TOCANTINS (Estado). *Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão*. Palmas / TO: dez./2003. Disponível em: <http://central2.to.gov.br/arquivo/24/48>. Acesso em: 12 jul. 2009,[19] grifos do autor).

Em sentidos presentes no texto acima, percebe-se a instância estatal reconhecendo a infraestrutura da comunidade como inexistente, como está bem claro no texto: *“Infraestrutura: Inexistente”*. Isso demonstra a consciência do poder dos problemas enfrentados pelos moradores decorrentes da má estrutura física. Mas, logo em seguida, afirma: “*Estado de Conservação: Bom*”, assumindo um posicionamento contrário, pois o que antes fora reconhecido como um problema, agora é considerado bom.

Na verdade, seria contraditório o uso desses termos se os sentidos de “*inexistente*” e “*bom*” estivessem ambos referindo-se ao termo “*infraestrutura*”,

[19] Conferir anexo nº 1.

dizendo respeito aos aspectos físicos de acomodação dos habitantes da Mumbuca. Porém, acreditamos que o que os elaboradores do documento julgam como em bom estado de conservação são as tradições culturais da comunidade, que foram preservadas por esse povo ter permanecido isolado ao longo do tempo, conservando sua constituição identitária.

Com isso, o Estado pode fortalecer o desenvolvimento turístico da região e incluir a comunidade e seus artesanatos nesse desenvolvimento, como podemos ver explicitamente no título de apresentação, mencionando a comunidade como um recurso turístico para visitações: *"Principais Atrativos e Recursos Turísticos"*. Vejamos em outra parte do documento o modo pelo qual é tratado o artesanato produzido pelos habitantes da comunidade, que, como já dissemos, é uma peculiaridade da tradição cultural dessas pessoas:

As técnicas são passadas de pai para filho e os artesãos produzem e vendem em suas próprias casas. Está em construção um centro de recepção de visitante, onde será exposta toda a produção artesanal da comunidade. (TOCANTINS (Estado). *Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão*. Palmas / TO: dez./2003. Disponível em: <http://central2.to.gov.br/arquivo/24/48>. Acesso em: 12 jul. 2009.[20])

No texto acima, podemos ver que, de fato, a intenção do poder público para com a comunidade é a sua inserção no plano de desenvolvimento turístico, como podemos notar no interesse de criar um centro de exposição só para acomodar a produção artesanal da comunidade. Compreendemos que a comunidade Mumbuca está sendo reconhecida como produto para atrair visitações turísticas para o Estado. E a forma como são garantidas as tradições culturais de comunidades tradicionais, segundo a Fundação Cultural Palmares, pelos *"reforços à cidadania, à identidade, à ação e à memória dos segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira"*[21] perde seu significado. Acreditamos não haver reforços à cidadania quando

[20] Conferir anexo nº 2.

[21] Sobre esta referência, no tópico antecedente, encontra-se este enunciado. A análise que está sendo feita deste fragmento diz respeito à veiculação de sentidos de amparo e representação de grupos desfavorecidos, como o que está presente no enunciado em questão, que consegue estabelecer-se como representante dessas minorias. Porém, o que se vê é a contradição entre os discursos enunciados pelo poder público e a prática executada.

os segmentos étnicos dos grupos formadores da sociedade brasileira são igualados a recursos naturais servindo como atrativo turístico.

Pudemos, então, perceber, nos significados incrustados nos textos veiculados pelo poder público, o entendimento do governo do Estado sobre as tradições culturais da comunidade Mumbuca. Nossas análises firmaram-se no entendimento de que os textos, quando enunciados, seja na sua forma oral ou escrita, trazem consigo a intenção de quem o enunciou, conforme afirma Vogt (1980, p. 137): "toda a atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções de comunicação. Compreender uma enunciação é, neste sentido, apreender estas intenções".

Percebemos a "visão" do Estado voltada para o desenvolvimento turístico. Disso podemos depreender um interesse do Estado nessa política, pois faz parte do desenvolvimento regional de todos os Estados brasileiros explorar o potencial natural da sua região. Porém, conforme veremos no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade, comunidades tradicionais como a comunidade Mumbuca devem ser protegidas das investidas turísticas, devido aos impactos culturais que podem sofrer.

Nossa intenção, nesta parte do trabalho, foi identificar os interesses do Estado para com os sujeitos da comunidade em questão. Assim sendo, acreditamos ser o turismo o principal fundamento que liga o governo do Estado a essas pessoas, pois, como veremos, a política de desenvolvimento e sustentabilidade e as práticas exercidas para desenvolvê-las economicamente visam a este propósito. Assim, podemos dizer que, se o turismo é contrário ao desenvolvimento econômico adequado para essas pessoas, as intenções do Estado demonstram prevalecer os seus interesses e não os daqueles que esperam que esse desenvolvimento lhes traga garantias.

Veremos, no próximo capítulo, que as intenções da instância estatal presentes nos documentos assumem sentidos que não são condizentes com a função que cabe a um poder público, a de amparar aqueles que vivem sob suas leis e delas necessitam. Assim sendo, acreditamos que o Estado promove políticas públicas para os descendentes de quilombos da comunidade Mumbuca sob seus próprios propósitos, propósitos estes ligados ao sistema capitalista de produção.

Se assim for, conforme Orlandi (2002), poderemos encontrar, nas formas como os sujeitos da comunidade estão conduzindo o seu dia a dia, os sentidos daquilo que o poder público enuncia nestas políticas, pois:

> Os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz [...], pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. (ORLANDI, 2002, p. 38).

Dessa forma, no capítulo seguinte, veremos o que dizem as políticas públicas pautadas no desenvolvimento econômico para os habitantes da comunidade, as práticas executadas e as possíveis consequências dessa exposição ao turismo.

CAPÍTULO III – Turismo: a veiculação de valores capitalistas no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade

Discursos veiculando sentidos, princípios e valores diferentes chegam aos moradores da comunidade Mumbuca. A excessiva exposição a esses sentidos pode, ao longo do tempo, em um processo lento, mas gradativo, promover a sua assimilação. Assimilando-os, as particularidades – valores e atitudes –, que deles decorrem e que, sobretudo, são estranhas à cultura desse povo, podem tornar-se ativas em seus discursos e deles transbordar para os seus hábitos cotidianos. Dessa forma, pode chegar um momento em que, junto aos discursos e costumes sociais dos moradores da comunidade, se encontrem outros que, pouco a pouco, vão se tornando dominantes na vida dessas pessoas.

Acreditamos que esses sentidos cheios de princípios e valores inserem-se entre os moradores da comunidade Mumbuca através do discurso de desenvolvimento e de sustentabilidade elaborado pelo poder público. Partindo do precedente de que o modo como essas pessoas produzem sua vida é inapropriado para a sua manutenção e sobrevivência, o poder estatal criou políticas públicas para promover o seu desenvolvimento econômico. E, por meio de uma das atividades culturais da referida comunidade, a confecção do artesanato produzido com capim dourado e seda do buriti, criou uma fonte de renda para essas pessoas viabilizando a comercialização desses artefatos.

Uma vez que os termos, os significados e as práticas sociais que do discurso de desenvolvimento decorrem foram cunhados pela instância estatal e que esta está inserida na sociedade capitalista, os valores atribuídos a estes termos e práticas serão condizentes com os princípios desta sociedade. Dizemos isso porque, como vimos, cada sociedade possui um modo de organização que condiciona a vida e esta, os discursos dos sujeitos que dela participam.

Dessa forma, esse discurso estabelecerá um elo entre a materialidade social dos interlocutores, a sociedade capitalista de onde parte o discurso do Estado e a realidade social do modo de produção baseado na economia de subsistência sobre o qual se organizam os moradores da comunidade Mumbuca. Como os modos de produção de cada uma delas se conforma de forma distinta, de acordo com os ensinamentos de

Fairclough (2008), estas conformidades nos possibilitarão compreender quando as posições assumidas pelos sujeitos da comunidade, no momento da discursivização, podem não ser pertinentes com os principios identitários e os valores sociais da forma como se organiza o seu modo de vida:

> O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu'. [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91).

Portanto, pode ocorrer que a comunidade, ao ser exposta a esse discurso, dele se utilize livremente e, ao fazer isso, passe a discursar de uma posição que não é sua e a desempenhar atividades que não são comuns às praticas que antes desempenhavam. Disso decorre uma pergunta: o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade e as práticas que dele decorrem mantêm íntegros os hábitos e a identidade cultural da comunidade, ou a influenciam com princípios capitalistas?[22]

Van Dijk (2008) nos mostra que o discurso possui um poder de ação sobre o plano subjetivo dos interlocutores capaz de promover um rearranjo não só das partes estruturais do discurso, mas, sobretudo, na forma de entendimento dos sujeitos. Estes novos entendimentos dizem respeito à aquisição de novas práticas e valores sociais, que visam a ordenar as suas ações na mesma direção daqueles que as elaboraram, pois:

> [...] através de um acesso especial ao discurso e à comunicação pública, bem como de um controle sobre eles, os grupos ou instituições dominantes podem influenciar as estruturas do texto e da fala, de modo que, como resultado, o conhecimento, as atitudes, as normas, os valores e as ideologias dos receptores sejam mais ou menos indiretamente afetadas tendo em vista o interesse do grupo dominante. (VAN DIJK, 2008, p. 88).

Compreendendo o discurso nessa perspectiva, poderemos dizer se, ao criar essa fonte de renda, o governo do Estado a elabora sob as determinações da sociedade

[22] Fizemos esta pergunta e ela é pertinente porque, no princípio do desenvolvimento sustentável, nele inclusas comunidades tradicionais como a comunidade Mumbuca, o norte para que esse desenvolvimento aconteça é a preservação incondicional da identidade cultural dos envolvidos no processo. Porém, como são duas sociedades distintas que possuem um modo de produção também distinto, se são postas juntas intercambiando valores sociais, uma pode ser influenciada pela outra. E no que diz respeito ao plano da influência, aquela que possuir maior poder terá maior possibilidade de exercer a influência.

capitalista, que vai da produção em massa das peças à competição[23] entre aqueles que as produzem e à geração de lucros pela venda e acumulação de capital. Se isso se verificar, poderemos dizer que a condição sócio-histórica dessas pessoas e do seu modo de produção baseado na economia de subsistência não está sendo respeitada e nem garantida.

Incentivando o modo de produção da sociedade capitalista no cotidiano dessas pessoas, aos poucos, essa nova forma de produzir a vida e compreendê-la pode vir a ser inscrita nos discursos e transposta às práticas sociais da comunidade, gerando o esfacelamento dessa cultura.

Analisando os textos escritos que subsidiam e veiculam essas práticas – as leis e os *sites* elaborados pelo poder público –, poderemos analisar se o planejamento político elaborado para o desenvolvimento econômico dos moradores da Mumbuca valoriza ou ideologiza a comunidade. Assim, saberemos se esta política pública de fato garante e preserva as características identitárias e culturais dessas pessoas, ou se as afeta com os princípios do sistema capitalista.

Veremos, então, no próximo tópico, o discurso que é apresentado pelo poder público para o desenvolvimento econômico dos moradores da comunidade Mumbuca. Assim saberemos quais os sentidos que são veiculados neste discurso e se neles estão contidas práticas que, ao serem executadas, podem remodelar os discursos e os hábitos culturais dessas pessoas.

3.1 Desenvolvimento sustentável e turismo: do sentido do discurso à contradição da prática

Para o desenvolvimento deste tópico, inicialmente, exporemos a quais significados o termo desenvolvimento está associado nos dias atuais a fim de sabermos no que está se baseando o poder público para caracterizar a comunidade aqui estudada como necessitada deste desenvolvimento. Fazendo isso, saberemos qual será o norte das

[23] Falamos em competição, pois, como dissemos, não é somente a comunidade que produz estes artesanatos, mas sim todas as cidades circunvizinhas a ela. Dessa forma, abre-se o precedente para uma competição entre as cidades e os moradores da comunidade.

ações do poder público e os possíveis resultados dessas ações na vida daqueles que deverão executá-las e delas se servir.

Tomando como fonte Ferreira (2001, p. 222), o termo “desenvolvimento”, em seu uso literal, agrega significados que remetem a crescimento financeiro. Se o poder público pauta suas ações se utilizando desse termo, fazendo jus a este significado, as práticas dele decorrentes devem ser aplicadas em localidades ou regiões onde a população dispõe de más condições de prover sua sobrevivência. Isso equivale a dizer que populações carentes que não possuem meios para suprirem as necessidades básicas à manutenção da vida devem ser amparadas.

Algo que precisa ser levado em consideração, também, é o uso contemporâneo do termo desenvolvimento. Em dias atuais, o objetivo de se aplicar medidas que visem desenvolver uma população com as características descritas no parágrafo acima é: além de mudar o quadro em que essas pessoas se encontram, é necessário promover meios adequados para que essa mudança ocorra. Dizemos isso porque as pessoas que serão beneficiadas com a política desenvolvimentista devem se apropriar do modelo empregado e fazer uso dele independentemente.

Assim, ao se propor desenvolvimento para comunidades que se localizem em zonas rurais, ou para comunidades tradicionais que vivam de uma economia de subsistência, as ações sociais relacionadas ao desenvolvimento dessas comunidades devem dar-se de forma diferenciada. Isso porque, para essas pessoas, que possuem o modo de produção de suas vidas integrado a sua cultura, as medidas que melhor supram essas carências devem ser empregadas levando em conta este aspecto. Se a forma como esses sujeitos produzem suas vidas não for levada em consideração nesse processo, a política desenvolvimentista nela pode interferir de forma negativa.

Interferindo no modo de produção dessas pessoas, poder-se-á, também, mudar a sua cultura, uma vez que elas estão unidas, formando um todo uniforme. Como podemos notar nas palavras de Oliveira (2009, p. 86):

> O ambiente seria, então, a instância na qual o ser humano e a natureza têm garantidas as relações sociais, a instância na qual sua identidade e seu reconhecimento enquanto ser se processam. “[...] O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida [...], é aí que se dá a unidade da vida social” (Carlos, 1996, p. 51). O ambiente vivido cotidiana e satisfatoriamente poderia, portanto, vir a ser um aliado poderoso na defesa do ambiente maior, global e da tão almejada sustentabilidade.

Dessa maneira, as providências relacionadas para que haja desenvolvimento nas circunstâncias descritas devem respeitar as características do lugar, da região, da cultura e dos saberes das pessoas envolvidas. Assim, o direito ao trabalho, vindo da política pública, propiciará aos trabalhadores prover a si e a sua família por atividades ajustadas aos seus modos de vida.

Ou seja, uma política de desenvolvimento econômico que vise à eficiência[24] não pode, por exemplo, fornecer a uma comunidade de pescadores atividades que não estejam relacionadas à pesca. Neste caso, seria um contrassenso desenvolver economicamente essas pessoas através de meios com os quais elas não estão familiarizadas.

Portanto, o modo de produção que organiza a vida daqueles que serão beneficiados deve estar contido na forma como o desenvolvimento se dará. Agindo nessa perspectiva, as políticas públicas, ao incentivar essas práticas sociais, além de torná-las o meio pelo qual o desenvolvimento acontecerá, irão preservar sua cultura concomitantemente.

É nesse ínterim que ao termo desenvolvimento agrega-se outro, a sustentabilidade, pois, devido ao discurso ambientalista e desenvolvimentista – sobre o qual não entraremos em detalhes neste trabalho[25] –, é preciso desenvolver, porém também é necessário que não haja danos nem ao ambiente e nem às pessoas que serão

---

[24] Estamos considerando como eficiente um desenvolvimento econômico que consiga estabelecer um equilíbrio dinâmico entre força produtiva e cultura. Nessa perspectiva, acreditamos haver a respeitabilidade entre o fazer humano e as ações políticas.

[25] Acreditamos que, se entrássemos nessa discussão, poderíamos mudar o foco do trabalho, pois as questões ambientais que estão ligadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade podem ser matéria para um trabalho tão extenso quanto o que estamos desenvolvendo. Entretanto, podemos explicar, de forma breve, o que queremos dizer quando falamos em discurso ambiental. Por esse, estamos nos referindo a todas as preocupações relativas às consequências que podem surgir com o uso dos recursos naturais sem medidas adequadas. Nessa mesma perspectiva, o elemento humano também é incorporado a estas consequências.

Notou-se que a cultura de um povo ou de uma comunidade também pode sofrer prejuízos promovidos pela ação desmedida e pela forma de uso dos recursos naturais se as comunidades que estão ligadas de forma direta a este recurso não forem levadas em consideração, pois elas podem sofrer tantos danos, ou até mais, quanto o ambiente. Vejamos como exemplo uma hidrelétrica que, ao se estabelecer em determinado curso do rio, afetará tanto a vida que existe neste rio, com a interrupção do fluxo contínuo das águas, quanto de outros elementos naturais, como plantas e animais cuja sobrevivência dele depende. As pessoas, por sua vez, também precisam desse rio e, nessa perspectiva – do humano –, o problema se amplia, pois o rio, neste caso, pode prejudicar duas necessidades das pessoas: a manutenção do corpo, pela retirada de víveres do rio, e a sobrevivência da cultura, pois este rio pode ser base constituinte das tradições culturais, caso, por exemplo, da cultura de comunidades indígenas ou ribeirinhas.

alvo desse desenvolvimento. Dessa forma, o patrimônio cultural, assim como o ambiental, deve ser protegido. Seguindo esse raciocínio, nota-se que, dependendo da forma como será aplicada a política de ajuda econômica, essas ações podem causar prejuízos nas práticas culturais das pessoas envolvidas caso os aspectos mencionados não sejam levados em consideração.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável da comunidade Mumbuca, que possui seu modo de produção intimamente associado à sua identidade cultural, a tarefa, então, tem esses dois propósitos: tanto preservar a flora da região devido ao uso do solo para a para a criação de animais pastadores e para a agricultura, assim como o capim dourado e a seda do buriti, usados para confeccionar os seus artesanatos, como sua cultura que se liga a todas essas práticas.

Assim, o acesso dessa gente a uma forma de trabalho digna, respeitando os seus costumes e tradições, deve ser mediado por esses fatores. E o principal meio de integração entre desenvolvimento e sustentabilidade encontrado pelo poder público para desenvolver economicamente essa gente foi o turismo.

Nos fins da década de 90, o governo do Estado desenvolveu políticas públicas para o desenvolvimento econômico dessas pessoas. Divulgando em feiras regionais e estaduais o artesanato produzido por eles, tanto as peças quanto as pessoas que as produzem ganharam notoriedade, dentro e fora do país. Agora, além das belezas naturais da região, há uma particularidade que também deve ser investida, a cultura dos remanescentes de quilombos que vivem na comunidade Mumbuca.

Dessa forma, com o reconhecimento da singularidade dessa cultura, o desenvolvimento turístico para a região foi intensificado pelo poder público. O turismo, na concepção da política pública do governo do Estado, torna-se o meio pelo qual se pode respeitar práticas tradicionais e, ao mesmo tempo, gerar benefícios financeiros para as pessoas.

O turismo, então, agregaria perfeitamente os dois termos, pois desenvolver a comunidade a partir de seus saberes faz dele um excelente meio para esse propósito. Porém, conforme Oliveira (2009), notaremos, nas análises que serão realizadas, que, apesar dos termos desenvolvimento e sustentabilidade terem suas semânticas associadas a todos os significados que expusemos, a prática que deveria ser a materialização desses significados está relacionada apenas à geração de lucro:

> Como e onde situar novas propostas de desenvolvimento sustentável tendo cotidianamente o antigo sentido conceitual de desenvolvimento a tumultuar as mentes, principalmente veiculado à mídia? Como compreender um desenvolvimento pautado em novas bases e concepções, se as metas e ações se direcionavam (e ainda se direcionam) ao lucro em todas as dimensões? (OLIVEIRA, 2009, p.75).

Uma vez que a cultura local será fortemente aliciada, tanto por investimentos que promoverão uma nova conduta cotidiana, como pelo contato mantido com outras culturas, veremos um paradoxo entre o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade e as práticas que dele decorrem. Afirmamos isso porque o turismo requer atividades específicas para o seu funcionamento que não são condizentes com as atividades desempenhadas por essas pessoas no seu dia a dia. Além disso, o contato com outras culturas promovido pelas visitações pode influenciar comportamentalmente essas pessoas de alguma maneira.

Dessa forma, como foi dito, o significado que diz respeito à sustentabilidade que deve estar associado à preservação, tanto do ambiente quanto da cultura dessa gente, não leva em consideração os possíveis impactos, na identidade cultural, da introdução dessas práticas em seu meio. O contato com outros povos e com o exercício de atividades que gerem condutas diferentes daquelas praticadas pela comunidade pode impactá-los culturalmente, em sentido análogo, como uma hidrelétrica a um rio.

Neste momento, na perspectiva de justificarmos nossas afirmações, iniciaremos nossas análises. Partiremos de um enunciado apresentado pela Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Tocantins retirado de um *site* e veremos quais os sentidos mas perceptíveis e menos perceptíveis ao leitor nele estão contidos. Assim, saberemos quais são os sentidos de desenvolvimento e sustentabilidade enunciados pelo órgão estatal e se as ações que este discurso exige são condizentes com o que foi dito. Vejamos:

A Agência de Desenvolvimento e Turismo do Estado do Tocantins é responsável por criar alternativas sustentáveis para o desenvolvimento do estado. Dessa maneira temos trabalhado para colocar o Tocantins no contexto mundial de desenvolvimento econômico e social, priorizando a cultura regional, o meio ambiente, e, buscando formas social e economicamente responsáveis para gerar renda em nosso estado. (AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS.

Disponível em: http://turismo.to.gov.br/adtur.html. Acesso em: Data: 05 de mai. de 2011. [26])

O que podemos notar, no discurso de apresentação em que se justificam os fins da existência da Agência de Desenvolvimento e Turismo do Estado do Tocantins, é que o termo turismo não está simplesmente associado às palavras *"desenvolvimento econômico e social"*, como aparece no texto. Na verdade, com um olhar mais atento, percebe-se que os significados de desenvolvimento econômico e social são deslocados para o termo turismo, como se este fosse o portador da significação. O governo, então, atribui novos significados a uma palavra, que acreditamos conduzir os ouvintes para sentidos que os influenciam a pensar que este termo de fato comporta essas práticas.

Dessa maneira, sentidos que antes não eram veiculados pela palavra turismo passam a existir e a agir sobre o interlocutor de forma a conduzir o seu ponto de vista, em uma perspectiva que favorece os significados dados pelo poder público. Isso acontece porque, ao receber esta nova semântica, o turismo passa a ser concebido pelos sujeitos como o meio pelo qual se pode alcançar a prosperidade econômica, como o órgão político afirma: *"responsável por [...] colocar o Tocantins no contexto mundial de desenvolvimento econômico e social"*.

O poder público, ao propor desenvolvimento econômico para comunidades tradicionais por meio de atividades turísticas e certificar que, na sua aplicação, não haverá prejuízos imateriais ou culturais para os envolvidos nesse processo, garante a adesão dos ouvintes para este discurso, como podemos ver neste enunciado: *"responsável por criar alternativas sustentáveis [...] buscando formas social e economicamente responsáveis para gerar renda"*. Isso dizima qualquer sentido que suscite entendimentos negativos que possam existir sobre o discurso.

O papel do novo significado dado à palavra turismo, então, torna-se importante, pois ela atuará no pensamento das pessoas, levando-as a reelaborar seus entendimentos em prol dos novos sentidos elaborados pelo órgão estatal. Dessa forma, o poder público, além de influenciar o interlocutor, reorganiza suas concepções. E, por processos de esquecimentos, dados pela excessiva exposição a estes sentidos, os sujeitos envolvidos, pouco a pouco, vão atribuindo ao termo os novos significados e novos sentidos que deles emanam, como se, de fato, pertencessem ao seu significado literal.

[26] Conferir anexo nº 3.

Assim sendo, quando, no texto, o órgão estatal afirma "*priorizar a cultura regional"*, além de afirmar que as particularidades culturais dos envolvidos nesse processo serão protegidas dos impactos que ainda possam causar receios quanto à aplicação dessa prática, ele reforça a nova significação do termo turismo, dando-lhe sentidos benéficos em todas as suas fases. Porém, como sabemos, a prática turística visa à exposição e, ao expor, não há como não promover impactos sociais no que diz respeito ao modo de vida das pessoas envolvidas.

A Lei Geral do Turismo nº - 11.771, de 17 de setembro de 2008, define as atribuições e normas para realização do turismo no Brasil. No capítulo II da política do Plano e do Sistema Nacional de Turismo, na Subseção II dos objetivos, no inciso IX, lemos: "preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística" (BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/legislacao_geral/11771_lei.html. Acesso em: 20 set. 2010.[27]).

O que se nota é uma contradição entre os atos do governo do Estado com o que é enunciado no inciso em questão, na parte que se refere à preservação das comunidades tradicionais. Pelo que podemos notar nos sentidos presentes no texto, o inciso veicula sentidos de proteção a comunidades e populações tradicionais afetadas por atividades relacionadas ao turismo. Dessa forma, podemos inferir que a prática turística pode afetar as tradições culturais dessas comunidades, como o próprio órgão estatal afirma de forma explícita no texto.

Podemos notar o estabelecimento de um sentido negativo entre atividades relacionadas ao turismo e comunidades tradicionais, o que é um fato, pois, pondo uma sociedade em contato com outras, o resultado é, na medida em que se mantém interação social, que as trocas, na perspectiva cultural, sejam elas no plano discursivo ou não, agirão de forma a influenciar concomitantemente estas duas sociedades.

Sendo assim, o contato entre pessoas com particularidades culturais muito específicas, como os descendentes de quilombos e pessoas procedentes de diversas

[27] Conferir anexo nº 3.

partes do Brasil e do mundo, pode propiciar possíveis alterações na formação cultural e identitária dos habitantes da comunidade.

Vê-se, então, que o sentido remetido pelo inciso denuncia esta prática como sendo prejudicial à identidade cultural de comunidades como a Mumbuca. Isso porque o turismo, por ser uma atividade exploratória, requer o contato e este contato pode gerar consequências que incidam diretamente sobre a organização cultural. Há, desse modo, uma disparidade na forma encontrada pelo poder público para gerar desenvolvimento e assegurar sustentabilidade social e cultural.

Para vermos, na prática, que o sentido de preservação cultural remetido pelo discurso de desenvolvimento sustentável difere das práticas executadas, anulando seu sentido e promovendo mudanças drásticas na cultura dos envolvidos, veremos como a instância pública conduz o desenvolvimento econômico dos moradores da comunidade Mumbuca. Vejamos, então, o que diz um texto extraído do *site* da Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins sobre os artesanatos:

A bolsa que antes era toda de capim dourado, agora é feita com belos tecidos e aquele toque especial fica a cargo do capim. Já os colares, brincos e acessórios são combinados com pedras, coco, couro e outros materiais. Com esse novo jeito de trabalhar o capim dourado, o Percad – Programa Estadual de Resgate do Capim Dourado – está devolvendo o caráter de preciosidade ao chamado "Ouro do Tocantins". (SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: http://secom.to.gov.br/noticia/2010/5/3/novo-design-e-sustentabilidade-sao-marcas-de-programa-com-capim-dourado/. Acesso em: 3 de mai. 2010.[28])

O enunciado do órgão público remete-nos a sentidos contrários àqueles pregados pelo desenvolvimento sustentável. Nota-se um descompromisso com a preservação das características culturais dessas pessoas. O uso do termo *"antes"*, que nos remete ao saber que incide sobre os artesanatos, demonstra que a forma natural como eram produzidas as peças assume um valor pejorativo quando posto junto com o *"agora"*, referindo-se ao modo como, nos dias atuais, o artesanato é produzido.

Pelos sentidos que veiculam estas duas palavras e dão a coerência do texto, entendemos a passagem que vai do inapropriado, estabelecido pelo *antes*, para o apropriado, marcado pelo termo *agora*. Além de colocar em primeiro plano o *agora*,

[28] Conferir anexo nº 4

por meio da exaltação de ornamentos que foram acrescidos ao artesanato, como *"pedras, coco, couro e outros materiais"* e também através do adjetivo *"belos"*, relega-se um segundo plano às tradições culturais da maneira tradicional como era produzido o artesanato, ficando este tão somente como enuncia o poder público, a cargo de um *"toque especial"*.

A utilização do verbo *devolver*, como o diz o órgão público: *"devolvendo o caráter de preciosidade"* do artesanato, demonstra um julgamento de valor que inferioriza a prática desenvolvida pelos descendentes de quilombos. O verbo *devolver*, na forma em que está sendo empregado, conota a ideia de que o artesanato perdeu o valor que possuía. Isso nos leva a dúvidas sobre o que o Estado está considerando como preciosidade, pois, se for a cultura da comunidade, considerando-a como um elemento singular, não há necessidade de um resgate da sua preciosidade, pois não há como uma cultura ser menos preciosa ou mais preciosa em um determinado momento e em outro não.

Acreditamos que esse caráter de preciosidade que aparece no texto liga-se a sentidos puramente capitalistas, pois, na análise da continuação da frase "*ao chamado 'Ouro do Tocantins'*", vê-se este sentido veiculado pelo órgão estatal. Tomam-se os artesanatos não por aquilo que são – tradição cultural com valor social –, mas por aquilo que representam, bijuterias que podem gerar valores financeiros consideráveis. O poder público transfigura os saberes dessa gente, a ponto de assemelhar este saber ao ouro, veiculando assim sentidos que nos evidenciam apenas o caráter comercial atribuído ao artesanato da comunidade.

Seguindo com a análise e agora tomando como referência um enunciado retirado de outro *site* organizado pelo Governo do Estado do Tocantins, perceberemos que, no texto, também há a presença da dicotomia entre o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade e a valorização e preservação cultural. Vamos analisar um fragmento do texto retirado do *site* oficial de divulgação da região do Jalapão.

Explosão do capim

A partir de 2000 teve grande explosão, expandindo-se para os grandes centros urbanos, como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje é encontrado em quase todo o país e também no exterior. O Governo do Estado, através da Fundação Cultural, passou a incentivar a produção. Neste mesmo ano foi realizada uma oficina com o

designer paulista Renato Imbroisi para aprimorar a técnica que Dona Miúda difundira na comunidade, e assim tornar as peças compatíveis com o mercado. (SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: (http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=48). Acesso em: Data: 27 de mar. 2011[29].

Há termos no texto que dão suporte à dicotomia de que falamos acima, como podem ser verificados neste fragmento: *"foi realizada uma oficina [...] para aprimorar a técnica"*. Entendemos que o sentido da expressão *"aprimorar a técnica"* contrapõe-se ao sentido de preservação das tradições culturais da comunidade, pois as modifica. O fragmento nos mostra que é importante a modificação de um dos traços culturais da comunidade, pois é necessário que essa marca cultural atenda às expectativas do comércio e supra as exigências de um produto comercializável, como podemos ver em: *"e assim tornar as peças compatíveis com o mercado.*"

O uso da palavra *"compatível"*, no seu significado denotativo, remete àquilo "que pode ser combinado com outra(s) coisa(s), sem o conflito ou oposição" (FERREIRA, 2000, p. 168), mas limita-se apenas ao plano da significação do termo, pois não há como haver preservação da cultura dessa gente quando ela está sendo modificada para atender as exigências do comércio. A partir do momento em que os artefatos artesanais tornam-se peças compatíveis com o mercado, eles deixam de ser cultura para se tornarem um produto consumível, como outro qualquer que a sociedade capitalista habitua-se a consumir.

Entre os sentidos dados pelo discurso de desenvolvimento e sustentabilidade e aqueles que são veiculados no texto da Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins e no *site* de divulgação do Jalapão para visitações turísticas, existe uma discrepância, um contrassenso com a prática executada. O poder estatal afirma proteção cultural, porém é ele mesmo o agente que promove a modificação. Inserir elementos que antes não existiam na prática cultural dessas pessoas é alterá-la e não preservá-la.

Assim sendo, com as análises, vimos que a política pública não leva em conta as particularidades culturais que os artefatos produzidos com capim dourado e seda do buriti representam para os seus artesãos e transformam a ancestralidade histórica dessas pessoas em um produto. Isso mostra que o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade por meio do turismo, com os sentidos afirmados pelo poder público,

[29] Conferir anexo nº 5

não é posto em prática, pois o valor cultural que os artesanatos possuem não está sendo respeitado.

Esse tipo de descompromisso pode interferir nos sentidos e nos valores que eles formularam ao longo de sua descendência sobre a sua própria cultura. Dessa forma, esse novo entendimento pode influenciar no comportamento dessas pessoas de tal forma que o modo como antes entendiam sua cultura pode ser transfigurado a ponto de o artesanato, uma de suas atividades tipicamente culturais, ser transformado em bijuteria sem valor.

Assim sendo, o que podemos notar é o ideal capitalista da política do governo do Estado agindo sobre os moradores da comunidade, pois a representação do lucro e do comércio está em vários sentidos do texto.

Acreditamos que o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade, alicerçados no turismo e nas práticas que dele decorrem, promove uma ordem no entendimento e nas relações sociais dos moradores da comunidade Mumbuca que antes eles não conheciam. E isso é extremamente prejudicial, pois, além da identidade cultural dos moradores da comunidade, pode ser encontrada outra que cause conflito, e o resultado pode ser a sobreposição de uma sobre a outra.

Valendo-nos, então, dos ensinamentos de Chauredeau (2008), acreditamos que a palavra é o meio pelo qual a instância pública organiza as práticas sociais e estabelece a ordem, em prol de seus interesses, sobre aqueles a quem estas palavras se destinam:

> O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHAUREDEAU, 2008, p. 21).

Este será este o tema sobre o qual nos debruçaremos no próximo tópico, no qual averiguaremos se, nos discursos e nas ações sociais dos descendentes de quilombos, são inseridos, pouco a pouco, novos valores e novas práticas sociais em decorrência do discurso de desenvolvimento e sustentabilidade.

3.2 Assimilação da cultura capitalista

No tópico anterior, observamos, nos fragmentos de textos analisados, retirados de um *site* elaborado pelo Governo do Estado do Tocantins que divulga o Estado para visitações turísticas, assim como do *site* do órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo e também do *site* da Secretaria de Comunicação do Estado do Tocantins, sentidos inscritos que contradiziam aqueles referentes ao desenvolvimento sustentável da comunidade Mumbuca.

Isso nos propiciou outros entendimentos a partir dos sentidos que se incrustavam no plano superficial do discurso quando analisados com um olhar mais criterioso. Dessa forma, analisando os textos, fizemos emergir outros sentidos que se obscureciam pelo sentido aparente. Percebemos que estes sentidos podem transbordar do plano subjetivo do discurso e promover ações na vida cotidiana dos moradores da comunidade Mumbuca.

Ações essas, como vimos, que, ao serem postas em prática no cotidiano, podem dar um contorno aos fazeres sociais que antes não existia na relação social desempenhada pelos sujeitos. As análises nos forneceram evidências de que os sentidos que se inscrevem no discurso do poder estatal e das ações sociais que deste discurso decorrem revelaram-se paradoxais, pois o que foi dito não condisse com o que foi executado. Portanto, as ações que foram verdadeiramente praticadas e aquelas que estavam previstas no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade enunciado pelo poder público contradisseram-se.

Vimos, através do discurso, o poder público agindo diretamente nas ações dos sujeitos da comunidade Mumbuca, penetrando em suas práticas culturais. Agora, neste tópico, veremos se o discurso da instância estatal pode agir de forma menos perceptível nos sujeitos, mas que, da mesma forma, possa promover não só transformações nos seus artesanatos, mas também modificar a percepção da realidade dessas pessoas.

Assim sendo, o que será analisado, neste momento, é se, no discurso dos moradores da comunidade, os seus artesanatos também estão sendo considerados como produtos geradores de lucro. Se isso for constatado, ficará evidente que, entre eles, está

sendo inserido um entendimento diferente sobre seus fazeres culturais, cujo principal agente dessa inserção é quem deveria proteger sua cultura[30].

Analisaremos, então, se, nos enunciados dos moradores da comunidade Mumbuca, pode ser percebido, pouco a pouco, o discurso com o qual eles mantêm contato, discurso que é promovido pela política pública de desenvolvimento econômico baseado no turismo e assimilado, aparecendo junto aos seus.

Sendo assim, nossa intenção, neste momento, é saber se, no discurso dos habitantes da Mumbuca, há traços que demonstrem que os sentidos vindos dos discursos com os quais estão mantendo contado estão sendo assimilados. Se esse discurso estiver contido nos enunciados desses sujeitos, de acordo com Fairclough (2008), perceberemos, por meio de termos e frases, sentidos que remetam a uma ordem social que adota princípios diferentes daqueles adotados pela organização social da comunidade, baseada na economia de subsistência:

> Quando se enfatiza a construção, a função da identidade da linguagem começa a assumir grande importância, porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, [...] como as sociedades são reproduzidas e modificadas. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 209).

O que buscaremos, nos discursos analisados, serão os sentidos que o poder estatal veicula no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade incrustados nos enunciados dos moradores da comunidade Mumbuca. Sabemos que o poder estatal organiza-se sobre os princípios da sociedade capitalista e que esta sociedade está inteiramente inclinada para a obtenção de lucros, baseando-se na oferta de algum tipo de serviço para a acumulação de capital. Serão essas características, que podem estar presentes nos sentidos do discurso da comunidade, que nos trarão mais evidências se essas pessoas estão sendo ou não afetadas pela presença do Estado.

Demonstraremos estes novos discursos chegando aos moradores e se acumulando dentro da comunidade, sem qualquer tipo de planejamento referente aos efeitos nocivos que estes sentidos possam causar, pois, à medida que se acumulam, causam impactos socioculturais sobre os sujeitos que estão sob sua influência.

---

[30] Como vimos, os sentidos veiculados pela instância estatal nos remetem a considerar que a cultura dos moradores da comunidade é compreendida como um produto a ponto de até modificá-lo para atender aos fins comerciais. Disso decorre o desrespeito com o modo tradicional como é produzido esse artesanato.

Dessa forma, veremos quão representativos são os sentidos do discurso veiculado pelo poder estatal na vida dessas pessoas, pois são eles a principal porta de acesso à interiorização de novos hábitos. Vejamos, então, alguns termos do discurso técnico[31], já assimilados por uma moradora, e o que deles podemos retirar como entendimento. Tomemos como exemplo a transcrição do enunciado dessa informante:

Doc: O que o governo tem feito para ajudar vocês com a produção do artesanato com o capim dourado, fiquei sabendo que veio uma pessoa de São Paulo ajudar vocês na confecção das peças, é verdade isso, dona *[32]?
Info: Faz muito tempo que não vem mais ninguém aqui ajuda nóis, só veio no começo quem faz os nossos artesanato é nóis mesmo, nóis é que faz os suplá[33], os cestim (...)
Doc: Suplá? O que é isso, dona*[34]?
Info: Um porta-copo. (sorriso)
Info: A gente faz os artesanato e eles põe o nome. (sorrisos)

Ao nos despedirmos, a informante disse:

Info: Olha, eu gostei muito da sua palestra, da sua conversa, da sua exposição.
(Entrevista gravada em: 16 de jul. 2008)

Percebemos que a informante, no processo de interação discursiva com outras culturas, já tem incorporado palavras novas em seu vocabulário, como *"palestra"* e *"exposição"*. Como dissemos, muitos pesquisadores deslocam-se até a comunidade para realizar pesquisas as mais diversas e, desse modo, ao entrar em contato com estes termos e com o seu contexto de uso, há uma apreensão dos mesmos por parte dos moradores. Podemos ver que os termos retirados do discurso da informante são

[31] Os moradores da comunidade, além de receber visitações turísticas de lazer, recepcionando assim pessoas de várias partes do Brasil e do mundo em sua comunidade, também recebem muitos pesquisadores e estudantes que vão desenvolver pesquisa – como exemplo, podemos citar nosso próprio caso. Além disso, a comunidade também recebe várias visitas de funcionários dos órgãos públicos estaduais que vão ministrar palestras sobre desenvolvimento sustentável, como: o manejo do capim dourado e da seda do buriti, as queimadas e até mesmo sobre a própria questão da identidade quilombola. Portanto, o contato com termos técnicos também faz parte da realidade dessas pessoas e, por isso, tanto podem apreendê-los como reproduzi-los.
[32] O asterisco está indicando a supressão do nome da informante.
[33] A palabra suplá utilizada pela moradora é de origem francesa "sus plat" que traduzida para o português significa sob o prato.
[34] Idem à nota 24.

pertencentes ao universo técnico ou acadêmico, o que nos evidencia o contato dessa pessoa com esse meio.

A incorporação desses termos parece óbvia, pois, uma vez que se mantém contato com uma cultura diferente, certamente algo dessa cultura ficará. Acreditamos, então, que a informante se utiliza dessas palavras por ter, em algum momento, mantido contato com pessoas que usam esses termos e, dessa forma, os adquiriu. O que ela tem ouvido na comunidade pelos visitantes tanto de órgãos estatais, como NATURATINS e IBAMA, só para citar alguns, como por acadêmicos que sempre lá estão fazendo pesquisas, é um modo pelo qual pode ter havido essa apropriação.

Nota-se, então, que essa apropriação é perfeitamente possível, e, até aqui, pelo que parece, nada há de mais nisso. Mas não é bem assim, pois podemos notar uma particularidade preocupante nisso tudo. Ao enunciar essas palavras, isso é feito de forma desordenada, pois são enunciadas em sequência: *"Olha, eu gostei muito da sua palestra, da sua conversa, da sua exposição"*. E, apesar dos sentidos nelas remetidos, de certa forma, coincidirem com o que estávamos fazendo ali, compreendemos que a informante não tem o pleno domínio do que está enunciando.

Pela relação de associação e de proximidade do conteúdo que estávamos conversando e do que ela tem ouvido dos visitantes, entre os quais alguns devem visitá-los com o intuito de palestrar ou fazer uma exposição sobre um dado assunto, a moradora deve ter percebido que o uso de algumas palavras e a forma como conduzíamos a conversa traziam semelhanças com o discurso que, em outro momento, já havia escutado.

O desconhecimento do uso dessas palavras, pois ao reproduzi-las sucessivamente a informante não leva em conta que os termos distinguem-se quanto ao contexto e propósito em que cada uma será empregada, demonstra a apropriação de signos linguísticos que possuem um sentido e um propósito para serem utilizados. Sem saber de fato em qual sentido estas palavras foram usadas, delas se apropria e as reproduz.

Dessa forma, deve-se levar em conta que houve uma apropriação e uso de expressões que agora compõem o discurso da moradora da comunidade. Portanto, o que parece ser sem grande repercussão, que não parece gerar grandes problemas, nos traz uma evidência dos efeitos que uma exposição excessiva a determinados discursos pode causar. Temos, então, um exemplo de que os discursos podem tomar existência na vida

dessas pessoas e podem ser reproduzidos sem que elas saibam ao certo o que se está dizendo e quais consequências podem ser geradas depois de enunciados.

Esse é, então, o primeiro momento do exercício de influência do discurso sobre essas pessoas. Veremos, com outro fragmento do discurso da informante, ainda do mesmo enunciado, outras partes em que podemos depreender que essas pessoas estão sob o plano de influência de outros sentidos.

Algo interessante a ser notado também na fala da informante está neste enunciado: *"A gente faz os artesanato e eles põe o nome".* Entendemos este enunciado em duas perspectivas, uma delas nos mostra uma consciência de que o artesanato produzido é verdadeiramente deles, como notamos: *"A gente faz".* Esse "*a gente",* no nosso entendimento, não se refere apenas ao fazer do trabalho, mas sim à identificação da comunidade com esse saber, promotor da cultura dessas pessoas. Outro entendimento depreendido do enunciado é o assujeitamento frente ao que lhes é imposto. Vemos que, apesar da informante reconhecer o artesanato como sendo pertencente a sua cultura, ao seu fazer cotidiano, uma palavra "invasora" é introduzida em seu discurso e toma lugar em seu enunciado, como podemos ver na contradição entre: *"A gente faz"* e *"eles põe o nome".*

Como podemos notar pela afirmação convicta, a moradora fala do artesanato que tem o nome de "*suplá"* como se fossem os próprios artesãos que o tivessem nomeado: *"nóis é que faz os suplá, os cestim (...)".* O utensílio artesanal, antes fabricado sem ter um nome específico, como a própria moradora afirmou quando disse fazê-los, agora ganhou um, mas são outros que o puseram. Essa palavra, "*suplá",* foi incorporada ao discurso desses sujeitos e, hoje, é usada corriqueiramente entre eles.

Esta incorporação ocorreu no ano de 2000, quando o designer paulista Renato Imbroisi foi "*ajudá-los*" na confecção do artesanato, mas, mesmo assim, o termo ainda faz parte do vocabulário dessas pessoas e ocupa lugar importante, pois está diretamente associado a um dos traços mais singulares da sua cultura. Percebemos, com a análise, a possibilidade de outras palavras ganharem espaço entre os discursos dessas pessoas.

Incorporando o discurso do outro, os sentidos do enunciado são conduzidos por outros caminhos, não determinados pelos sujeitos que os incorporaram, mas pelos caminhos daqueles que introduziram os novos termos e sentidos. Assim, queremos dizer que, nas palavras ou nos discursos, podem enovelar-se sentidos que possam ter sido forjados no seio de outra sociedade, como vimos nas análises acima.

Esses sentidos, sendo incorporados nos enunciados do sujeito, podem fazer com que ele os utilize na mesma perspectiva daqueles que os elaboraram. Isso nos evidencia que os sentidos do discurso possuem o poder de manipulação dos ouvintes, como nos mostra Rossi-Landi (1985, p.64):

> (...) as palavras e as mensagens não existem em estado natural, uma vez que são produzidos pelo homem, conclui-se imediatamente que elas também são produtos de trabalho. É nesse sentido que se pode começar a falar em *trabalho humano linguístico.* A expressão tem o mérito de colocar este tipo de trabalho no mesmo plano de trabalho "manipulativo" ou transformativo" com que se produzem objetos físicos.

Para termos mais um exemplo da assimilação de discursos que possui como fonte as políticas públicas promovidas pelo Governo do Estado do Tocantins, veremos a nítida assimilação dos sentidos capitalistas pregados pelo poder público através do discurso elaborado para o turismo com a apropriação destes sentidos pelos sujeitos da comunidade Mumbuca. O discurso que será transcrito se deu em uma conversa entre dois membros da comunidade quando falavam a respeito de ajudas que o governo do Estado ofereceu para eles. Vejamos:

Info (1): Mais que bom, *[35], que você tá sabendo disso tudo, pois quando eles vierem aqui querendo indenizar esse povo, não aceita não.
Info (2): Aceitá?!? Má nunca, eles vieram aqui com aquelas casinha de asa aberta quere dá pra nóis, nóis nãااã! Nóis num qué isso não, se a gente aceita, aí a gente perde nossa tradição, e é isso que o turista quer ver, eles ainda vêm aqui porque nóis ainda somo tradição, se o governo quiser dá o dinheiro para a gente ajeitar a nossa casa, botá uma palha nova, cerâmica, aí nóis qué, porque, se não, acabô tudo, não tem mais tradição, não tem mais turista, não tem mais nada. (Entrevista gravada em: 21 de jul. 2007)

Fazendo uma relação entre os dois fragmentos acima, enunciados pelos moradores, notaremos que o seu discurso é o discurso elaborado pelo governo do Estado no que concerne aos sentidos pautados no desenvolvimento pelo turismo. Quando o informante 2 diz que não quer aceitar os benefícios do Estado, com esta atitude, acredita estar negando as leis do Estado em função de suas vontades próprias e

[35] O asterisco indica a supressão do nome da informante.

de fato está. Mas o que percebemos é que o discurso recai em outro interesse do Estado, o de torná-los um centro turístico de atração de capital.

Isso pode ser perceptível no enunciado do informante 2 quando diz: "*(...)se a gente aceita, aí a gente perde nossa tradição, e é isso que o turista qué vê (...)*" "*(...)se o governo quiser dá o dinheiro para a gente ajeitar a nossa casa, bota uma palha nova, cerâmica, aí nóis qué, porque, se não, acabô tudo, não tem mais tradição, não tem mais turista, não tem mais nada.*" Compreendemos que, com esse enunciado, ele entende as suas tradições culturais com os "olhos" capitalistas do Estado, que compreende esta comunidade como produto de mercado, isso é bem claro quando ela diz: "*é isso que o turista qué vê*".

Pode-se notar, então, que aí está nitidamente o discurso do Estado, preservar a tradição para visitação turística é um fenômeno novo na vida dessas pessoas e, se não houvesse a interferência do poder público, talvez esse sentimento jamais existisse. Nota-se que o discurso assimilado age de tal forma no informante 2 que dele se apropria, sem saber que aquilo que está dizendo não surgiu da sua consciência, mas sim como um reflexo da excessiva exposição a estes sentidos. Reproduzindo no seu discurso os sentidos do que lhe foi imposto, coloca-se em uma situação de submissão sem que perceba.

No próximo discurso, nas linhas do que foi enunciado pelo informante, subscreve-se um anseio que acreditamos ser o mesmo que é almejado por aqueles que vivem em sociedades capitalistas, a ascensão social. Acreditamos que este anseio só existe entre os moradores da comunidade Mumbuca por ter sido introduzido pelo poder estatal, pois, como veremos, o que busca a informante está relacionado à proposta desenvolvimentista elaborada pelo poder público.

Temos que, inicialmente, esclarecer que a informação foi prestada por uma informante que possui uma pousada conseguida através de benefícios concedidos pelo Estado. Conduzindo a entrevista, perguntamos sobre a funcionalidade da pousada, ou seja, se ela gerava lucros com os turistas. Com isso, nosso objetivo foi saber, por meio das análises, até que ponto essas pessoas já estão envolvidas com os princípios da sociedade capitalista.

Doc: Vêm muitos turistas se hospedar aqui na pousadinha?
Info: Se eu ficasse aqui direto dava até um dinheiro bom.

Doc: Só não dá mais porque a senhora não fica aqui?
Info: Porque eu não fico aqui, eu gosto de sair, ir na fazenda, acolá.
Doc: Mas não tem ninguém que fique no seu lugar? Os meninos não ficam?
Info: Hum, hum! Mas aí os turista não quer, eles não dá conta também.
Doc: Ah! Os turistas querem vir para ver a senhora?
Info: É, eles querem vir para conversar. Mas eu vou por uma placa na Matero indicando aqui, vou fazer tudo bem direitinho. (Entrevista gravada em: 15 de jul. 2008.)

Pode-se notar, nesse enunciado, que as práticas que os sentidos do discurso de desenvolvimento econômico pedem ainda não foram incorporadas às ações sociais da informante. Como podemos ver, ainda há uma relutância de abandonar os seus fazeres cotidianos e ceder aos novos hábitos, pois, ao perguntarmos sobre o fluxo de turistas que se hospedam na pousada, ela mesma afirma: *"Se eu ficasse aqui direto dava até um dinheiro bom"*, mas *"eu não fico aqui, eu gosto de sair, ir na fazenda, acolá"*.

O verbo "*gostar"*, quando diz *"eu gosto de sair"*, também nos indica o desprendimento dos interesses materialistas do sistema capitalista e nos revela o prazer que sente nas coisas simples que faz no seu dia a dia, como passear pelas redondezas da sua comunidade. Mas também podemos notar que a ideia contida nos sentidos do discurso de desenvolvimento conseguiu chegar ao entendimento da informante e já existe marcada no seu discurso.

Vê-se que, se os sentidos desse discurso fossem executados nas práticas diárias da informante, implicariam em uma mudança nos seus hábitos. Tal mudança pode ser vista notoriamente no seu enunciado quando relata as formas como se dá o seu cotidiano: o verbo *"sair"* demonstra uma vida livre e desprendida dos interesses materiais, em contraste com o verbo *"ficar"*, que representa a mudança, pois é preciso manter-se em um lugar só, na pousada, para que possa haver acumulação de capital.

Notam-se dois universos diferentes e que, sobretudo, são opostos, pois a prática requerida pelo sentido do discurso capitalista pautado no turismo vai contra as vontades da informante. Porém, o discurso, no seu decorrer, também nos mostra o que parece ser uma indecisão causada pela influência desse discurso, pois a moradora parece indecisa entre deixar aquilo que gosta de fazer para poder dedicar-se ao funcionamento da pousada.

O peso de assumir a nova postura frente aos hábitos que gosta de cultivar leva-nos ao entendimento de que ela percebe e protela esses acontecimentos. Porém, mesmo assim, podemos notar que a influência desse discurso se faz em outros sentidos do seu enunciado. Notamos que estão presentes, no enunciado da informante, marcas muito específicas do modo de produção da sociedade capitalista, as estratégias de venda de um produto.

No discurso em questão, podemos ver um jogo de *marketing* para fazer com que a pousada dê mais lucro: *"colocar a placa em Matero"*. Esse trecho do enunciado nos mostra uma estratégia comercial que, dadas formas como se organiza o modo de produção dessas pessoas, só pode ter vindo de sujeitos que não fazem parte da comunidade.

No momento em que há uma inclinação em se acreditar nas possibilidades do crescimento da pousada, acreditamos que essa inclinação é por força do exercício da influência que vem de fora, pois não é uma prática comum que comunidades de descendentes de quilombos tenham, em suas práticas sociais, o exercício de atividades como esta para obtenção do lucro.

Dessa forma, compreendemos que esses sentidos aparecem no discurso da informante porque foram estas as possibilidades dadas pelo poder público para o desenvolvimento econômico dessa gente. Assim, podemos afirmar que essa política pública e todo o discurso que com ela vem podem ser assimilados pelos moradores da comunidade e tornarem-se parte dos seus atos discursivos e práticas sociais. Conforme Van Dijk (2008), apesar da influência exercida pelos princípios de outra sociedade que se faz sobre a perspectiva da aquisição financeira não ser efetiva no discurso da moradora, podemos notar que há uma tendência, uma inclinação em aderir a essas determinações.

> Crucial no exercício do poder, então, é o controle da formação das cognições sociais por meio da manipulação sutil do conhecimento e das crenças, a pré-formulação das crenças ou a censura das contraideologias. Essas representações formam a ligação cognitiva essencial entre o poder social em si e a produção e a compreensão do discurso e de suas funções sociais no exercício do poder. (Van DIJK, 2008, p. 84).

Analisando a perspectiva do desenvolvimento financeiro de forma superficial, o que parece é que ele é uma ótima oportunidade para a informante e sua comunidade.

Fazendo essa comunidade parte de um modo de produção em que a divisão dos recursos é um traço da sua cultura, a prosperidade financeira dessa moradora poderia ajudar os outros também. Mas o sistema capitalista não funciona dessa maneira, sabemos que, no interior das relações sociais produzidas por esse sistema, as contradições existentes são incontestes.

A desigualdade não só existe como é necessária, pois é uma de suas características. O poder e a subserviência caminham juntos e o que decidirá quem subjugará e quem será subjugado é o poder financeiro e é nessa relação que surge o dominador e dominado. O que queremos dizer com isso é: se os hábitos cotidianos dos moradores da comunidade Mumbuca declinarem para o caminho por onde seguem os rumos das ideias capitalistas, é possível que as relações sociais que construíram, como o cooperativismo, a vida livre e desprendida dos bens materiais e a busca pela manutenção das necessidades básicas da vida sem se preocuparem com a acumulação de excedentes, transformem-se. Uma vez acontecendo isso, as tradições culturais dessas pessoas podem desaparecer.

Para uma sociedade que possui hábitos de subsistência, uma reviravolta em seu modo de produção para um estilo de vida em que a mola propulsora é a busca cada vez mais intensa do dinheiro pode acarretar em sérios problemas.

Um dos problemas é o risco do surgimento de alguns moradores com muito poder financeiro e outros relegados aos recursos mínimos de sobrevivência, podendo até tornarem-se subservientes por estarem nessas condições. Dizemos isso porque não são todos os moradores da comunidade que possuem recursos como o da informante – a pousada – que possam atrair a atenção dos turistas.

Não estamos contra o fato de a moradora querer desenvolver a sua pousada e assim conseguir mais renda para a sua família. Isso não a desmerece em momento algum, nem a torna menos pertencente a sua comunidade ou a sua cultura. O que estamos querendo ressaltar são as consequências que expusemos, que não podem ser facilmente percebidas pelos sujeitos da comunidade Mumbuca. E as contradições existentes no modelo capitalista de produção nos dão pistas do que pode acontecer à comunidade caso este sistema de fato os envolva por completo.

Não contar com todos esses problemas é um contrassenso no que pregam os objetivos das políticas públicas, que é favorecer social e economicamente a comunidade. Não é a forma como a comunidade se sustenta que é o seu problema, mas

o pensamento que se tem de que ele é inapropriado para a manutenção digna dessas pessoas.

O poder público, usando o discurso de desenvolvimento sustentável, veicula sentidos de preservação dos hábitos culturais dessas pessoas, mas faz, na verdade, atos contrários. O que se vê são abusos executados contra uma cultura que está sendo impelida constantemente à introdução de sentidos em seus discursos que podem levar a modificar suas condições de vida e, assim, de sua cultura se as práticas que desses sentidos decorrem forem adotadas.

É notória, então, a contradição que a política pública de desenvolvimento econômico do Estado gera para a comunidade Mumbuca. O excesso de exposição desse povo a essa política, cujos sentidos e as práticas a eles associadas ancoram-se na acumulação e competição, impõe a essa gente um modo de vida que contraria os princípios culturais que construíram ao longo de suas experiências em comunidade.

Acreditamos que, por meio dessas constantes assimilações, modificações nos seus atos sociais podem ocorrer de forma lenta, mas gradativa. E, com o passar do tempo, essas modificações podem remodelar as tradições culturais desse povo a ponto do princípio do cooperativismo, que de seus hábitos faz parte, ser trocado por atitudes individualistas.

No próximo capítulo, abordaremos esse tema. Veremos como os sentidos dotados de valores sociais, frutos da prática de comercialização do artesanato produzido com capim dourado, promovem modificações nos atos discursivos e no comportamento social dos habitantes da comunidade Mumbuca.

3.3 A transfiguração de uma cultura em outra

No tópico anterior falávamos sobre a assimilação de sentidos e valores, pelos moradores da comunidade Mumbuca, vindos de discursos que acreditamos terem sidos ocasionados pela sua constante exposição a visitações por sujeitos com interesses diversos. Levando consigo discursos resultantes das suas relações sociais, esses visitantes introduziram termos e sentidos desconhecidos entre os habitantes da comunidade. Pelas análises realizadas, pudemos observar os vestígios desse contato,

pois percebemos que tais termos e sentidos se encontram inscritos no discurso dos sujeitos da comunidade.

Dissemos que a exposição a esses discursos pode ser prejudicial ao modo de vida dessas pessoas, pois, pela constante assimilação dos sentidos que deles emanam, as características identitárias dos habitantes da comunidade podem ser suprimidas. Com as análises, pudemos, também, perceber que, além dessas visitações, a comunidade possui outro problema decorrente das políticas públicas.

No que diz respeito às suas práticas culturais, mais especificamente à produção do artesanato produzido com capim dourado e seda do buriti, a forma como estas pessoas antigamente o produziam e os motivos que as levavam a esta produção estão sendo remodelados. As análises nos mostraram que o principal agente causador dessa remodelação é próprio poder público. A promoção das políticas públicas pautadas no desenvolvimento econômico e sustentável gera modificações nestes artesanatos no intuito de fazê-los adquirir maior valor de venda.

Se os sentidos que envolvem essa nova forma de produzir o artesanato também forem assimilados pelos moradores, este novo propósito de se produzir as peças artesanais pode conduzir os motivos pelos quais eles as produzem. E, ao longo do tempo, pode até vir a suprimir o motivo antigo pelo qual as produziam. Se assim ocorrer, o artesanato gradativamente pode deixar de ser cultura.

Demonstramos que os sujeitos da Mumbuca constantemente assimilam os termos e sentidos de outra sociedade, ou seja, discursos que fazem parte de outra realidade social. Acreditamos, que, uma vez esse povo incorporando esses discursos aos seus, não só estarão reproduzindo-os, pois já o fazem, mas também aderindo aos princípios, valores e comportamentos sociais que desses discursos decorrem. E, como resultado desse processo, há a modificação da sua constituição identitária.

Sendo assim, nesta última parte das análises do nosso estudo, temos como objetivo saber se a natureza dos costumes sociais do povo da Mumbuca já mostra um remodelamento substancial. Veremos se, em suas práticas cotidianas, encontram-se outras formas de produzirem o seu dia a dia. Caso haja formas muito díspares dos seus modelos organizacionais, poderemos dizer que, efetivamente, a constituição identitária dessas pessoas está sendo afetada pela introdução dos novos discursos e de novas práticas que deles decorrem.

O modo pelo qual procederemos é analisando o discurso dos moradores a partir de um ponto que consideramos fundamental: o entrecruzamento do discurso com as ações sociais por eles desempenhadas. Averiguaremos se as ações desempenhadas pela comunidade, no que diz respeito ao seu modo de produção baseado na economia de subsistência, são alteradas. Se essa alteração se evidenciar, analisaremos se, junto ao que foi alterado, estão discursos que sejam condizentes com os novos atos, pois provavelmente estes novos discursos foram a causa dessa alteração.

Sabemos que, no caso específico da comunidade, há a possibilidade de que, caso esses novos hábitos sejam encontrados nos fazeres cotidianos dessas pessoas, eles tenham sido originados pelos discursos veiculados pelas políticas públicas de desenvolvimento e sustentabilidade do governo do Estado. Saberemos se isso é verdadeiro se o que está sendo feito pela comunidade e for dado como alteração da sua cultura convergir para as práticas propostas por essa política.

Portanto, acreditamos que, para haver essa mudança, primeiramente tenha havido a assimilação de discursos, como mostramos no tópico anterior, e, depois, as ideias já prontas resultaram em realizações sociais. Conforme Ianni (1965), acreditamos que o Estado, na mediação dessa política de desenvolvimento, a conduz para uma forma de produção na qual os princípios e valores da sociedade capitalista são o norte. Assim sendo, dois modos de produção contrários, um de economia de subsistência e o outro de acumulação de capital, não podem coexistir, o que ocorrerá é que um deles se sobreporá ao outro, como nos explica:

> O estado não é apenas mediação nas relações de classes e elementos de preservação da hegemonia de uma sobre a outra classe. Ele opera, também e principalmente, no nível infraestrutural, diretamente no processo de formação de capital, isto é, de acumulação capitalista. Na medida em que o processo produtivo, em sentido amplo, exprime a forma pela qual se organiza e cristaliza a práxis coletiva, segundo as determinações do mercado, o poder público participa intensamente na formulação das possibilidades e na própria dinamização das forças produtivas. (IANNI, 1965, p. 251).

Portanto, compreendemos que estes novos discursos, como são trazidos pela instância estatal, agirão sobre os sujeitos promovendo uma visão distorcida da sua realidade no que concerne a sua relação social de subsistência, substituindo-a por uma visão capitalista disseminada pela instância pública. Esse novo entendimento os conduz,

sobretudo, à execução, na realidade da sua vida cotidiana, das intenções daqueles que contribuíram para esse novo entendimento.

Assim, pode-se estabelecer, na percepção dessas pessoas, outra forma de entendimento da realidade, gerando, também, outra forma de participação nesta realidade. Esse é um processo que não é facilmente percebido, pois, do mesmo modo que chega até eles o seu agente causador, o discurso, o processo se dá de forma "sutil e sorrateira", sem demonstrar sua presença e, a longo prazo, vai tomando lugar nas ações discursivas e nas demais formas de relação social do sujeito.

De acordo com Barzotto (1998), estes discursos vão se justapondo aos entendimentos de mundo do sujeito, sobrepondo-se a sua percepção até o momento em que haja uma ruptura dos modelos antigos em detrimento dos novos:

> O efeito produzido por este rearranjo operado nessas frases cotidianas pode ser o de que, percebendo suas tão velhas máximas revertidas em outras tão mais atuais, [...] ao identificar-se àquilo que reconhece, reconhece-se naquilo que não conhecia, desloca-se para aquele lugar presentificado no texto, reatualizando-se para o mundo que lhe é proposto, no qual os trajes velhos [...] são revestidos. Pleno de deslocamentos, atinge-se assim também um tempo no qual deve-se situar todo aquele que queira sentir-se representado nesse modo de vida proposto. (BARZOTTO, 1998, p. 31).

Assim, assimilando estes discursos e pondo-os em prática nas suas ações cotidianas, podem encerrar-se em um mundo em que as suas buscas e objetivos não sejam traçados pelas suas vontades, mas vontades de outros que introduziram, em seus pensamentos, discursos com sentidos que projetam essas vontades. Dessa forma, esses discursos, ao se confundirem com os seus, serão repetidos, e as ações que deles decorrem, praticadas, levando-os a imaginar que tanto os discursos, quanto as práticas são frutos de sua consciência, porém estão discursando com a perspectiva do outro.

Uma vez que já sabemos quais sentidos são pertinentes ao discurso de uma população que vive da economia de subsistência, nos guiaremos por outros sentidos, enovelados as suas práticas cotidianas, para fazermos nossas afirmações. Encontrando outras práticas, poderemos associá-las a sentidos vindos das ações decorrentes das políticas públicas promovidas pelo Estado. Dessa forma, saberemos se o poder público está inserindo práticas socioculturais que não fazem parte daquelas desempenhadas pelos sujeitos da comunidade Mumbuca.

Para tanto, neste momento, analisaremos um discurso que é referente à visão dessas pessoas em relação aos turistas. Assim saberemos quais os posicionamentos assumidos frente a essa nova realidade. Vejamos, no enunciado, quais sentidos são elaborados no discurso do informante:

Doc: Vem muito turista aqui na região, não é mesmo?
Info: Sim, vem muito turista aqui no Matêro, eles vêm de toda parte do Brasil e até do estrangeiro.
Doc: Os turistas também vão visitar a comunidade Mumbuca? Eles ajudam a comunidade em alguma coisa?
Info: Sim, eles vão é muito. Sempre quando tem turista aqui no Matêro eles vão lá ver nóis. Se eles ajudam a comunidade? Sim, eles ajudam muito, eles compram o artesanato do capim dourado, é, eles compram é muito, o turista é muito bom aqui pra nóis. (Entrevista gravada em: 15 de jul. 2008.)

Pelos sentidos que o enunciado nos mostra, percebe-se que as políticas públicas propostas pelo Estado para o desenvolvimento da comunidade sob a ótica do turismo foram aceitas pelos membros da comunidade Mumbuca, como podemos ver pela afirmação feita no fragmento: *"o turista é muito bom aqui prá nóis."* É importante, então, averiguarmos os motivos que dão suporte a esta aceitação a fim de sabermos o que podemos dela extrair e justificarmos que o desenvolvimento turístico remodela atos cotidianos desses sujeitos.

Para tanto, compararemos este enunciado com outro, proveniente da mesma sequência discursiva, a fim de compreendermos o motivo dessa aceitação: *"eles compram o artesanato do capim dourado"*. O que deste fragmento podemos depreender é que o rendimento obtido com a comercialização do artesanato é o que motiva essas pessoas a aceitarem a política pública. O orçamento garante, dá força e sustenta a eficácia dessas medidas, pois possibilita o acesso da comunidade Mumbuca a uma fonte de renda com um produto que antes não possuía tanto valor comercial.

Essas medidas também respeitam as normas instituídas em leis pelo plano federal, o PLANAPIR[36], que, nos objetivos apontados para o desenvolvimento de políticas públicas para comunidades tradicionais, aponta que essas políticas devem ajudá-las no desenvolvimento econômico, como podemos ver no parágrafo I do eixo

[36] PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção à Igualdade Racial.

seis das disposições sobre comunidades de remanescentes de quilombos: *"I - promover o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes de quilombos, inserido-as no potencial produtivo nacional"*
(BRASIL. Decreto nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/publicacoes/decreto_planapir Acessado em: Data: 25 de mai. de 2010.[37])

No fragmento do enunciado, notamos, pelo entendimento do morador, que a entrada de recurso financeiro traz desenvolvimento e satisfação entre os moradores. Os verbos "*ajudam"* e *"compram*", bem como a frase "*é muito bom para nóis*", relacionados à presença do turista, referem-se à prática comercial que essa relação propicia. Dessa forma, não podemos deixar de compreender que o sentimento expresso pelo informante nos termos enunciados é indissociável dessa prática, o que nos faz crer que essa relação específica tem como pilar a renda que proporciona.

Porém, notamos que, nesse discurso, há outros sentidos ligados a atos sociais que acreditamos não terem sido conhecidos por eles antes das políticas públicas por força da forma como organizaram o seu modo de produção. Os sentidos que estão ligados aos atos realizados pela comunidade na comercialização do artesanato igualam-se à relação desempenhada pelo empregado e pelo empregador, relação esta que somente é vista no modo de produção de sociedades capitalistas.

Afirmamos o que dizemos quando pensamos no processo que é executado para que o artesanato seja produzido e vendido pela comunidade. O Estado auxilia[38] a comunidade na extração da matéria prima, fornecendo o material necessário para isso. Os moradores da comunidade trabalham na retirada do capim e da seda de buriti da vegetação do serrado, produzem os artesanatos e fazem o atendimento ao turista em um ponto de venda que se localiza dentro da comunidade.

---

[37] Conferir anexo nº 7

[38] O Estado, para incentivar a comercialização, fornece auxílios, como: veículo para a locomoção do capim em estado natural e já em forma de artesanato, e os pontos onde serão vendidas as peças. Por outro lado, vemos o Estado controlar todo o processo, que vai da extração da matéria-prima até a regulamentação dos meses apropriados para a extração do capim dourado, que não pode ser feita em outro momento e, caso seja, corre-se o risco de multa.

Nessa atividade, notamos que o trabalho realizado pela comunidade durante todo o processo – da extração da matéria-prima à produção do artesanato, chegando, finalmente, ao objetivo final, a venda –, é semelhante às etapas realizadas pelos funcionários de uma empresa num processo de fabricação de um produto em uma fábrica.

Dessa forma, acreditamos que não há uma ajuda, como diz o informante, e nem mesmo uma política pública de desenvolvimento sustentável que preserva as tradições culturais dessas pessoas, pois se contraria a prática natural dos motivos pelos quais antes produziam o artesanato. O que há, nessa relação, é o pagamento pela realização de um trabalho exercido na confecção de um produto pouco encontrado no mercado.

Assim sendo, uma vez dedicando-se mais e mais às atividades que estão desempenhando, acreditamos não mais encontrarmos diferença entre a produção do artesanato e qualquer outra forma de atividade comercial preconizada pelos moldes do sistema capitalista. Para darmos maior embasamento ao que estamos dizendo, nossas afirmações ficam mais claras quando analisamos o discurso de uma moradora que nos revelou o real motivo da produção do artesanato antes da sua comercialização em massa:

Info: Antes dos turista comprá o artesanato de nóis, a gente só fazia uns chapeuzim pra se protegê do sol, umas bolsinha pra pô alguma coisinha ou pra trocá por sal, uma lata de ólho nas cidades aqui pertim. Mas agora com os turista ficô bom, eles vêm e às vezes compra é muito, aí é bom pra gente. Eles vêm aqui pra conhecer nóis também, a comunidade, ouvir as história da véa [...][39] dos povo mais antigo. (Entrevista gravada em: 15 de jul. 2008.)

Podemos ver, na relação estabelecida, a diferença entre os motivos que antes conduziam a produção do artesanato "*antes a gente fazia só uma bolsinha uns cestim prá pô coisa*" e os motivos gerados pela produção depois da intervenção do Estado *"Mas agora com os turista ficô bom, eles vêm e às vezes compra é muito, aí é bom pra gente"*. Um novo valor está sendo atribuído ao artesanato produzido, um valor que, antes, não pertencia à comunidade, mas, hoje, nos sentidos do que enunciam, se faz presente, pois o que antes era produzido para um fim e deste fim

[39] O asterisco indica a supressão do nome da informante

decorria um valor, um motivo que levava a sua produção, hoje é produzido para outro fim e existe outro valor.

Podemos perceber claramente que, entre o fazer antigo e a prática atual, há uma passagem da razão que anteriormente motivava a produção ao motivo que hoje caracteriza a produção do artesanato. A passagem se deu devido ao fazer artesanal como prática cotidiana ter ganhado novas razões para ser realizado. Do uso cotidiano e pequenas vendas para a produção em grande quantidade e para aquisição de dinheiro, transmutou-se o sentido original da prática cultural. Dessa forma, instaura-se, na comunidade, uma nova percepção dos motivos pelos quais se deve produzir as peças artesanais.

Com essa percepção, apesar desse povo já, anteriormente, produzir o artesanato para venda e de ainda o fazer para o uso cotidiano, os valores da relação capitalista de quanto mais se produzir mais se obterá lucro substituem gradativamente os valores agregados à produção de um artesanato que era feito para um comércio esporádico baseado na subsistência. Nota-se que, ao dizer os motivos por que se produzia o artesanato, comparando com os motivos pelos quais ele é produzido neste momento, há diferenças notáveis. Podemos ver que o fim comercial toma o lugar da prática cultural.

Não estamos dizendo que a comunidade não produz seu artesanato sem os mesmos fins culturais pelos quais antes os produziam, pois, se assim disséssemos, estaríamos cometendo um grave erro. Porém, não podemos deixar de observar, também, que o Estado, ao inserir um novo motivo, mudou também o valor que antes era associado a esta produção.

Dando continuidade à busca de elementos discursivos que possam nos evidenciar que a instância pública, com sua política de desenvolvimento sustentável, promove a transformação dos hábitos culturais dessas pessoas, analisaremos, a seguir, traços encontrados nos discursos que acreditamos já mostrarem a inserção desse povo no sistema capitalista de produção.

Parece óbvio dizer que esses sujeitos estão inseridos no sistema capitalista, uma vez que este sistema age sobre a vida de todas as pessoas direta e indiretamente. Mas o que aqui queremos dizer é: através dos discursos de alguns membros da comunidade, poderemos dar mais exemplos de que, pouco a pouco, ocorre a transposição de uma cultura baseada na economia de subsistência para outra que se opõe a esse modo de vida, a capitalista.

Veremos isso através da replicação do discurso e dos atos que esse discurso promove, pois, pela repetição do discurso e dos atos que dele decorrem, constata-se que a comunidade absorveu os princípios e os valores capitalistas preconizados pela política pública de desenvolvimento econômico. Ancora-se, dessa forma, a comunidade em um modelo social, sem que eles percebam que a ele – ao modelo produção capitalista – estão submetidos, pois: "Seja qual for seu conteúdo, político, pedagógico, cultural, seu propósito sempre é filtrar um sentido, manter as massas sob o sentido" (BAUDRILLARD, 2004, p. 14).

Acreditamos que, no discurso abaixo, entenderemos como acontece o processo de transposição dos hábitos culturais da comunidade em outros. Vejamos:

Doc: Aqui na comunidade, vocês também estão vendendo comida naquele comércio?
Info: Não, a comunidade não, aquela vendinha é de uma outra moradora, a *.
Doc: E vocês compram lá? Vocês podem comprar para pagar depois?
Info: Sim, todo mundo aqui da comunidade tem o nome na cadernetinha da *[40]. *(risos)*
Doc: Quem mais compra nessa vendinha, é só vocês?
Info: Não, tem otras pessoas aqui de pertim que também vêm comprá de nóis aqui. (Entrevista gravada em: 20 de jul. 2007.)

Vamos analisar o seguinte trecho do discurso para entendermos como a comunidade se insere na perspectiva capitalista: *"todo mundo aqui da comunidade tem o nome na cadernetinha da *"*. Vemos que, nesse enunciado, há um significado que podemos dizer que é um dos símbolos, mas não o único, como veremos em outro discurso, da essência do sistema capitalista já presente nos hábitos cotidianos dos habitantes da comunidade Mumbuca.

O simples fato de alguns membros endividarem-se em decorrência de outro que promove a dívida por possuir mais recursos mostra-nos que eles, aos poucos, afastam-se dos princípios que norteiam uma comunidade tradicional, o cultivo de hábitos cooperativistas, hábito que está entre as características identitárias mais notáveis desse tipo de organização social.

Podemos perceber, também, que outro tipo de comércio adentra no cotidiano da comunidade e assume as mesmas características dos atos realizados atualmente com os

[40] O asterisco está indicando a supressão do nome de um morador da comunidade.

artesanatos, a venda de produtos para aqueles que vêm de fora da comunidade. Isso nos evidencia uma profunda assimilação dos sentidos que os cercam. A influência do Estado incentivando a comercialização dos produtos artesanais é o que consideramos como o "despertar" das atenções desse povo para o comércio.

Se assim não fosse, se estas ações não estivessem relacionadas às políticas públicas, qual seria o motivo, se não por essa influência, para uma comunidade tradicional de descendentes de quilombos, que vive em uma economia de subsistência, abrir um estabelecimento comercial que vende produtos alimentícios industrializados?

Analisaremos outro discurso, que também revela a inserção do povo da comunidade Mumbuca praticando os mesmos atos sociais desempenhados por sujeitos inseridos no sistema capitalista. Vejamos:

Doc: Aqui na comunidade todo mundo é como a dona *[41], todo mundo tem alguma atividade comercial fora o capim dourado?
Info: Não, todo mundo não, tem a *, que tem a pousadinha, a *, que tem o comércio, mas os outros não têm não, os outros não. Têm uma criaçãozinha, umas cabeça de gado, mas outros não têm nem isso também não. (Entrevista gravada em: 20 de jul. 2007.)

Percebemos aqui outro fenômeno do capitalismo: enquanto alguns possuem rendas e bens, outros não possuem atividades semelhantes que lhes propiciem renda. O que notamos, a partir disso, é que já existe uma divisão acentuada de *status* econômico dentro da comunidade. Notamos isso no fragmento que se segue: "*Não, todo mundo não, [...] os outros não têm não. Têm uma criaçãozinha, umas cabeça de gado, mas outros não têm nem isso.*" Ficam claras, no discurso do morador, as relações de posse que se formam entre eles.

Essa divisão pode promover, além do mais, outro princípio básico da relação social capitalista, a exploração da mão de obra de outros moradores. Isso pode ocorrer, na medida em que uns, por não terem recursos que possam ser desenvolvidos para o turismo, podem tornar-se mão de obra no empreendimento daqueles que possuem tais recursos. Gera-se, assim, a relação social de empregador e empregado assalariado.

[41] Todos os asteriscos neste enunciado também estão indicando a supressão dos nomes dos moradores da comunidade.

Acreditamos que, agora, falta pouco para o sistema capitalista, apresentado pelo Estado, recobrir esse povo com outra de suas facetas, a competição e o individualismo, fazendo-o perder por completo o sentido do que seja viver em comunidade onde os membros são, sobretudo, iguais. Para nós, não há dúvidas de que o Estado é quem promove todas essas interferências na cultura dessas pessoas, pois não havia nenhuma das atividades comerciais ditas acima e nem mesmo vontades que pudessem levar ao desenvolvimento dessas práticas antes da entrada do Estado na vida desse povo.

Acreditamos, então, que, pela política pública que incentiva o desenvolvimento econômico através do turismo e da comercialização dos artesanatos, é que as atenções dos habitantes da comunidade voltaram-se ao comércio. E, cada vez mais, estes sujeitos estão sendo expostos aos sentidos e discursos que trazem os desígnios da acumulação financeira.

A identidade cultural desta comunidade está comprometida, pois o que antes era usado somente para o uso próprio nas atividades cotidianas, para trocas e pequenas vendas, agora é um produto que possui um *status* comercial elevado. O Estado, além de não cumprir com o papel de preservação da identidade cultural dessa gente, insere-a em um sistema social do qual eles não tem domínio.

E, na medida em que a essas pessoas são expostas ao contato com outra realidade cultural, suas tradições culturais podem ser transformadas, pois, como nos mostra Laraia (2003 p. 15), “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.

Pela exposição excessiva de sua cultura para o turismo, principalmente através da venda de uma das suas tradições culturais, o artesanato produzido com capim dourado e seda do buriti, o Estado pode extingui-lo como marca cultural e fazê-lo existir como produto comercial. É por esse motivo que acreditamos que a inserção dessas pessoas em práticas econômicas baseadas na acumulação de capital, trazidas pela política pública de desenvolvimento econômico sustentável, promove interferência na constituição identitária e social dos moradores da comunidade Mumbuca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a nossa busca foi compreender, por meio da análise do discurso dos moradores da comunidade Mumbuca e de textos oficiais elaborados pelo poder estatal, se há, nestes textos, veiculação de sentidos que possam interferir na identidade cultural e social dos habitantes da comunidade. Partimos do pressuposto de que os discursos refletem todas as experiências do vivido e, pelas análises, intentamos perceber se havia marcas de outra sociedade nos discursos dos sujeitos que habitam a comunidade. Se houvesse, estas marcas poderiam ter surgido da relação mantida com o poder público.

Mas, encontrando estas marcas, seria necessário também averiguar se eram fruto da influência dos sentidos que o Estado veicula no discurso de desenvolvimento e sustentabilidade. Para tanto, o que fizemos foi interligar as ações sociais praticadas pelos sujeitos pertencentes à comunidade, que não são condizentes com o sistema que organiza a vida dos moradores da comunidade Mumbuca, com os discursos veiculados pelo poder público. Dessa maneira, saberíamos se o que está sendo praticado é fruto da influência desse discurso.

Assim sendo, foi necessário também, para que chegássemos nesse entendimento, primeiramente compreender como estas duas sociedades organizam-se. Para isso, tivemos que separá-las e estudá-las independentemente para sabermos como sua estrutura organizacional foi construída. Separando estes dois universos sociais, saberíamos o que eles apresentam como princípios, pois o conhecimento desses princípios nos serviria como base para dizermos se há marcas, nos discursos e nos atos sociais da comunidade, dos princípios sociais vindos da sociedade na qual o Estado é instituído.

Dessa forma, construímos um panorama em que as bases principais pelas quais as sociedades destes sujeitos se organizam estiveram presentes. Soubemos, assim, o modo como a identidade cultural e os modos como as relações sociais se dão entre os integrantes de cada uma delas, o que nos propiciou compreender quais eram as aproximações e os antagonismos existentes entre estes dois discursos e entre estes dois modos de produção social.

No que diz respeito à organização social da comunidade Mumbuca, notamos que o modo de organização social pelo qual esses sujeitos produzem suas vidas é baseado na

economia de subsistência. Desse modo de produção, decorrem várias práticas sociais, porém todas, de alguma forma, estão conectadas entre si e podem ser caracterizadas como sendo pertencentes a um modo de vida agrário. No plano das relações sociais, duas práticas, que são a essência dessa economia, chamam a atenção: o cooperativismo e a não preocupação com a acumulação financeira.

Ouvindo os moradores nos contar aspectos da sua cultura, descobrimos os motivos pelos quais produzem o artesanato feito com capim dourado e seda do buriti. Compreendemos que a produção do artesanato e a cultura estão interligadas, pois o artesanato é um resquício dos ensinamentos de seus ancestrais. Pudemos averiguar, pelas análises realizadas, as peculiaridades da organização social dessas pessoas, presentes nos termos, nos sentidos e nos valores do que enunciavam.

Da mesma forma que procedemos para compreender como se constitui o modo de produção da vida dos moradores da comunidade Mumbuca, agimos para identificar como se constituem os princípios e valores das relações sociais da sociedade de onde parte o discurso do Estado. Com o levantamento de algumas características dessa sociedade, notamos que seus principais pilares de sustentação, do qual decorrem várias outras formas de ação desempenhadas pelas pessoas, são: a individualidade e a acumulação de excedentes financeiros.

Notamos, então, que estas duas características fomentam as demais relações interpessoais realizadas pelos sujeitos, como também produzem a paisagem social que configura esse modo de produção. As características que a individualidade e a acumulação de excedentes financeiros produzem são a competição e o surgimento de sujeitos, por conta dessa competição, com maior poder aquisitivo, o que lhes assegura maior participação na sociedade e maior poder para representar e ser representado do que aqueles que não dispõem da mesma soma de capital.

Vimos que o resultado disso é a estratificação social e o almejo de todos de chegarem às camadas mais altas deste modelo social. Notamos, também, que aqueles que estão nestas camadas mais elevadas detêm os poderes representacionais e, assim, a força de decisão sobre todos os outros.

Pudemos, então, ter um panorama de como estão organizadas estas duas esferas sociais que hoje dialogam constantemente. Compreendemos que aquilo que o sujeito enuncia como discurso, de fato é o resultado das suas experiências compartilhadas socialmente. Sabendo disso, pudemos avançar e buscar compreender se a sociedade da

qual o Estado é porta-voz poderia estar imbricada nos discursos e nas relações sociais mantidas pelos moradores da comunidade devido aos contatos mantidos entre elas.

O objetivo foi identificar se há, nessa relação de diálogo, marcas sociais no discurso dos moradores da comunidade que pudessem nos evidenciar que a relação que se dá com o poder estatal pudesse promover influência nas relações sociais e no modo como concebem a sua cultura. Para tanto, em termos, frases, sentidos e valores que estivessem incrustados em seus enunciados, poderiam estar representados valores sociais e entendimentos de mundo que não representam a sua identidade cultural, mas sim aquela sobre a qual o Estado é organizado. Mas, primeiramente, deveríamos saber o que liga estas duas sociedades, uma vez que elas possuem modos de vidas tão diferentes e conflitantes.

Com um discurso de que iria proporcionar melhor qualidade de vida para os moradores da comunidade, o poder público estabeleceu um elo com a comunidade. Discursos veiculando sentidos de garantia e proteção aos seus hábitos culturais, asseguradas pela representatividade e poder que o proponente do discurso possui, fizeram com que adotassem essas políticas sem grandes dificuldades. Assim, o governo do Estado incentivou o turismo na região promovendo o contato dos descendentes de quilombos com outras culturas e novas práticas sociais.

Com a divulgação do artesanato promovida pelo poder público para incentivar o desenvolvimento econômico e sustentável dos habitantes da comunidade com a finalidade de atrair turistas para a região, a produção foi intensificada. Desse modo, o que antes era restrito às cidades e povoados vizinhos ultrapassou as fronteiras do Estado do Tocantins, chegando a diversos Estados do país e até expandir-se para fora do Brasil, a ponto de, hoje, o artesanato já ser encontrado nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, como a França, por exemplo.

A comercialização do artesanato produzido com capim dourado e seda de buriti, um dos traços culturais de grande representatividade desta comunidade, foi o meio utilizado pelo poder público para promover o desenvolvimento dessas pessoas. As práticas que previam o discurso foram postas em ação, mas a questão da preservação cultural foi deixada de lado. E, como vimos, o resultado de todas essas novidades foram a assimilação de novos discursos e, junto a eles, novos sentidos e novas práticas no modo de fazer dos artesanatos dessas pessoas.

O discurso de desenvolvimento e sustentabilidade do qual adviriam práticas foi o caminho pelo qual essa comunidade conheceu algumas das facetas do sistema capitalista de produção. Analisamos, então, este discurso para averiguarmos se a hipótese que levantamos era verídica, de que o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade elaborado pelo poder público para desenvolver a comunidade e as práticas que dele decorrem promovem impactos socioculturais. Com as análises realizadas, percebemos que havia dois sentidos presentes nesse discurso, um no plano mais superficial e outro incrustado, que apenas se revelava quando práticas sociais que a ele estavam relacionadas eram realizadas.

Notamos que aquilo que estava no plano superficial do discurso de desenvolvimento e sustentabilidade apresentava sentidos que tiveram como única função a persuasão. Além do mais, as ações que eram veiculadas pelo discurso e aquelas que estavam sendo aplicadas na materialidade da vida dos moradores da comunidade eram contraditórias. A proteção e a seguridade cultural dos habitantes, ditas, explicitamente, no discurso, se contradisseram na prática. O artesanato estava sendo remodelado para ganhar maior valor no mercado e a comunidade, mantendo contato com outras sociedades e promovendo a assimilação de novos costumes pela sua excessiva exposição.

Assim, pelas análises, pudemos perceber o poder público garantir a preservação cultural, mas os atos promoviam modificações severas nos hábitos culturais dos sujeitos da comunidade. Pudemos acompanhar, nos enunciados dos moradores, os sentidos comerciais que decorriam da renda que se poderia ter com turismo. O estabelecimento do comércio dentro da comunidade foi uma das principais evidências da introdução dessas pessoas nos princípios do modo capitalista de produção.

Percebemos, também, que, junto a estes novos empreendimentos, surgiram novos modos de relação social, a exemplo podemos citar o endividamento dos moradores que compravam no comércio adquirido por um dos seus iguais. Disso, pudemos depreender que o cooperativismo, um dos princípios fundamentais que caracterizam a identidade social dessas pessoas, começava a ser desgastado. A relação de endividamento é um paradoxo no que concerne ao desenvolvimento organizacional dessas pessoas.

Verificamos, então, nos discursos dos moradores e nos seus atos sociais, além dos seus próprios valores culturais, valores e princípios vindos de outra sociedade. Estes

valores são condizentes com os sentidos do discurso que estão chegando até eles, apresentados pelo Estado através do discurso de desenvolvimento e sustentabilidade.

Como a palavra desenvolvimento está associada a sentidos que denotam atraso, no entendimento do poder público, o atraso deveria ser combatido. Pudemos ver emergir, de um discurso que se legitimava representante e protetor de uma identidade cultural e que, sobretudo, afirmava preservá-la, práticas contrárias. Pelas análises, evidenciamos que este discurso e as ações que dele decorrem são o principal agente transformador da identidade cultural dessas pessoas em produto.

Por meio de suas leis, decretos e normas, o poder público introduziu a dúvida entre o tradicional e a necessidade do moderno. Dessa forma, promoveu alterações nas razões que levavam os moradores da comunidade a confeccionarem o artesanato antes da política pública promovida pelo Estado e nos motivos que, hoje, os levam a confeccioná-los. Ao serem intensamente "bombardeados" com todos os discursos vindos das políticas públicas e das pessoas que os visitam, os moradores da comunidade sofrem influências tanto da diversidade cultural que até eles chega quanto das ações promovidas pelo poder público pertinentes à produção do artesanato.

Analisando o discurso elaborado pelos moradores da comunidade, percebemos que, em vários momentos daquilo que estavam enunciando, havia a presença de termos, sentidos e valores que puderam ser atribuídos às influências destes discursos. E, ao reproduzi-los e executarem as ações de modificações nos seus artesanatos, por força dos ditames do Estado, assimilavam e introduziam, em suas práticas, os princípios do modo de produção da sociedade capitalista.

Comparando as práticas antigas com as formas como elas, hoje, estão sendo modeladas, vimos que se assume uma perspectiva confusa entre a prática tradicional e as relações ideológicas baseadas na produção e venda de produtos artesanais. E, ao fazer o jogo do poder público, produzir cultura – o artesanato – em larga escala para vender, os moradores vão sendo expostos mais e mais a estes sentidos de ordem capitalista e particularidades que antes não pertenciam aos seus valores culturais neles vão tomando forma.

Notamos, então, que esse discurso suprime, pouco a pouco, uma tradição cultural que, realizada de uma maneira e com as mesmas intenções por décadas, hoje possui um novo *status* proporcionado pelos novos modos de fazer o artesanato e pelos motivos que levam a essa produção. Disso resulta que os modos como produziram sua

vida por todo esse tempo, aos poucos, vão sendo remodelados pela ideologia pregada pelo Estado.

A ideologia existe quando os fundamentos de uma sociedade ou dos interesses de um grupo se organizam no interior de uma relação social na qual eles não existiam. Fazendo parte desta sociedade, modificam as relações sociais existentes e, em seu meio, estabelecem novas regras de convivência social. Dessa forma, o processo ideológico afetará o entendimento do sujeito na sua relação com os outros e, consequentemente, como participante do mundo a sua volta.

Ouvimos e vimos a comunidade usando discursos e executando atividades sociais que não condiziam com o seu modo de produção sobre as vontades instauradas pelo discurso do poder público. O Estado, com isso, interfere na cultura desse povo e a subverte com modelos impróprios. E o que pudemos ver é que o modelo capitalista se consolida cada vez mais quando os sujeitos da comunidade passam a ser condizentes com as políticas do poder público, passando a desejar, pensar, querer e buscar as mesmas coisas que os seus opressores.

Velados pela necessidade e constritos pelo pouco poder de argumentação contra aqueles que propõem tantas modificações em seu modo de vida, os moradores tornaram-se peças de um jogo de poder desenvolvido pela instância estatal. Na impossibilidade de lutar contra essas forças, por se mostrarem escamoteadas pelas "mantas escuras" da ideologia, a concretude da vida dos moradores é sugada e modificada em prol da economia de mercado.

Dessa maneira, graças à força dos sentidos advindos de um discurso de desenvolvimento, idealizado e concretizado por e para os grupos que detêm o poder do Estado, apenas figuram vagamente, no imaginário dos moradores da comunidade Mumbuca, as perspectivas desse desenvolvimento acontecer.

Com as análises, compreendemos que, hoje, a confecção dos artefatos artesanais insere-se em princípios culturais vindos de uma sociedade cujas tradições estão alicerçadas na produção e venda de produtos para a cumulação de capital – a sociedade capitalista. Desse modo, os artesanatos produzidos com capim dourado, traço da identidade cultural dessa comunidade, e também as suas práticas sociais cotidianas estão sendo reelaborados.

Portanto, constatamos, pelo material analisado, que o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade elaborado pelo Estado expõe a comunidade

Mumbuca ao turismo e à constante modificação de sua cultura – o artesanato produzido com capim dourado e a seda do buriti – para torná-los mais agradáveis ao gosto exigente do consumidor, promovendo impactos socioculturais na constituição identitária e social dos moradores da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E TURISMO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: http://turismo.to.gov.br/adtur.html. Acesso em: Data: 05 de mai. de 2011.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J. Moura Ramos. Lisboa/São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza:* pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Trad. Wolfgang Leo Mar. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso:* a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo. *Quilombos:* geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas editora & consultoria, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARZOTTO, Valdir Heitor. A materialidade do texto publicado em revista periódica. *Revista Leitura: Teoria e Prática*. Associação de Leitura do Brasil, Ano 17, nº 31, 1998, p. 27-50.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas*: o fim do social e o surgimento das massas. Trad. Suely Bastos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

BEIVIDAS, Waldir. *Ensaios de interface inconsciente & sentido:* Psicanálise, Linguística, Semiótica. São Paulo: Anna Blume, 2009.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em Educação.* Porto: Porto Editora, 1994.

BOSI, Ecléa**.** *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Decreto nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/publicacoes/decreto_planapir Acesso em: Data: 25 de mai. de 2010.

_____. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/legislacao_geral/11771_lei.html>. Acesso em: 20 set. 2010.

_____. *Programa Brasil Quilombola*. Brasília / DF: março, 2004. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pquilombola>. Acesso em: 04 de fev. 2011.

BUENO, Silveira Bueno. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3ªed. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e terra, 2001. v. II.

CERTEAU, Michel. A invenção do Cotidiano: artes de fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes,1994.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. ***Convite à filosofia***. 13. ed. São Paulo : Ática , 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso.* São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso:* modos de organização. Coordenação da equipe de tradução: Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIAVENATO, Jose Júlio. *O negro no Brasil*: da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CORIOLANO, Luiza Neide Menezes T. *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: Premius, 2003.

CORRÊA, Maria Laetitia et. al. *Turismo, sustentabilidade e meio ambiente:* contradições e convergências. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política.* São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

DIAS, Genebaldo Freire: *Educação ambiental*: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A reconstituição da realidade*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco, Revisão técnica: Cezar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio século XXI:* o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso:* reflexões introdutórias. São Paulo: Claraluz, 2007.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Marx e Engels:* história. São Paulo: Ática, 1989.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. *A arqueologia do saber*. 4ª ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Método e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas S.A, 1987.

GOELDNER, Charles R. et al. *Turismo:* princípios, práticas e filosofias. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia*: ciência do homem, filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto. *Análise do discurso:* as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2001.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELL, Victor. *A ideia de cultura.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HORNSTEIN, Luis. *Introdução à Psicanálise*. Trad. Maria Angela Santa Cruz. São Paulo: Escuta, 1989.

IANNI, Otavio. *Estado e capitalismo:* estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar:* comparação internacional. Trad. Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. *Psicologia Social:* o homem em movimento. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura:* um conceito antropológico. 16º Ed. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural.* Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: COSACNAIF, 2008.

LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luiza Neide M. T. *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: Eduece, 2003.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital:* produção familiar e acumulação. São Paulo: editora da UNICAMP, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso.* São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Termos-chave da Análise do Discurso.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso:* (re) ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MALMBERG, Bertil: *A língua e o homem:* introdução aos problemas gerais da linguística. Trad. M. Lopes. Rio de Janeiro: Nórdica, 1976.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia.* Trad. Sérgio Magalhães Santeiro, Revisão ténica: Prof. César Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgar Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MIOTELLO, Valdemir. A memória do passado em jogo com a memória do futuro constitui sentido agora. Daí que os projetos de dizer dos sujeitos têm importância. In: GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO. *Veredas bakhtinianas:* de objetos a sujeitos. São Carlos/SP: Pedro & João editores, 2006, p. 277-86.

CORRÊA at all. *Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ORLANDI, Eni, P. *Análise do Discurso:* princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2006.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político.* São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Orgs. Francoise Gadet e Tony Kak). Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEDRO, Emilia Ribeiro. *Análise Crítica do Discurso*: uma perspectiva sociopolítica e funcional. São Paulo: Caminho, 2002.

PIN, Émile. *As classes sociais*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

PORTELLI, A. O que faz a história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.9 nº19, p. 219-243, set.89/fev.90.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI-LANDI, Ferrucio. *A linguagem como trabalho e como mercado*: uma teoria da produção e da alienação linguísticas. Trad. Aurora Fornoni Bernardini São Paulo, Difel, 1985.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário. *Análise do Discurso:* heranças, métodos e objetos. São Paulo: Clara Luz, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral.* São Paulo: Cultrix, 1995.

SEABRA, Giovanni. *Turismo de base local:* identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SEARLE, John R. *Mente, linguagem e sociedade*: filosofia do mundo real. Trad. F. Rangel. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *Os actos de fala*: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almedina, 1991.

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: http://secom.to.gov.br/noticia/2010/5/3/novo-design-e-sustentabilidade-sao-marcas-de-programa-com-capim-dourado/. Acesso em: 3 de mai. 2010.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: (http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=48. Acesso em: Data: 27 de mar. 2011.

SILVIA, T. M. Lane; CODO, Wanderley (org.). *Psicologia Social:* o homem em movimento. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, P. *A voz do passado:* história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS (Estado). *Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão*. Palmas / TO: dez./2003. Disponível em: <http://central2.to.gov.br/arquivo/24/48>. Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. *Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão*. Palmas / TO: dez./2003. Disponível em: <http://central2.to.gov.br/arquivo/24/48>. Acesso em: 12 jul. 2009.

VAN DJIK, Teun. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VIOLA et al. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas: HUCITEC, 1980.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Data: 15 de outubro de 2009

ANEXO 2

Data: 12 de julho de 2009.

Plano de Manejo do Jalapão p. 151,152.pdf - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

152 / 204 86% Find

Fervedouro

Tipo: Nascente de tributário do córrego Formiga.

Localização: S10°22,336' e W46°31,449'

Distância da sede municipal: 22,5km.

Condições de acesso: Ruins. Recomenda se veículo traçado.

rapadura "batida" e os licores de jenipapo e caju.

O artesanato é predominantemente representado pelo capim dourado e a palha do buriti.

Apresentam-se a seguir, os principais atrativos culturais e suas principais potencialidades.

Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão *Diagnóstico e Planejamento*

Mumbuca

Tipo: Vilarejo com produção de Artesanato.

Localização: S10°20,695' e W46°34,335'

Distância da sede municipal: 26 km.

Condições de acesso: Ruins.

Propriedade: Particular. A vila também está inserida na área do recém-criado Parque Estadual do Jalapão.

Infra-estrutura: Inexistente.

Estado de Conservação: Bom.

Um vilarejo que tem tradição no artesanato

arroz com pequi, paçoca, carne-de-sol e arroz Maria Isabel (sirigado).

5.1.4.14 Eventos e Festas

Festa do Divino Espírito Santo – 15/05

Aniversário da Cidade – 20/02

Festa Evangélica no Rio Novo – Junho

Festa de Nossa Senhora do Bom Parto

Festa Junina – Junho

5.1.4.15 Infra-estrutura Turística

5.1.4.15.1 Meios de Hospedagem

ANEXO 3

Data: 12 de junho de 2009.

Plano de Manejo do Jalapão.pdf - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

152 / 204 105% Find

da região. As técnicas são passadas de pai para filho e os artesãos produzem e vendem em suas próprias casas. Está em construção um centro de recepção de visitante, onde será exposta toda a produção artesanal da comunidade.

Destacam-se os trabalhos em curso para a sustentabilidade do atrativo. Um feito pelo estado com o intuito de aprimorar a qualidade do artesanato através de oficinas e o outro que consiste no levantamento dos locais próximos com ocorrência desse capim para um manejo sustentável da matéria-prima feito por organizações não governamentais.

A comunidade produz chapéus, caixas, bolsas, pulseiras, fruteiras, potes entre outros utensílios. Nota-se que o trabalho é de boa qualidade. Vale ressaltar ainda que esse artesanato pode ser encontrado também na sede do município e em outras cidades do Jalapão.

Nomes de alguns artesãos: Elza Maria Pereira, Maria Lina F. Ribeira, Inocência G. Ribeira e Vernalina F. Ribeira.

5.1.4.13 Culinária

Pousada e Restaurante do Cardoso

Tipo: Pousada.

Localização: Av. Aureliana Pereira Santos, s/n, Centro, CEP: 77593-000, Tel. (63).3781130 (único orelhão da cidade).

Total de UH's e de leitos: 4 UH's, com 11 leitos para solteiro, sendo que nenhum quarto possui banheiro.

Serviços e equipamentos: Ventilador e restaurante.

Valor da diária: R$ 12,00 para solteiro incluindo café da manhã.

Origem dos hóspedes: São Paulo, Rio de Janeiro e Estado do Tocantins.

Taxa de ocupação: Os meses de alta ocupação são junho e julho, e os de baixa ocupação são novembro, dezembro e janeiro.

Pousada sem conforto. Possui 2 funcionários permanentes e 2 temporários.

Hotel e Restaurante Jalapão

Tipo: Hotel.

Windows Vista Starter

ANEXO 4

Data: 05 de maio de 2011.

ANEXO 5

Data: 20 de setembro de 2010.

Lei geral do turismo nº 11771_de_17_09_2008 p. 2 inciso IX.pdf - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

2 / 13 104% Find

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

X - prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

XI - desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos;

XII - implementar o inventário do patrimônio turístico nacional, atualizando-o regularmente;

XIII - propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda,e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes;

XIV - aumentar e diversificar linhas de financiamentos para empreendimentos turísticos e para o desenvolvimento das pequenas e microempresas do setor pelos bancos e agências de desenvolvimento oficiais;

XV - contribuir para o alcance de política tributária justa e equânime, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, para as diversas entidades componentes da cadeia produtiva do turismo;

XVI - promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infra-

Windows Vista Starter

ANEXO 6

Data: 3 de maio de 2010.

Ir para o conteúdo Ir para o menu Página Inicial

Fale Conosco

SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

GOVERNO DO Tocantins

Digite a busca aqui

Secretarias e Órgãos

Parque Estadual do Jalapão

9 anos de conservação

PRINCIPAL NOTICIAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO MAPA DO SITE

Novo design e sustentabilidade são marcas de programa com capim dourado

Publicada em 03/05/2010 por Ascom - Setas em Trabalho e Desenvolvimento Social

A bolsa que antes era toda de capim dourado, agora é feita com belos tecidos e aquele toque especial fica a cargo do capim. Já os colares, brincos e acessórios são combinados com pedras, coco, couro e outros materiais. Com esse novo jeito de trabalhar o capim dourado, o Percad - Programa Estadual de Resgate do Capim Dourado está devolvendo o caráter de preciosidade ao chamado "Ouro do Tocantins". E o resgate não para por aí, o foco do projeto é a comunidade quilombola de Mumbuca, berço do artesanato de capim dourado. E o melhor é que essa nova ideia

Heverton Lacerda

ANEXO 7

Data: 27 de março de 2011.

- Tocantins - História
- Patrimônio Cultural
- Artesanato
- Contatos
- Calendário Cultural
- Webmail

Galeria de Fotos

Capim Dourado

O Capim Dourado originou-se na região sudeste do Tocantins em Mumbuca um povoado que fica a 32 Km da cidade de Mateiros, localizada a 399 Km da Capital Palmas. Mumbuca abriga uma população de ex-escravos remanescentes de quilombos.

O Capim Dourado é uma planta exclusiva do Tocantins sendo mais comum na região do Jalapão. O capim nunca foi plantado, mas pesquisadores do Ceulp/Ulbra tem estudado sua germinação. Pouco se sabe acerca do nascimento da planta., ela cresce entre os meses de abril a julho e a colheita é entre os meses de agosto a setembro. Há 50 anos o capim que até então não era aproveitado tornou-se objeto de confecção do artesanato local, não para venda e sim para uso próprio.

Quem produz o artesanato

Existem artesãs que atribuem a descoberta do artesanato com próximos graus parentescos, outros dizem que é herança indígena Xerente. As artesãs são em sua maioria de Mateiros, Mumbuca, Prata (um vilarejo de São Felix), Ponte Alta e Novo Acordo. È uma arte que passa de mãe para filho e demais gerações.

Peças

Na produção dos artesanatos são feitas bolsas, potes, pulseiras, brincos, mandalas, chapéus, enfeites, suplast. Hoje são confeccionados por volta de 50 produtos; os artesanatos são necessariamente em formatos arredondados porque a fibra não permite se dobrada.

Explosão do capim

A partir de 2000 teve grande explosão, expandindo-se para os grandes centros urbanos, como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje é encontrado em quase todo o país e também no exterior. O Governo do Estado, através da Fundação Cultural, passou a incentivar a produção. Neste mesmo ano foi realizada uma oficina com o designer paulista Renato Imbroisi para aprimorar a técnica que Dona Miúda difundira na comunidade, e assim tornar as peças compatíveis com o mercado.

Voltar

▲ Voltar ao topo

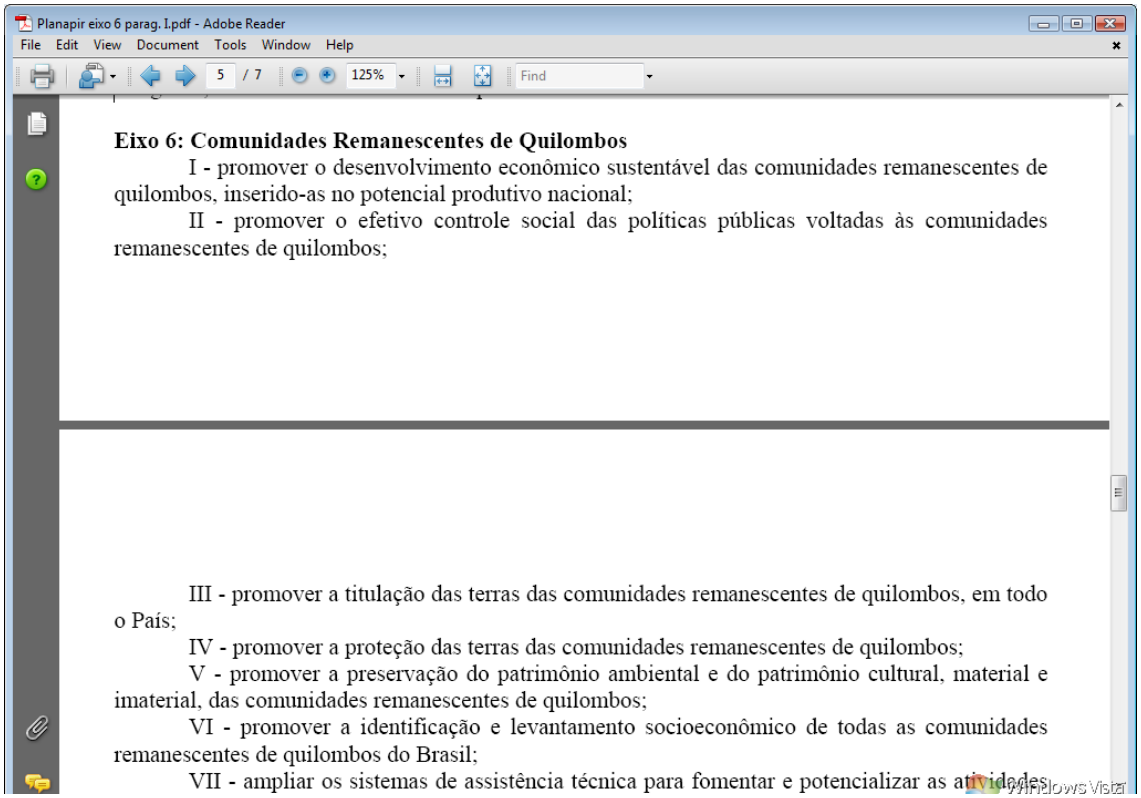
GOVERNO DO
ESTADO DO TOCANTINS
© 2011 - Todos os direiros reservados

Cidadão | Servidor | Empresário | Invista no Tocantins | Jalapão | Diário Oficial

Site desenvolvido pela Web SECOM

ANEXO 8

Data: 25 de maio de 2010.



Planapir eixo 6 parag. I.pdf - Adobe Reader

File Edit View Document Tools Window Help

5 / 7 125% Find

Eixo 6: Comunidades Remanescentes de Quilombos

I - promover o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes de quilombos, inserido-as no potencial produtivo nacional;

II - promover o efetivo controle social das políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos;

III - promover a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos, em todo o País;

IV - promover a proteção das terras das comunidades remanescentes de quilombos;

V - promover a preservação do patrimônio ambiental e do patrimônio cultural, material e imaterial, das comunidades remanescentes de quilombos;

VI - promover a identificação e levantamento socioeconômico de todas as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil;

VII - ampliar os sistemas de assistência técnica para fomentar e potencializar as atividades